



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia

Mestrado Profissional em Biblioteconomia

SHEILA PAULA DA SILVA FERREIRA

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ

Rio de Janeiro

2016

SHEILA PAULA DA SILVA FERREIRA

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para o título de
Mestre em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Geni Chaves Fernandes

Rio de Janeiro

2016

F383 Ferreira, Sheila Paula da Silva.

Impactos da avaliação do INEP sobre o desenvolvimento de coleções das bibliotecas da UFRJ / Sheila Paula da Silva Ferreira. – Rio de Janeiro, 2016.

111 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Geni Chaves Fernandes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2016.

Referências: f. 84-88.

1. Biblioteca universitária. 2. Desenvolvimento de coleções. 3. Avaliação de bibliotecas. I. Fernandes, Geni Chaves. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

CDD 027.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

SHEILA PAULA DA SILVA FERREIRA

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para o título de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em: 29/03/2016

Prof. Dr^a. Geni Chaves Fernandes – PPGB/UNIRIO
(Orientadora)

Prof. Dr^a. Elisa Campos Machado – PPGB/UNIRIO
Membro interno

Prof. Dr^a. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima – PPGCI/UFF
Membro externo

Prof. Dr^a. Maria Simone de Menezes Alencar – PPGB/UNIRIO
Suplente - Membro interno

Prof. Dr. Clóvis Ricardo Montenegro de Lima – IBICT/ UFRJ
Suplente - Membro externo

Dedico ao meu marido Leonardo e ao nosso filho Daniel
Amores da minha vida

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Roberto e Fátima, por todo amor, educação e dedicação.

Às minhas irmãs Andréa, Cláudia e Aline pelo apoio e companhia de sempre.

Aos meus sobrinhos lindos que me ajudaram a relaxar com seus carinhos e brincadeiras.

Meus sogros Carlos e Liliana por todo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

Aos meus amigos e família por entenderem a ausência durante o período do mestrado e torcerem por mim.

Meus amigos bibliotecários que me inspiram a ser uma profissional cada vez melhor, especialmente meu colega Roberto Unger por ter apoiado desde o início meu mestrado e contribuído muito com nossas conversas.

Ao PPGB/UNIRIO pela oportunidade de realizar o mestrado e ter aulas com professores incríveis!

À minha orientadora Geni, por toda dedicação, paciência e entusiasmo. Que Deus te abençoe sempre!

Meu marido Leonardo, obrigada pelo apoio incondicional. No período do mestrado casamos e engravidamos! Que Deus abençoe a nossa família.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa indagou sobre possíveis efeitos das avaliações institucional e de cursos do INEP/Ministério da Educação (MEC) sobre o desenvolvimento das coleções que devem atender ao ensino, pesquisa e extensão, nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRJ (SiBI) tem realizado esforço para instituir políticas nas bibliotecas setoriais, para o que contribui esta pesquisa que teve por marco teórico a política e o desenvolvimento de coleções. O estudo de caso utilizou dados divulgados pela UFRJ e pelo SiBI, respostas a questionário enviado a 28 gestores das bibliotecas da UFRJ e entrevistas semiestruturadas com três profissionais bibliotecários: um do setor de aquisição e dois gestores de bibliotecas que atendem a cursos pontuação máxima na avaliação do INEP. Os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo por categorias. A maioria das bibliotecas não possui política de desenvolvimento de coleções ou critérios registrados para aquisição. Respostas ao questionário e às entrevistas apontaram haver priorização da graduação na solicitação de compras, norteadas pelos critérios de avaliação de cursos do INEP e aceitos pelo setor de aquisição. Não existe formalização de diretrizes para atendimento à pesquisa e extensão e, no caso da pesquisa, em geral tomam-se inadvertidamente por base as bibliografias dos cursos de pós-graduação, critério similar ao utilizado na graduação. A avaliação institucional feita pelo INEP também inclui adequação do espaço da biblioteca e existência de registro e acesso às políticas de aquisição e expansão do acervo. Mas gestores e avaliadores concentram-se no quantitativo de exemplares da bibliografia básica, não constando solicitações de verificação destas políticas. Os resultados sugerem que a lógica e o saber biblioteconômicos têm sido substituídos pela lógica pontual de atendimento aos critérios do INEP. Sugere-se que o estudo de uso efetivo de exemplares deve ser estendido para outras bibliotecas para apurar se aquisições de exemplares sem uso são generalizadas em detrimento da aquisição de exemplares de títulos com grande demanda de empréstimos.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Desenvolvimento de coleções. Avaliações do INEP.

ABSTRACT

This research asked about possible effects of INEP/Ministry of Education (MEC) institutional evaluation on collections development at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) libraries, which should meet the informational needs of the university tripod (graduation courses, research and extension courses). The Integrated UFRJ Libraries System (SiBI) has made efforts to establish policies in branch libraries, to which this research contributes on development of collections theory and its policies. This case study took data from UFRJ and the SiBI, questionnaire answered by 28 UFRJ libraries managers, and semi-structured interviews with three librarians: one of acquisition sector and two library managers whose libraries reached the highest score in INEP evaluation. Data was examined using category content analysis. The great majority of the libraries didn't have collection development policies or formal criteria for acquisition. Answers obtained from questionnaire and interviews pointed the existence of prioritization in the acquisitions to respond the graduation needs, guided by the INEP assessment criteria, and corroborated by acquisition sector. There isn't a specific criteria to answer the research and extension information demands, and in particular, the research area unadvisedly uses the same bibliography criteria of the extension courses. The institutional evaluation proposed by INEP includes adequate library environment, documented and readily available policies to acquisition and collection expansion. But library managers and INEP examiners focus on quantitative copies of basic bibliography, and do not check those policies. The results suggest that the logic and knowledge librarianship have been replaced by focusing only on the INEP criteria. It is recommended that the study of effective use of copies should be extended to the branch libraries to determine whether the acquisition of underused copies were widespread over the acquisition of copies of titles with greater demand for loans.

Keywords: Academic library. Collection development. INEP evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Panorama SiBI 2014 – Bibliotecas Integrantes	43
Figura 2 – As fases da Análise de Conteúdo	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados da busca na literatura	20
Quadro 2 – Pesos das dimensões do SINAES na avaliação institucional externa....	35
Quadro 3 – Critérios do INEP para pontuação máxima de bibliotecas na avaliação institucional externa.....	36
Quadro 4 – Critérios do INEP para atribuição de conceito aos cursos – Bibliografia Básica para cursos presenciais.....	39
Quadro 5 – Critérios do INEP para atribuição de conceito aos cursos – Bibliografia Complementar.....	39
Quadro 6 – Cursos de graduação selecionados para fase 3 da pesquisa – Educação Presencial.....	49
Quadro 7 – Categorias de análise.....	50
Quadro 8 – Quantitativo total de monografias.....	53
Quadro 9 – Instalações físicas	55
Quadro 10 – Biblioteca Y: aquisição e empréstimos	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histórico do serviço de empréstimo	54
Gráfico 2 – Vagas abertas na Graduação presencial.....	54
Gráfico 3 – Matrículas abertas na Graduação.....	54
Gráfico 4 – Quantidade de bibliotecários	55
Gráfico 5 – Política de Desenvolvimento de Coleções.....	57
Gráfico 6 – Critérios para aquisição	57
Gráfico 7 – Existência de critérios registrados	57
Gráfico 8 – Critérios em atendimento ao tripé universitário.....	58
Gráfico 9 – Reuniões com corpo pedagógico.....	58
Gráfico 10 – Espaço da biblioteca.....	59
Gráfico 11 – Problemas de espaço	60
Gráfico 12 – Ampliação de usuários.....	61
Gráfico 13 – Motivos para ampliação de usuários potenciais	61
Gráfico 14 – Avaliação do INEP	62
Gráfico 15 – Adequação de recursos	63

LISTA DE SIGLAS

AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBDC	Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções
CDD	Código de Classificação de Dewey
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
DPT	Divisão de Processamento Técnico
ENADE	Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudante
IES	Instituições de Ensino Superior
Iphan	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	18
2	MARCOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS	19
2.1	MARCOS TEÓRICOS.....	19
2.1.1	Desenvolvimento de coleções	20
2.1.2	Política de seleção e a aquisição	26
2.2	MARCOS HISTÓRICOS.....	32
2.2.1	Histórico das avaliações em cursos superiores	32
2.2.2	Avaliação institucional externa	34
2.2.3	Avaliação externa dos cursos	38
	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E SEU SISTEMA	
3	DE BIBLIOTECAS	41
3.1	AS DIMENSÕES DA UFRJ.....	41
3.2	O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRJ.....	41
4	MÉTODO	45
4.1	COLETA DE DADOS JUNTO A UFRJ.....	45
4.1.1	Relatórios SiBI	45
4.1.2	Relatórios de Graduação	46
4.1.3	Dados retirados da Base de Catalogação e Empréstimo Minerva	46
4.2	QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS.....	47
4.2.1	Fase 1 – Questionário online direcionado aos gestores	47
4.2.2	Fase 2 – Entrevista com setor de aquisição	48
4.2.3	Fase 3 – Entrevista com gestores	48
4.2.4	Fase 4 – Análise de conteúdo das entrevistas	49
5	RESULTADOS	52
5.1	BREVE ANÁLISE DOS RELATÓRIOS SIBI.....	52
	ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE BIBLIOTECAS	
5.2	SETORIAIS UFRJ.....	56
5.3	COLETA DE DADOS NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRJ.....	64
5.4	ENTREVISTA COM O SETOR DE AQUISIÇÃO.....	65

	ENTREVISTAS COM OS GESTORES DE BIBLIOTECAS DE	
5.5	CONCEITO MÁXIMO.....	70
6	DISCUSSÃO.....	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A – ASPECTOS ÉTICOS.....	90
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: GESTORES DE BIBLIOTECAS	
	SETORIAIS DA UFRJ	91
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DO SETOR DE AQUISIÇÃO	
	SIBI/UFRJ.....	95
	APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DE TRÊS	
	BIBLIOTECAS.....	97
	APÊNDICE E – GRÁFICOS: PESQUISA COM GESTORES.....	100
	ANEXO A – AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO	
	SUPERIOR.....	108

1 INTRODUÇÃO

O ambiente acadêmico é propício à interação e busca pelo conhecimento. Dentro desse contexto a biblioteca torna-se o espaço ideal para o estudo, devendo ser também coparticipante no desenvolvimento de novos conhecimentos e em sua extensão pela sociedade. Através do tempo, os formatos dos suportes utilizados para o registro do conhecimento foram mudando e a biblioteca e seu espaço foram se adequando a esses novos suportes e no uso de instrumentos e sistemas de gerenciamento de acervo.

Ao ambiente físico acrescentou-se o espaço virtual, com disponibilização de catálogo *online* e serviços de reserva e renovação de empréstimo. Ampliou-se a quantidade de ferramentas que permitem a interação com os usuários e a divulgação dos serviços da biblioteca. Hoje é difícil imaginar os serviços da biblioteca sem a utilização de computadores e internet, assim como o trabalho de cooperação entre instituições nacionais e internacionais. O princípio do trabalho bibliotecário, disponibilizar informação ao usuário, no entanto, não foi modificado.

Se nos primórdios da popularização do acesso pela *internet* a interface não era amigável, com o tempo a usabilidade e os mecanismos de busca foram simplificados. Os interessados podem, em princípio, ter acesso imediato a uma quantidade considerável de informação em *sites* confiáveis, sem muito esforço, a um clique de distância.

Essa possibilidade gerou um sentimento de independência e autossuficiência, mas que não significaram ausência de barreiras, uma vez que nem toda informação encontra-se disponível na *web*, onde, ao mesmo tempo, experimenta-se um crescente volume de informação constituindo o que se pode chamar de complexidade na *web* e seu labirinto de possibilidades, que por vezes ocasiona desorientação por overdose de informação (CUNHA, 1994).

Os estudantes de cursos superiores cada vez mais utilizam a internet para suas buscas e fazem uso de serviços virtuais, de modo que suas necessidades de informação para realizarem seus cursos não são exclusivamente supridas por empréstimo de livros na biblioteca. Entretanto, nem toda informação é de acesso livre ou está disponível em fonte confiável.

A internet trouxe benesses como diminuição de distâncias, mais participação na criação de conteúdos, mas ao mesmo tempo a desordem e o grande volume de dados têm feito profissionais pensarem em formas de organizar e manter plataformas mais seguras e estáveis, onde *links* não “morram” de um ano para outro. No caso dos estudantes de nível superior, a biblioteca hoje pode parecer distante no que tange ao acesso a seu acervo físico, mas ela ainda é uma garantia de encontrar recursos selecionados e adequados a seu estudo. Tal garantia deve ser fornecida pelo trabalho do bibliotecário, para quem a autonomia do estudante demanda uma atenção diferenciada no planejamento de serviços, tendo em conta este acesso amplo e hoje generalizado proporcionado pela Internet.

A Biblioteca Universitária também deve ter em conta que serve a uma instituição cujo princípio requer colocar em prática o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, previsto no artigo 207 da Constituição Brasileira (1988) “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O compromisso da universidade é produzir conhecimento em todas as áreas do saber, e essa concepção não é recente, mas ao final dos anos 60, firmou-se o conceito de que a universidade estava apoiada no tripé ensino-pesquisa-extensão (FARIA, 2005), base da organização acadêmica. Mas por motivos diversos, nem sempre cada alicerce do tripé é atendido com a mesma eficiência, cabendo indagar aí os cuidados da própria Biblioteca Universitária no atendimento deste princípio.

Programas do governo federal brasileiro ampliaram as vagas no ensino público superior e a comunidade acadêmica está ainda mais diversificada, realidade que impacta estas instituições de ensino como um todo. As bibliotecas não são uma exceção e precisam atender a um público maior, ingressos de classes sociais que antes dificilmente tinham acesso ao curso superior e que têm ou desejam ter acesso aos recursos disponíveis na internet.

Tendo em vista que a universidade tem a missão de produzir e difundir conhecimento, ancorada no tripé universitário, cabe às suas bibliotecas, dentro dos limites de seus recursos, monitorar as necessidades informacionais de seus usuários e planejar o desenvolvimento de coleções que as atendam.

No caso da graduação, parte de tais necessidades está explicitada nas bibliografias básicas e complementares das disciplinas oferecidas que, ao mesmo tempo, são objeto de avaliação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹, enquanto as demais podem ser inferidas em estudos de usuários.

A pesquisa realizada em universidades tem uma parcela de suas demandas de informação supridas pelo portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entretanto, a necessidade de inclusão de novos títulos de periódicos, a recuperação de artigos relevantes em periódicos não cobertos, assim como outros recursos como livros ou anais de congressos, são necessidades de informação para o eixo pesquisa também, que tem na biblioteca um *locus* privilegiado. Além disso, as práticas de pesquisa são dinâmicas e apontam novas demandas de disponibilização e acesso de recursos, que aparecem para o compartilhamento de dados, repositórios e publicações ampliadas (MEDEIROS; CAREGNATO, 2012; SALES; SAYÃO; SOUZA, 2013).

A extensão se desenvolve como uma decorrência do exame e da escuta das necessidades da sociedade, de um lado e, de outro, da preparação de profissionais (ensino) capacitados a levar respostas a tais demandas a partir dos conhecimentos desenvolvidos pela pesquisa, assim como produtos e serviços neles ancorados. Embora suas necessidades de informação devam ser grandemente supridas pelo atendimento à pesquisa e ao ensino, a biblioteca pode e deve ser, conforme González de Gómez (2011), espaços públicos de comunicação entre a sociedade e a universidade, construindo instrumentos facilitadores de interlocução e de acesso à informação.

Se o papel da Biblioteca Universitária brasileira hoje está delineado pelo atendimento a este tripé, as avaliações dos cursos de graduação realizados pelo INEP colocam critérios explícitos que devem ser atendidos na oferta de recursos

¹ O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Fonte: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>.

informativos. Outras necessidades da graduação e as referentes à pesquisa e extensão serão supridas exclusivamente a partir de um desenvolvimento de coleções fundado no conhecimento local da comunidade, já que não contam com critérios específicos que façam parte de uma política de informação delineada pelo Estado (CAETANO, 2014).

A questão que se coloca aqui é se a existência de um critério explícito por uma política de Estado para a graduação e a ausência de critérios para pesquisa e extensão afetam a distribuição de recursos e esforços destas bibliotecas no atendimento do tripé. Embora os critérios de avaliação do INEP devam estar incluídos na política ampla de desenvolvimento de coleções, a hipótese aqui subjacente é que o atual quadro implique num atendimento que tende a beneficiar a graduação, em detrimento às demandas da pesquisa e da extensão.

As atividades desenvolvidas pela biblioteca devem estar de acordo com a missão da instituição a qual pertence e em consonância com os anseios da comunidade a qual direciona seus esforços. Conhecer as particularidades de cada grupo que faz parte da tríade universitária é relevante para planejar serviços que os atendam satisfatoriamente, personalizando atividades, além de ter o cuidado em não priorizar um grupo em relação aos outros. A avaliação periódica dos serviços é imperativa para um ajuste de recursos e reformulação de rotinas, de modo a atender com qualidade e efetividade.

1.1 JUSTIFICATIVA

O “desenvolvimento de coleções” é um tema biblioteconômico e uma necessidade para as bibliotecas que atualmente vem ao encontro das mudanças que se apontam como necessárias na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao mesmo tempo em que faltam recursos indispensáveis para o bom funcionamento da biblioteca, incluindo aqueles que proporcionem um ambiente adequado tanto para os servidores que aí trabalham quanto para seus usuários, sobram problemas que esbarram na burocracia e na limitação de verbas.

A avaliação do Ministério da Educação (MEC) é um instrumento para reflexão acerca da manutenção de um acervo minimamente relevante para o processo de ensino-aprendizagem da graduação, mas demanda discutir os quantitativos que

balizam estes critérios propostos. Há diferenças indiscutíveis entre as necessidades por informação pertinentes a cada área do conhecimento e, conseqüentemente, às suas disciplinas.

No limite de um orçamento, as bibliotecas devem lidar com um projeto de expansão do ensino superior público, ampliação de vagas, abertura de novos cursos, ações afirmativas para inserção de estudantes advindos do ensino público, assim como as cotas raciais. Portanto, é preciso o uso eficiente do orçamento em vista da manutenção do projeto e acolhimento dessa comunidade.

A Diretoria de Processamento Técnico do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), setor da UFRJ que integra todas as bibliotecas da universidade, desde o final de 2014, tem promovido encontros em vista de melhorar os processos de aquisição. Esta diretoria tem, como uma de suas metas, estabelecer diretrizes para o estabelecimento de Políticas de Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas do sistema. Neste sentido, consideramos que este trabalho também se justifica pela contribuição que poderá oferecer a este propósito, tanto com dados referentes ao desenvolvimento das coleções quanto pelas reflexões sobre as atuais práticas de aquisição.

A busca por qualidade na prestação de serviços leva o setor de bibliotecas a se antecipar em descobrir novas maneiras de atender e ampliar cada vez mais o acesso ao seu espaço e serviços, mas há que se considerar várias nuances dos usuários potenciais. A Universidade é ensino-pesquisa-extensão, o que podemos fazer para atender aos três campos com a dedicação e atenção que merecem? Será que estamos priorizando o atendimento de um grupo em detrimento de outros?

O potencial de trabalho junto ao ensino-pesquisa-extensão é significativo. Será que conhecemos quais são os grupos de pesquisa dentro da universidade? Que tipo de serviço seria mais interessante para eles? E a extensão, sabemos quais os projetos em andamento? Como poderíamos ser úteis? É claro que para a biblioteca atender da melhor forma seu público potencial é preciso pessoal capacitado e em quantidade suficiente. São muitas as dúvidas e questionamentos, e obter todas as respostas ou indicar o melhor caminho a seguir não fazem parte do escopo do trabalho. Mas conhecer, discutir o tema do atendimento ao tripé, a partir da análise dos dados da pesquisa, talvez responda a algumas questões que possam contribuir para a discussão de Políticas de Desenvolvimento de Coleções, assim

como o uso efetivo dos recursos informacionais adquiridos e mantidos em vista do atendimento dos critérios estabelecidos pelo INEP para avaliar a infraestrutura dos cursos superiores.

O planejamento inteligente não é fechado, e sim revisto periodicamente, assim como normas e padrões são revisadas para abranger ou se adequar a novas realidades, levando em consideração novas necessidades e pertinências.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa indagou sobre benefícios e entraves ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) decorrentes das avaliações do INEP/Ministério da Educação (MEC) no que diz respeito à suficiência de recursos informacionais que atendam aos cursos de graduação, já que estas bibliotecas são responsáveis por construir, ao longo do tempo e dinamicamente, um acervo capaz de atender às atividades do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Objetivo Geral

Analisar efeitos das avaliações dos cursos de graduação pelo INEP em bibliotecas da UFRJ na composição das coleções.

Objetivos específicos

- Identificar a existência ou não de política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas da UFRJ;
- Investigar os critérios de aquisição para aquisição de recursos para atender graduação, pesquisa e extensão;
- Verificar o impacto das aquisições de recursos decorrentes das avaliações do INEP sobre a prática do bibliotecário;
- Examinar o uso efetivo dos recursos bibliográficos adquiridos para atender às bibliografias básicas no caso dos cursos de graduação selecionados para estudo.
- Averiguar se existem efeitos de redução de espaço de estudo nas bibliotecas pelo aumento do acervo.

2 MARCOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Nesta seção apresenta-se o marco teórico, políticas de desenvolvimento de coleções, especialmente a política de aquisições, cujos conceitos guiam a coleta e servirão para análise dos dados levantados pela pesquisa. Também se apresenta marco histórico que busca identificar as motivações para o atual modo de avaliação dos cursos pelo INEP e suas relações com a Biblioteca Universitária.

2.1 MARCOS TEÓRICOS

O marco teórico constitui a delimitação dos conceitos norteadores desta pesquisa, relativos ao desenvolvimento de coleções para atender à comunidade acadêmica em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para o marco teórico foram selecionados trabalhos de autores com autoridade na temática do desenvolvimento de coleções, a saber: Figueiredo (1982, 1991), Vergueiro (1987, 1989, 1993, 2010) e Weitzel (2002, 2006). Os conteúdos disponíveis em sites institucionais do MEC, INEP e UFRJ foram considerados por sua relevância perante o tema estudado.

Também foram mapeados trabalhos em publicações de acesso aberto, na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal CAPES e Scielo, utilizando-se os termos, “Desenvolvimento de Coleções”, “Política AND Desenvolvimento de Coleções”, em vista de um mapeamento recente do estado da arte. Foi utilizado o operador booleano “AND” nas três bases de dados, sendo que no Portal CAPES foi necessária à combinação de palavras-chave (Desenvolvimento de Coleções AND Biblioteca Universitária) de modo diminuir a quantidade de documentos recuperados. Sem adicionar “Biblioteca Universitária” o sistema retornou 260 documentos, por isso decidimos adicionar o termo para filtrar e facilitar a leitura dos resumos. As buscas consideraram todos os periódicos disponíveis nas bases de dados. A seleção de artigos foi realizada através da leitura do título e resumo dos documentos. Os critérios de exclusão foram abordagens fora do interesse principal, tais como gestão de sistema, preservação de acervo ou coleções específicas (virtual, musicais, etc.) e duplicidade. Os critérios de inclusão definidos para a seleção foram: documentos publicados em português,

inglês e espanhol; documentos na íntegra; que se aproximassem ao máximo da temática referente à coleção de biblioteca universitária. Também foram incorporados artigos e livros retirados de bibliografias, por serem indícios encontrados na literatura crítica do conjunto de documentos que compõem e dão sustentação ao tema estudado. Foram também incluídas indicações de leitura pela orientadora, utilizadas para consolidar a argumentação teórica. Os resultados estão apresentados abaixo no Quadro 1.

Quadro 1 – Resultados da busca na literatura

Base de dados	Estratégia de Busca	Disponíveis	Selecionados
BRAPCI	Desenvolvimento de Coleções	57	7
	Política AND Desenvolvimento de Coleções	17	5
SCIELO	Desenvolvimento de Coleções	7	2
	Política AND Desenvolvimento de Coleções	0	0
CAPE	Desenvolvimento de Coleções AND Biblioteca Universitária	18	2
	Política AND Desenvolvimento de Coleções	74	2

Fonte: elaboração da autora.

2.1.1 Desenvolvimento de coleções

A biblioteca universitária tem como uma de suas características o dinamismo de suas coleções. Seu objetivo primordial é atender à comunidade composta por docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, funcionários e o cidadão, fornecendo informação segura e de qualidade em espaços propícios ao desenvolvimento do saber. Devem atender aos objetivos da universidade, que compreende ensino, pesquisa e extensão, portanto, a um público diverso e a necessidades diferenciadas.

A atividade biblioteconômica de desenvolvimento de coleções é relativamente nova, não havendo como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza do processo tais como o que se vai colecionar, por que, para quê e para quem colecionar (WEITZEL, 2002). É um trabalho contínuo e

cíclico de planejamento, envolvendo atividades de seleção, aquisição, desbaste e avaliação (VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2006).

O tema Desenvolvimento de Coleções foi discutido em trabalhos de autores clássicos da literatura brasileira de Biblioteconomia, os estudiosos Vergueiro (1987; 1989, 1993), Figueiredo (1991) e Weitzel (2002; 2006), que identificaram o histórico do seu surgimento, importância, critérios relevantes e meios para estabelecimento de Política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Universitárias. Considerações de outros autores foram adicionadas após busca bibliográfica com critérios elencados no item “Aspectos Metodológicos” e auxiliaram no incremento dos alicerces conceituais.

A necessidade de selecionar coleções foi consolidada somente no século XX, após o *boom* editorial, período de abundância de informação, ou explosão bibliográfica, quando a preocupação com desenvolvimento de coleções e rotinas a ele relacionadas, aparece como resposta à impossibilidade contemporânea de tudo manter, devido ao crescente aumento de publicações (WEITZEL, 2002). O trabalho de Vergueiro, do início da década dos 1990, indica que preocupação com o desenvolvimento de coleções apresentava um nítido incremento nas últimas décadas quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais (VERGUEIRO, 1993).

Pode-se afirmar, então, que dois acontecimentos históricos influenciaram a consolidação do desenvolvimento de coleções como atividade ímpar e indispensável às atividades bibliotecárias: explosão bibliográfica e o advento da Internet (WEITZEL, 2002).

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 surge a preocupação em traçar políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias brasileiras. Até então não havia literatura em português sobre o tema e o ensino da disciplina de Formação e Desenvolvimento de Coleções tinha sido recém-introduzido nas escolas de Biblioteconomia com a reformulação curricular em 1982, a partir desse período houve aumento da produção literária em português, que contribuiu para crescimento do conhecimento técnico e importância das atividades voltadas ao desenvolvimento de coleções pelos bibliotecários (WEITZEL, 2006).

As atividades implicadas no desenvolvimento de coleções devem ser tratadas como partes inter-relacionadas de um complexo programa de administração de coleções (WORTMAN, 1989 apud MARTINS, 2011). Os bibliotecários precisam pensar holisticamente sobre suas coleções, identificando conexões entre os vários elementos do acervo e as atividades de administração. Não se tratando, portanto, apenas uma simples atividade, ou um grupo de atividades, mas de um processo de planejamento e de tomada de decisões (MAGRILL; HICKEY, 1984 apud VERGUEIRO, 1993). Na década dos 1970, Shera (1972) apud Lima e Figueiredo (1984) já apontava que o desenvolvimento da coleção da biblioteca é um ato de criação intelectual e o bibliotecário para realizá-lo deve conhecer livros e homens, e os usos que os últimos farão dos primeiros, ou seja, estudo de usuários e avaliação de serviços.

No entanto, o tamanho de uma coleção não garante sua qualidade, uma vez que uma biblioteca pode ter um acervo vasto e ineficaz, em vez de um acervo pequeno e pertinente. Acumular títulos que não condizem com sua missão pode gerar um trabalho desnecessário mais adiante, pois mesmo que tratem de doações, sem um gasto de aquisição, o recurso requererá tratamento. Recursos não condizentes com os objetivos institucionais e a necessidades dos usuários serão “peso morto” no acervo, ocupando espaço, mas sem utilidade. Figueiredo (1990) afirma que todo bibliotecário sabe que muitos livros da sua coleção raramente ou nunca são e serão utilizados, enquanto existe procura por materiais que o sistema não possui.

Assim, o desenvolvimento de coleções deve ter em conta o espaço disponível para o acervo físico, que pode se tornar um problema antes que as pessoas o percebam e quando se atinge seu estado crítico a situação já é grave, pois a ausência de espaço e um ambiente inadequado afetam funcionários e usuários, podendo causar conflitos e relacionamentos difíceis, baixa produtividade, baixa qualidade de atendimento, insatisfação e baixa frequência de usuários (ALMEIDA, 2000).

A ampliação da comunidade atendida pela biblioteca também conduz a uma revisão tanto das necessidades de recursos informacionais quanto de espaço a fim de abrigar um número maior de pessoas ou públicos com exigências diversas em relação à ocupação e uso do espaço. A criação de novos serviços em unidades já

existentes também pode implicar na necessidade de adaptação ou ampliação de espaço a fim de garantir condições adequadas a seu desenvolvimento com qualidade (ALMEIDA, 2000). Há uma tendência ao crescimento contínuo em quase todos os tipos de bibliotecas devido, principalmente, à ampliação gradual do acervo e, em alguns casos, ao aumento do número de usuários ou o uso mais intenso de seus recursos. (ALMEIDA, 2000). Há, por outro lado, limites de recursos e espaço físico, de modo que as escolhas para o desenvolvimento das coleções devem ser criteriosas e sempre revistas.

No caso das Bibliotecas Universitárias, a política de educação expressa pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)² e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³ implicou na ampliação do número de vagas disponíveis em Universidades, sejam privadas ou federais, conseqüentemente tem-se também ampliado o número de usuários potenciais das Bibliotecas Universitárias. Deste modo, o desenvolvimento de coleções nestas instituições deve considerar um reexame que leve em conta o número ampliado de usuários potenciais, sem deixar de lado a continuidade do atendimento à pesquisa e extensão. A manutenção do acervo requer avaliações periódicas que permitam a permanência, aquisição ou desbaste de materiais bibliográficos.

O serviço de fornecimento de informação por vezes enfrenta questionamentos. Então deve haver meios para orientar a prestação de serviços, de forma a fundamentar padrões para as atividades e auxiliar no treinamento de novos

² O PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Fonte: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>.

³ O REUNI tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e teve o início de sua implantação em 2008. O objetivo do Governo Federal foi adotar uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. Fonte: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>.

colaboradores, possibilitando a realização de atividades de maneira uniforme, consistente, padronizada, racionalizando os trabalhos e favorecendo maior eficácia do setor (FIGUEIREDO, 1991).

O processo de desenvolvimento de coleções deve estar pautado nos objetivos institucionais e nas necessidades de informação para a comunidade. Daí pode-se estabelecer uma política geral que se desdobra em políticas e critérios de seleção, com aquisição e desbaste e meios de avaliação (FIGUEIREDO, 1990), que garantam o crescimento harmonioso e adequado da coleção.

A política de desenvolvimento de coleções é uma filosofia norteadora, constituindo um guia racional para aplicação de recursos, para a seleção de itens, descrição geral da coleção, indicação dos métodos de trabalho e oferta de subsídios que contribuam para a argumentação do bibliotecário quanto a necessidade de novas aquisições, bem como para a recusa de materiais inconsistentes com a filosofia adotada (VERGUEIRO, 1989). Deve estabelecer os objetivos e metas, especificando o escopo, tamanho, tipos de materiais, critérios de seleção e de descarte (FIGUEIREDO, 1991).

Os métodos permitem o melhor aproveitamento do esforço humano e diminuição do desperdício, conseguindo menores custos para os serviços e produtos oferecidos (MACIEL; MENDONÇA, 2000), e conforme Vergueiro (1989), um bom desenvolvimento de coleções exige comprometimento com metodologias. Assim, suas diretrizes precisam ser registradas, deixando claro para a equipe de bibliotecários os recursos que farão parte da coleção (conteúdo e formato); as condições para seu ingresso no acervo (políticas de aquisição); as necessidades específicas e a parcela da comunidade que o material deverá atender; condições de retirada do material do acervo (desbaste) e também a responsabilidade pela tomada de decisões (bibliotecário e comissões) (MARTINS, 2011).

Vergueiro, Figueiredo e Weitzel (1989; 1991; 2006) concordam que o estudo e acompanhamento das necessidades de informação da comunidade são indispensáveis no processo de desenvolvimento de coleções. São diversos os fatores a serem considerados quando na elaboração da política pela primeira vez, com objetivo de colocá-la de acordo com o que o estudo prévio de uso/usuário mostra ser necessário (FIGUEIREDO, 1991).

É por isso que Figueiredo (1990) aponta como um importante princípio no desenho da política do desenvolvimento de coleções levar mais em conta o atendimento das necessidades da comunidade do que atingir algum padrão abstrato de qualidade. Existem demandas reais que devem ser atendidas: as que aparecem nas bibliografias básicas e complementares da graduação e outras demandas existentes no ensino; as necessidades a serem supridas da pesquisa / pós-graduação, assim como na extensão. Demandas reais e não as pressupostas sem o mínimo de prospecção.

A construção da política integra as considerações dos profissionais acerca de suas rotinas de desenvolvimento de coleções e o ideal é que resulte de uma negociação entre os responsáveis pela biblioteca e os membros da comunidade a que ela se destina (MARTINS, 2011). A formação de comitê/comissão permanente para avaliação de acervo é importante a fim de que o gestor da biblioteca tenha o amparo necessário para realizar tanto a aquisição quanto o desbaste da coleção. Em se tratando de patrimônio e verba envolvida, dispor de um documento com a política constitui na segurança que o gestor da biblioteca necessita para desenvolver seu trabalho com tranquilidade.

Definir bem a política minimiza dúvidas e orienta a equipe. Ao mesmo tempo deve ser flexível, permitindo atualizações de critérios que compreendam as mudanças e demandas relativas à comunidade. A política orienta, sendo considerado um instrumento chave para garantir que qualidade e tamanho e tamanho da coleção estejam de acordo com as necessidades informacionais dos usuários (FIGUEIREDO, 1991).

O processo de construção e de registro da política propiciam oportunidades de autoavaliação e reflexão, assim como garante uma coleção consistente e um crescimento balanceado dos recursos da biblioteca (FENG, 1979 apud VERGUEIRO, 1987). Mas tendo em vista as dinâmicas existentes nas necessidades de informação, a política deve prever uma periodicidade para avaliação do acervo, o que retroalimentará as decisões em cada fase do processo, mas especialmente na tipologia de recursos, aquisição e desbaste. Convém a cada unidade definir critérios que atendam a sua prática, pois as características do acervo e de seu público irão indicar as diretrizes para a manutenção, desbaste ou para inclusão de um tipo documental ainda não contemplado.

Feng (1979 apud FIGUEIREDO, 1982, p. 22) resume bem as atribuições da política de desenvolvimento de coleções:

[...] deve definir as metas e os objetivos da biblioteca, identificar as necessidades da comunidade que ela serve, a curto e longo prazo, avaliar o grau de força e fraqueza dos recursos existentes e determinar a profundidade e o escopo da sua política de aquisição. O principal desta política, usualmente, consiste em listar os assuntos, com anotações acompanhando e indicando o grau de cobertura recomendada. Delimitações por língua, data, formato e custo oferecem outros refinamentos.

O desenvolvimento de coleções pode ser visto como um processo de identificação dos pontos fortes e fracos do acervo da biblioteca, em termos de necessidades dos usuários e de recursos disponíveis para tal, que pode ser verificado através de constantes avaliações das fontes da biblioteca, e de frequentes estudos das necessidades dos usuários e das mudanças da comunidade a qual se atende (EVANS, 1979 apud MARTINS, 2011). Portanto é fundamental o diagnóstico da coleção, o mapeamento das necessidades da comunidade de usuários e elencar recursos localmente disponíveis ou acessíveis por empréstimo entre bibliotecas para o atendimento satisfatório.

2.1.2 Política de seleção e a aquisição

Nenhum bibliotecário pode, naturalmente, obter todos os livros e nenhuma biblioteca pode atender a todas as necessidades, nem as bibliotecas podem crescer indefinidamente, sendo necessários critérios de seleção, independente do tamanho ou espaço disponível para armazenamento. A verdadeira biblioteca não é um aglomerado de livros e sim uma criação significativa destinada a estimular, no usuário, uma necessidade de desenvolvimento intelectual (SHERA, 1972 apud LIMA; FIGUEIREDO, 1984).

O orçamento, por seu turno, demanda atenção do gestor da biblioteca, uma vez que planejar é definir prioridades. Os recursos disponíveis são sempre finitos, sendo imperioso que existam princípios gerais que permitam um desenvolvimento de acervo de modo a atender às demandas da comunidade e à finalidade da instituição, dentro dos limites orçamentários.

Um bom desenvolvimento de coleções exige também do bibliotecário e de sua equipe uma grande capacidade de análise da informação para a seleção das

mais relevantes e pertinentes obras produzidas em cada área de interesse (WEITZEL, 2002). Uma dada coleção se desenvolve ao longo do tempo basicamente pela aquisição e pelo descarte de material bibliográfico.

Neste sentido é que a realização periódica de análise comparativa do que é adquirido com o uso subsequente pode ser incluída como um dos métodos para avaliar a adequação do desenvolvimento das coleções, permitindo o aperfeiçoamento da seleção, identificando-se categorias de materiais com pouca chance de ser utilizado e pela possível mudança no procedimento de seleção que estaria gerando a aquisição de materiais que serão subsequentemente pouco utilizados (FIGUEIREDO, 1991).

A avaliação da coleção possibilita a localização de duplicidade, de materiais que perderam o interesse por obsolescência ou ainda documentos que não tiveram a busca que se esperava por parte do público, indicando uma possível necessidade de descarte. O sistema automatizado de bibliotecas pode ser uma ferramenta muito útil para a análise periódica quanto ao que é adquirido e o que é realmente utilizado pela comunidade, facilitando a coleta de dados estatísticos. Para que a análise ocasione o aperfeiçoamento significativo da coleção, ela “deve ser contínua e realizada durante um período razoável de tempo (3-4-5 anos)” (FIGUEIREDO, 1991, p. 37).

A política de seleção põe em realização a filosofia e as decisões de seleção de recursos e inclui os processos de identificação, compras, doação e permuta de documentos (MACIEL; MENDONÇA, 2000) e deve estar alinhada à política de descarte. Deve guiar as aquisições, determinando o tamanho adequado da coleção, as áreas de assunto a serem cobertas, que tipos de materiais devem compor a coleção, os critérios de seleção, formatos, além de normas relativas ao descarte (FIGUEIREDO, 1991). Deve evitar a duplicação ou gastos supérfluos, daí a necessidade de selecionar de forma cuidadosa. Inclui um conjunto de diretrizes e normas que visam estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema (LIMA; FIGUEIREDO, 1984).

A elaboração de critérios para seleção é vital para a atividade de aquisição, incluindo as regras para recebimento de doações e de descarte. Nesta política

devem estar caracterizados: o que adquirir, em termos de necessidades legitimadas pelos usuários reais e/ou potenciais, onde e como adquirir (LIMA; FIGUEIREDO, 1984). Maciel e Mendonça (2000) afirmam que a seleção é uma das funções responsáveis pela formação e desenvolvimento das coleções que irão compor o acervo, tanto quanto à forma – livros, audiovisuais, periódicos, etc., quanto ao conteúdo – assunto de interesse, nível de cobertura, etc. Os reflexos de uma seleção bem feita serão positivos nos serviços subsequentes, assim como refletirá negativamente quando mal orientada, ocasionando coleções não utilizadas e insatisfação de usuários.

Weitzel (2006) adverte que o processo de seleção estaria incompleto se a única fonte de prospecção fossem as sugestões da comunidade, que são muito importantes, mas podem estar repletos de interesses particulares. Para Vergueiro (1995) a política de seleção busca a garantia que todo material incorporado ao acervo seja pautado em razões objetivas predeterminadas de forma a manter um direcionamento racional para a coleção que oriente os profissionais que fazem parte da equipe, assim como aos novos funcionários que são incorporados.

Sobre a responsabilidade de tal atividade Weitzel (2006) lembra que o processo decisório nas universidades, comumente está estruturado sob a forma de colegiados e conselhos. Portanto, aderir a este modelo legitima o processo de seleção por meio de comissão formada por representantes de todos os seguimentos da comunidade. Decisões colegiadas são vantajosas por dividir a responsabilidade, demanda compromisso e comprometimento de todos em favor do interesse comum (WEITZEL, 2006).

Para Wellard (1937 apud FIGUEIREDO, 1982) a seleção mais adequada é a que realiza os objetivos da função social da biblioteca através do conhecimento da comunidade a ser servida.

Para Vergueiro (1995, p. 18-25) entre os critérios a serem considerados para a construção da política de seleção podem ser considerados acerca do conteúdo dos documentos. Muitos destes aspectos seletivos são podem ser realizados se ancorados em uma comissão com representantes da comunidade.

- Autoridade: qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador;
- Precisão: evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta;

- Imparcialidade: procura verificar se todos os lados do assunto são apresentados de maneira justa, sem favoritismos;
- Atualidade: uma informação desatualizada perde muito de seu valor, para bibliotecas onde atualidade dos dados tem muita importância, esse critério é decisivo;
- Cobertura/Tratamento: refere-se à forma como o assunto é tratado, se há completeza ou a abordagem é superficial etc.;
- Conveniência: verificar se o trabalho é apresentado em um nível de vocabulário e visual, que seja compreensível pelo usuário;
- Idioma: definir se a língua do documento é acessível aos usuários da coleção;
- Relevância/Interesse: definir se o documento é relevante para a experiência do usuário, sendo-lhe de alguma utilidade;
- Estilo: muitas vezes o estilo utilizado não é apropriado ao assunto ou objetivo do texto;
- Características físicas: Analisar a tipografia da obra, a encadernação e a qualidade do papel;
- Aspectos especiais: Inclusão e qualidade de bibliografias, apêndices, notas, índices e outros itens que possam otimizar o documento;
- Contribuição potencial: Avalia a coleção já existente e avalia a inclusão ou não de outras obras;
- Custo: Identificar alternativas financeiras que propiciem uma melhor negociação (desconto com fornecedores, prazo maior de pagamento, etc).

O documento formal de política de seleção justifica-se por seu caráter administrativo, garantia da continuidade dos critérios estabelecidos para além da presença física de seus colaboradores; de relações públicas, ao tornar a biblioteca simpática aos olhos da comunidade e político, ao oferecer um instrumento para gerenciamento de conflitos e pressões em torno da coleção (VERGUEIRO, 1995). Em suma, em um documento de política constam:

- Identificação dos responsáveis pela seleção de materiais: responsabilidade pelas decisões, deixar claramente registrado se há comissão, e ainda como esta foi constituída (lei, decreto, portaria, etc.); identificação dos membros, periodicidade das reuniões, atribuições de seus membros, etc.;
- Os critérios utilizados no processo: descrição de todos os critérios cotidianamente utilizados para seleção de materiais;
- Os instrumentos auxiliares: catálogos de editoras e outras fontes que podem ser utilizadas no processo de seleção;
- As políticas específicas: diretrizes para determinadas coleções, tais como produção local, obras raras, materiais especiais, etc.;
- Os documentos correlatos: para facilitar consulta, reunir em um só documento fluxogramas, organogramas, formulários para sugestões de itens, doações, recibos de aceitação de doação, etc. (VERGUEIRO, 1995, p. 72).

A eficiência da Biblioteca Universitária depende se suas características correspondem ao interesse dos usuários e do quanto os usuários potenciais estão dispostos e são capazes de fazer uso dos seus serviços (FIGUEIREDO, 1991). A

falta de conhecimento das preferências dos usuários leva a um baixo uso dos recursos da biblioteca, não se trata apenas de preferência, mas da conexão entre preferência-comportamento-benefício obtida pelo usuário (FIGUEIREDO, 1991). É preciso conhecer minimamente como o usuário soluciona seu problema de informação e qual seu comportamento para obter a informação, sem esses dados fica complicado para a biblioteca contribuir para os objetivos do usuário.

Considerada como o processo que implementa as decisões de seleção (VERGUEIRO, 1989; MACIEL; MENDONÇA, 2000), a aquisição inclui as atividades de compra, doação e permuta de documentos. A aquisição envolve orçamento e alocação de recursos. É um trabalho minucioso de identificação, localização de materiais e obtenção para o acervo, permitindo concretizar aquilo que foi planejado para o desenvolvimento de coleções (DIAS; PIRES, 2003). Andrade e Vergueiro (1996 apud MACIEL; MENDONÇA, 2000) comparam o trabalho de aquisição a procurar uma agulha no palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. Dizem ainda ser uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de modo a evitar divergência entre o que foi primordialmente escolhido e aquilo que afinal chega às mãos do usuário.

Para Maciel e Mendonça (2000) são inúmeras as tomadas de decisão inerentes ao cargo, algumas podem ser destacadas como primordiais para a construção da política de aquisição, assim como outras orientações das autoras que elencamos a seguir:

- Conhecer os processos burocráticos inerentes à instituição mantenedora;
- Decidir sobre modalidade de aquisição, se em serviço público, convite, licitação, etc.;
- Conhecer as dotações orçamentárias e outras possíveis fontes de investimento, institucionais ou não;
- Implantar o serviço de permuta e recebimento de doações, incluindo formulários e modelos de correspondência para o exercício da atividade;
- Conhecer as dotações orçamentárias e outras possíveis fontes de investimento, institucionais ou não;
- Estabelecer fluxos de trabalho para as diferentes rotinas pertinentes à função de modo a facilitar alterações, automação e treinamento de ingressantes.

Andrade e Vergueiro (1996, p. 14-15) indicam ainda que a objetividade é o elemento principal para que se obtenha um produto útil às necessidades da biblioteca e indicam alguns pontos que devem fazer parte dessa política:

- Responsabilidades: quem são os responsáveis pela aquisição de materiais de informação em geral, inclusive quem responde pelo fluxo de pagamento e prestação de conta dos itens adquiridos por compra, pela decisão quanto à incorporação de doações ao acervo e pela definição das atividades de permuta e intercâmbio;
- Procedimentos: quais os procedimentos para organizar as sugestões de aquisição, de maneira a garantir que as prioridades estabelecidas para seleção sejam, na medida do possível, respeitadas pelos responsáveis pela aquisição;
- Fornecedores: quais os principais fornecedores utilizados pela aquisição nas suas atividades rotineiras, categorizando-os, se for o caso, segundo tipos de materiais e/ou áreas de conhecimento em que são mais fortes;
- Instrumentos auxiliares: quais os instrumentos auxiliares utilizados para a obtenção de informações sobre os itens a serem adquiridos, tais como autoria, procedência, preço, etc.;
- Organização: como está organizada a atividade de compra de materiais de informação, detalhando os passos necessários para a solicitação de materiais aos fornecedores (elaboração de listas de títulos, pedidos de compra, etc.), bem como os diversos instrumentos de acompanhamento e controle do material adquirido;
- Permuta: como as atividades de permuta e intercâmbio estão organizadas, inclusive a sistemática para a avaliação do custo-benefício dessa forma de aquisição;
- Doação: como se faz o pedido de obras por doação, inclusive modelos de cartas e ofícios e as principais instituições às quais a biblioteca normalmente solicita a doação de materiais.

O ponto de partida para o desenvolvimento de uma política de aquisição deve ser uma declaração que defina os objetivos de tal documento para atendimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a missão da biblioteca e os objetivos da instituição mantenedora. Tanto a quantidade quanto a qualidade do acervo dependem da definição de políticas de seleção e aquisição e que estas sejam os braços da política de desenvolvimento de coleções. Estes são instrumentos de apoio ao planejamento e aplicação consciente dos recursos da instituição, com a finalidade de contribuir para o bem comum da universidade.

Outra forma de analisar resultados do desenvolvimento da coleção pode ser feita através de comparação dos dados da circulação com a coleção total, que permite identificar “certas classes dentro da coleção onde o uso cresceu e, portanto, tornou-se necessária maior alocação de recursos para aquisição” (FIQUEIREDO, 1991, p. 38). Partindo desse pressuposto, pode-se utilizar a mesma lógica para

justificar o desbaste da coleção em classes onde não houve procura, de forma a otimizar o espaço.

Portanto, seleção implica em aquisições e descartes baseados em diretrizes e cujos resultados podem ser utilizados como indicadores de avaliação das coleções.

2.2 MARCOS HISTÓRICOS

À ampliação de vagas no ensino superior brasileiro, especialmente pela iniciativa privada, correspondeu uma sucessão de meios, dos quais lançou mão o Estado de modo a garantir um mínimo necessário de qualidade dos cursos e de qualificação de seus egressos. Hoje, a análise de quesitos determinados, referentes ao que oferecem estes cursos, são objeto de avaliação tanto para criação de um curso quanto para seu acompanhamento, constando aí o acesso a recursos de informação pelos estudantes e cuja aquisição, guarda, tratamento e disponibilização ficam ao cargo da Biblioteca Universitária.

Neste capítulo apresentam-se primeiramente um breve histórico das avaliações dos cursos superiores no Brasil, seguindo-se um panorama dos critérios hoje estabelecido pelo atual sistema de avaliação e finalmente destacam-se os critérios referentes ao acesso a recursos de informação que são incluídos nas coleções da Biblioteca Universitária.

2.2.1 Histórico das avaliações em cursos superiores

Segundo Silva (2013), desde o governo Sarney, nos anos 1980, já se colocava o caminho de avaliação do ensino superior brasileiro, quando o presidente constituiu uma "Comissão de Notáveis" que elaborou um documento que contemplava a avaliação dos cursos. Aí já se incluía a indicação da necessidade de um exame nacional de avaliação dos formandos.

Em meados dos anos 1990 governo brasileiro iniciou um processo gradual de implantação de um sistema de avaliação do ensino superior (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

O Exame Nacional de Cursos ficou conhecido como "Provão" e foi um exame instituído e aplicado pelo MEC aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar a qualidade dos cursos de graduação, no que tange aos

resultados do processo de ensino-aprendizagem, habilidades e as competências adquiridas pelo aluno durante o curso (BRASIL, 2011a). O exame tornou-se parte da cultura da educação superior no Brasil, levando a resultados que permitiram a classificação anual de cursos, baseada em uma escala de cinco níveis, sendo A melhor avaliação até E pior avaliação (VERHINE; DANTAS, 2005). O sistema de conceitos fornecia aos cursos e instituições o resultado quanto ao desempenho de seus estudantes e colaboraram na orientação de futuros ingressantes em relação à escolha do curso e da instituição que o oferecia.

A política que envolvia o "Provão" foi detalhada através do Decreto nº 2.026 de 1996, que estabeleceu também procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 1996). O Decreto acrescentava a avaliação institucional, cobrindo as dimensões ensino, pesquisa, e extensão, e também determinava que os cursos devessem ser avaliados através dos resultados do "Provão" e dos relatórios de especialistas, organizados através de comissões que verificariam pessoalmente o currículo do curso, o corpo docente, a situação das instalações gerais e adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo, as bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental (BRASIL, 1996).

A responsabilidade pela avaliação de IES e de cursos de graduação foi concedida ao INEP⁴, órgão ligado ao Ministério da Educação, criado na década de 30 e com suas atividades relacionadas à documentação, investigação e disseminação de informações (VERHINE; DANTAS, 2005) enquanto a avaliação da pós-graduação continuou com a CAPES, que desde 1976 desenvolve essa atividade especialmente voltada aos cursos de mestrado e doutorado (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

⁴O INEP tornou-se uma autarquia federal em 1997, com a aprovação da Lei 9.448, de março de 1997, assumindo a responsabilidade pelo sistema de informação e documentação e pela elaboração e implementação de projetos e sistemas de avaliação educacional.

Com o intuito de mudar a abordagem da conjectura da educação superior, e oferecer um sistema amplo, integrado e que envolvesse as instituições de ensino superior como um todo, após estudos e discussões na tentativa de conceber um sistema com estas características. Então em 2004, instituiu-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sistema proposto pelo novo Governo Federal que tinha por objetivo sugerir mudanças significativas ao sistema de avaliação centralizado no Provão (VERHINE; DANTAS, 2005), que foi substituído no mesmo ano pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Criado através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes. Tem o compromisso de avaliar todos os aspectos relacionados aos três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos (BRASIL, 2011b).

O SINAES lança mão, portanto, de uma série de instrumentos que se complementam: avaliação da instituição, dividida em autoavaliação, avaliação externa, avaliação do desempenho dos estudantes com o ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro), cuja totalidade dos resultados deve permitir traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.

Em contraste com o sistema anterior de avaliação (Provão), a abordagem do SINAES foi pensada com foco na instituição (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006), considerando-se aspectos daquilo que oferece para formação do graduando. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), enquanto a operacionalização é de responsabilidade do INEP (INEP, 2011b).

2.2.2 Avaliação institucional externa

A avaliação institucional externa das IES é realizada localmente e periodicamente, com a intenção de averiguar se a instituição oferece de fato condições de funcionamento para os cursos de graduação no país. Os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para

reconhecimento e para renovação de reconhecimento (BRASIL, 2011b), sendo observadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Portanto, o objetivo da análise é verificar o cumprimento do que foi proposto no projeto político pedagógico (BRASIL, 2006a). A lei 10.861/04 dispõe que os resultados da avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional externa, de acordo com a Portaria nº 300/2006, considera 10 dimensões avaliadas pelo SINAES, que refletem a instituição integralmente. A cada uma delas é dado um determinado peso, considerando a natureza das atividades contempladas nas diferentes dimensões, que por sua vez envolve as atividades finais, procedimentos organizativos e operacionais das instituições (BRASIL, 2006b). As dimensões 5 e 7 abrangem todos os recursos humanos, físicos e de infraestrutura disponíveis para a realização do trabalho acadêmico. As demais dimensões consideram aspectos organizativos e operacionais das instituições.

A biblioteca, no âmbito da avaliação da instituição, está inserida especificamente na dimensão 7, referente a infraestrutura física, contemplando os itens 7.4 e 7.5, as pontuações variam de peso 1 a 5 (BRASIL, 2006a). O quadro 2, que indica os pesos das dimensões do SINAES na avaliação institucional externa, mostra que a dimensão 7 representa 10% do total de pontos totais, sendo a biblioteca apenas uma parte dessa dimensão e, portanto, sua representatividade nesse total é menos de 5%.

Quadro 2 – Pesos das dimensões do SINAES na avaliação institucional externa

Dimensão	Peso relativo
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	05
Dimensão 2: Perspectiva científica e pedagógica formadora: políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa e a extensão	30
Dimensão 3: Responsabilidade social da IES	10

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade	05
Dimensão 5: Políticas de pessoal, de carreira, de aperfeiçoamento, de condições de trabalho.	20
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	05
Dimensão 7: Infraestrutura física e recursos de apoio	10
Dimensão 8: Planejamento e avaliação	05
Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes	05
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira	05

Fonte: BRASIL, 2006b.

Em um processo de avaliação que privilegia a missão educativa e científica das instituições de ensino, as dimensões avaliativas que apresentam maior importância com vistas à concretização do projeto institucional são relativas às atividades finalísticas - ou seja, as dimensões 2, 3, 5 e 7. Por isso, no cálculo do conceito final da avaliação externa, estas devem receber peso maior que as referentes aos procedimentos organizativos e operacionais (BRASIL, 2006a).

A avaliação institucional tem por objetivo estimular a melhoria da educação superior no Brasil e indica a direção a ser seguida pelas instituições de forma a assegurar a qualidade acadêmica e social da educação (BRASIL, 2006b), assim como a avaliação de cursos de graduação tem a finalidade de identificar as condições de ensino oferecidas pela instituição.

Para a dimensão 7, onde está incluída a biblioteca, colocamos em negrito, no Quadro 3 a seguir, alguns critérios que norteiam o indicador para a nota máxima. O quadro completo encontra-se no Anexo A. No quadro 3, estão selecionados os critérios que estão diretamente ligados com nossa pesquisa para algumas análises.

Quadro 3 – Critérios do INEP para pontuação máxima de bibliotecas na avaliação institucional externa

Indicadores a serem avaliados	Critérios
7.4.1. Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo	5- Quando todas as instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa ; todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo

	atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários [...]
7.4.2. Informatização	5- Quando existe informatização da biblioteca em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa ; quando a biblioteca conta com serviço de informatização do acervo e serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo [...]
7.4.3. Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização	5- Quando todas as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa [...]

Fonte: BRASIL, 2006b. (Adaptação da autora, grifo nosso).

O indicador “7.4.1 Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo” evidencia a preocupação com a qualidade das instalações. Aí destacamos o aspecto de dimensões adequadas tanto para o acervo como para os usuários, de relevância para nosso estudo, primeiro pelo aumento do número de vagas decorrente do REUNI, que também contemplou recursos para fazer frente a esta expansão (materiais e humanos), segundo pelo cuidado que a política de desenvolvimento de coleções deve ter com a expansão do material bibliográfico, cujo superdimensionamento vis-à-vis o espaço disponível, o que segundo Almeida (2000) pode levar a conflitos e baixa frequência de usuários. O quesito também evidencia que tal adequação do espaço da biblioteca deve resultar de diretrizes acessíveis à comunidade, ou seja, de uma política registrada para seu espaço que deve estar em consonância com a política de desenvolvimento de coleções.

O Indicador "7.4.2. Informatização" demonstra a preocupação de atualização tecnológica das bibliotecas, facilitando tanto as atividades dos profissionais como o acesso dos usuários. A avaliação máxima é oferecida a bibliotecas que trabalhem com sistemas adequados para processamento técnico e ainda disponibilize ao público serviços de consulta *online*, empréstimo, reserva aos usuários, entre outras atividades rotineiras. Quem trabalha com sistemas *online* vivencia falhas e outros problemas comuns quando se atua em rede, que por vezes comprometem o pronto atendimento. A preocupação neste item com a explicitação das políticas que

norteiam a as práticas e objetivos perseguidos pela biblioteca e que estejam disponíveis (parece-nos que preferencialmente no próprio site da biblioteca) para as comunidades interna e externa.

Quanto ao indicador 7.4.3 “Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização”, este item está diretamente ligado ao Desenvolvimento de Coleções e todos os aspectos que devem fazer parte da política interna. Este indicador evidencia a importância do registro das políticas de aquisição, expansão e atualização do acervo, ancorada nos documentos oficiais da instituição. A nota máxima depende da definição por tipo bibliográfico e as diretrizes de aquisição para atender aos cursos.

2.2.3 Avaliação externa dos cursos

A avaliação dos cursos de graduação tem em conta elementos cujas respostas adequadas devem ser dadas pela biblioteca. A lei 10.861/04 dispõe que “a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004), indica ainda a obrigatoriedade da participação de uma comissão de especialistas para exercer tal atividade.

A bibliografia básica de cada disciplina oferecida pelo curso de graduação é composta por três livros indicados pelo docente como leitura indispensável e essencial para a formação do aluno. São literaturas que tratam de forma aprofundada e possuem aproximação ao conteúdo programático estabelecido para a disciplina, sendo assim o foco central da avaliação do acervo por parte no INEP. Já a bibliografia complementar, tem o objetivo de acrescentar outros aspectos ao estudo e nem sempre se restringe aos temas englobados no conteúdo programático, mas que também são importantes para o entendimento da disciplina.

Observando o quadro 3, verificamos que a biblioteca consta como infraestrutura, sendo considerados seu espaço físico e a automação de serviços. E no item 7.4.3, especificamente a questão da coleção, onde a nota máxima é atribuída a bibliotecas que possuem claramente suas políticas de aquisição, expansão e atualização do acervo documentada.

Em seu site institucional o INEP disponibilizou em março o “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância”, instrumento este que “subsidiava os atos autorizativos de cursos” (BRASIL, 2015), com as instruções de preenchimento e orientações direcionadas aos avaliadores.

Quadro 4 – Critérios do INEP para atribuição de conceito aos cursos – Bibliografia Básica para cursos presenciais

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE – EXEMPLAR POR VAGA
CONCEITO 5	1 exemplar para menos de 5 vagas anuais.
CONCEITO 4	1 exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais.
CONCEITO 3	1 exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais.
CONCEITO 2	1 exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais.
CONCEITO 1	1 exemplar para 20 ou mais vagas anuais.

Fonte: BRASIL, 2015. (Adaptação da autora).

O número de exemplares é calculado pelo número de vagas ofertadas anualmente por disciplina e independe do número de alunos matriculados efetivamente. A biblioteca que pretende receber ou manter a nota máxima precisa atender ao quantitativo descrito no quadro 4.

Quadro 5 – Critérios do INEP para atribuição de conceito aos cursos – Bibliografia Complementar

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE – EXEMPLAR POR VAGA
CONCEITO 5	5 títulos por disciplina com 2 exemplares de cada título ou acesso virtual.
CONCEITO 4	4 títulos por disciplina com 2 exemplares de cada título ou acesso virtual.
CONCEITO 3	3 títulos por disciplina com 2 exemplares de cada título ou acesso virtual.
CONCEITO 2	2 títulos por disciplina com 2 exemplares de cada título ou acesso virtual.
CONCEITO 1	Acervo indisponível ou possui menos de 2 títulos por disciplina.

Fonte: BRASIL, 2015. (Adaptação da autora).

Quanto à Bibliografia Complementar, existe uma abertura maior para a aquisição de documentos eletrônicos, não havendo obrigatoriedade da cópia impressa no acervo (Quadro 5).

Além de estar a par dos instrumentos utilizados para avaliação institucional e de cursos, biblioteca deve estar atenta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁵ e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)⁶, se possível deve participar da elaboração dos referidos documentos.

Atender às diretrizes do INEP/MEC se faz indispensável ao reconhecimento de cursos e avaliação da qualidade da graduação, seja para manutenção da avaliação máxima ou em busca da avaliação máxima. Mas, ao mesmo tempo, o atendimento integral das requisições definidas pelo INEP/MEC, no que tange ao quantitativo de obras da bibliografia básica, por exemplo, pode comprometer o orçamento disponibilizado e, conseqüentemente, o atendimento dos demais participantes da tríplice universitária, que podem ficar alijados do processo, tanto de aquisição, como de usufruto do espaço físico, pois a quantidade de novas aquisições pode ocupar consideravelmente o espaço, retraindo o ambiente de salas de estudo, por exemplo. É neste sentido que uma política de desenvolvimento de coleções é primordial, ela deve incluir o atendimento adequado dos cursos de graduação, pautado nas orientações do INEP e não ser substituída por elas.

Visto todos estes argumentos, neste trabalho elaboramos uma hipótese que há uma influência das avaliações do INEP na rotina de trabalho e do desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias, e essa influência é direcionada e tende a privilegiar a graduação. A seguir, detalharemos os métodos que serão utilizados para confirmar ou refutar a nossa hipótese, utilizando

⁵ O PDI é um documento elaborado para um período de cinco anos, e que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Fonte: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>.

⁶ O PPC de graduação expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Fonte: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>.

instrumentos qualitativos para validar os achados que serão descritos na versão final deste trabalho.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E SEU SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Esta seção visa situar o campo empírico desta pesquisa, fornecendo alguns elementos sobre a UFRJ e o sistema de suas bibliotecas, o SiBI.

3.1 AS DIMENSÕES DA UFRJ

Fundada em 7 de setembro de 1920, por ocasião do 98º aniversário da Independência do Brasil, através do Decreto nº 14.343, assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa, foi criada a UFRJ. Reunindo a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito, sendo assegurada autonomia didática e administrativa (TEIXEIRA, 2010). Considerada em 2015 como a maior universidade federal do país, com 56 mil estudantes em 175 cursos de graduação e 114 programas de pós-graduação (UFRJ, 2015), a UFRJ oferece cursos que se caracterizam pela qualidade e amplo reconhecimento, ocupando o terceiro lugar entre as universidades brasileiras⁷ no *Ranking Web of Universities*⁸. Possui precioso patrimônio tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) constituído por 12 imóveis e cinco hospitais de ensino credenciados que são referência nacional na formação da área da saúde, na assistência e na pesquisa (UFRJ, 2015).

Na última década, foram criadas 22 mil novas matrículas, "confirmando o compromisso social da instituição com a democratização do acesso à educação, nos

⁷ Dados divulgados em jan/2016. Fonte: <http://www.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil>.

⁸ *Webometrics Ranking of World Universities* é uma iniciativa do *Cybermetrics Lab*, que se trata de um grupo de pesquisa que pertence ao Conselho Superior de Investigações Científicas, o maior órgão público de pesquisa na Espanha. Fonte: <<http://www.webometrics.info/>>. (Tradução da autora).

marcos da política de expansão do MEC" (UFRJ, 2015, p. 1). Foram criados novos campi em Xerém e Macaé, ampliando ainda mais as dimensões da universidade.

3.2 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRJ

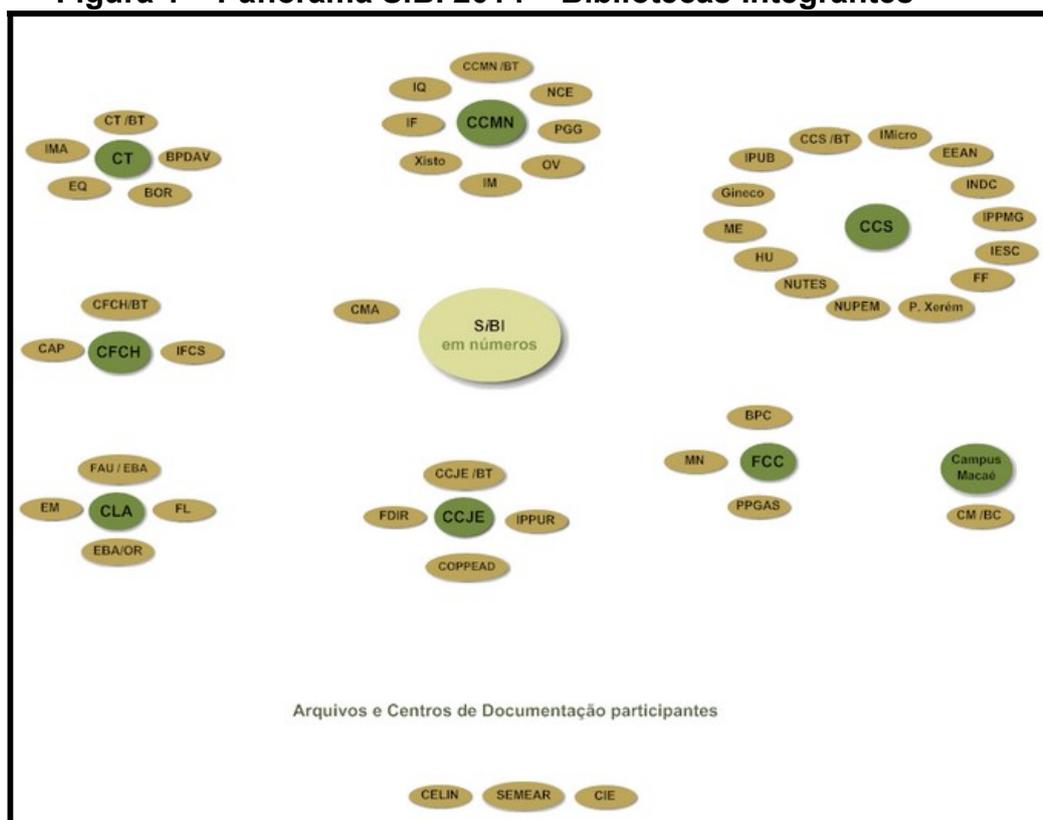
O Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI) teve início em 1983, a partir de projeto proposto por comissão de bibliotecários coordenada pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, com a função de organizar a aquisição centralizada de periódicos estrangeiros para a UFRJ. O sucesso desse trabalho demonstrou à Universidade a necessidade de uma nova organização, de estrutura sistêmica centralizada, para a administração de suas bibliotecas. Assim foi criado o SiBI, que tem por finalidade coordenar ações que visem integrar as bibliotecas à realidade educacional e administrativa da universidade. De forma geral, é responsável pela implementação de políticas de planejamento, gerenciamento de tecnologias (sistema de catalogação e empréstimo, repositório institucional, etc.), desenvolvimento de acervos e serviços de informação (UFRJ, 2007).

O SiBI atua como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus membros, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos. As bibliotecas que integram o SiBI, são gerenciadas também através da coleta de dados anuais para a base BAGER (Base Gerencial), que possibilita avaliar o desenvolvimento e o desempenho das bibliotecas, assim como identificar as necessidades de pessoal, acervo e infraestrutura que serão atendidas pelos recursos orçamentários que dispõe ou ainda por projetos e editais que participa (UFRJ, 2007).

São aproximadamente 300 profissionais trabalhando em oito centros de Educação e subdivididos em 46 unidades de informação no Estado do Rio de Janeiro (sendo 42 bibliotecas, 1 centro de memória e 3 arquivos). O gigantismo de sua estrutura pode dificultar a comunicação da equipe de bibliotecários. Pensando na melhoria de serviços e padronização de rotinas. A Diretoria de Processamento Técnico (DPT) iniciou em novembro de 2014 um ciclo de encontros com a finalidade de esclarecer aos colegas, que estão diretamente ligados à atividade de aquisição, acerca das informações necessárias sobre a licitação de material bibliográfico;

procedimentos para descarte de acervo patrimoniado; aquisição de livros eletrônicos, entre outros assuntos relacionados, de modo a oferecer serviços com qualidade e confiabilidade, explorando as potencialidades da tecnologia aliadas às competências dos bibliotecários (UFRJ, 2014a).

Figura 1 – Panorama SiBI 2014 – Bibliotecas Integrantes



Fonte: <<http://www.sibi.ufrj.br/panorama.htm>>.

A iniciativa da Diretoria vem ao encontro da mudança de postura no que se refere à aquisição, pois essas reuniões têm também o objetivo de estabelecer a Política de Desenvolvimento de Coleções da UFRJ. Se antes a DPT estava voltada para a aquisição propriamente dita, pretende-se, em breve, contribuir para estabelecer a linha mestra que irá guiar as bibliotecas do sistema a produzirem suas políticas dentro de suas especificidades.

O intuito da DPT é tornar a atividade de aquisição, coordenada e supervisionada por eles, simplificada e ágil, construindo o procedimento para compra passo a passo, pautada na legislação vigente, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), pois o sistema de compra e patrimonização federal segue

a legislação de aquisição. A lei é de 1993, portanto *e-books* ainda não regularmente disponibilizados para venda, por exemplo⁹.

A aquisição ocorre anualmente através de licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, atividade centralizada e gerenciada pela DPT, que recebe as planilhas, com as seleções dos títulos a serem adquiridos, planilhas estas que são repassadas pelos gestores das bibliotecas.

O SIBI é responsável pela padronização das técnicas, mas cabe a cada biblioteca realizar o estudo de comunidade e definir/personalizar a política de desenvolvimento de coleção, para que se adeque a sua realidade, justamente pela diversidade de públicos e suas diferentes necessidades. De forma a contribuir para a comunicação entre os servidores e aglutinar ferramentas de trabalho comuns a todos (*download* do *software* Aleph¹⁰, instruções, manuais, normas, etc.), desde novembro de 2013 o SiBI disponibiliza através da plataforma *Moodle*¹¹, um ambiente de educação à distância que auxilia na atualização profissional e troca de experiências. A utilização dessa plataforma permite que a informação flua rapidamente, além de estreitar distâncias, pois pode ser acessada por todos os bibliotecários (o acesso é restrito a servidores através de *login* e senha), a qualquer hora e lugar, desde que possua acesso à *internet*.

As bibliotecas da UFRJ oferecem empréstimo domiciliar; empréstimo entre bibliotecas; comutação bibliográfica; serviço de referência; catalogação na fonte e orientação quanto à normalização de documentos. Algumas bibliotecas também oferecem palestras e minicursos sobre metodologia do trabalho científico, levantamento bibliográfico e utilização de gerenciadores de referências bibliográficas.

⁹ Informações repassadas durante reuniões dos grupos de aquisição e processamento técnico do SiBI em novembro de 2014 e abril de 2015.

¹⁰ Aleph é um sistema proprietário para a automação de bibliotecas e centros de pesquisa que integra módulos de catalogação, circulação, aquisição, empréstimo e também de outras rotinas bibliotecárias. Fonte: <<http://glima.eci.ufmg.br/>>.

¹¹ *Software* livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>.

O trabalho do SiBI visa auxiliar todas as bibliotecas a alcançarem o padrão de qualidade que a UFRJ oferece à sociedade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFRJ, 2007).

4 MÉTODO

A pesquisa é um estudo de caso de natureza exploratória, com abordagens qualitativa e quantitativa. O campo empírico desta pesquisa são 42 bibliotecas setoriais da UFRJ. As 42 bibliotecas setoriais, e suas divisões por áreas do conhecimento, estão descritas na Figura 1 e estão sob a direção do Sistema Integrado de Informação (SiBI).

A amostra populacional escolhida para esta dissertação é de profissionais bibliotecários e gestores das bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A UFRJ foi escolhida entre outras universidades do estado do Rio de Janeiro por ter uma maior quantidade de bibliotecas dentro do seu campus, além de possuir o maior acervo dentre todas as universidades do Estado do Rio de Janeiro.

O estudo empírico foi realizado utilizando-se um conjunto de meios: aplicação de questionário, realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais bibliotecários, uso de técnicas de análise de conteúdo para a interpretação dos resultados, levantamento de dados junto ao SiBI e a partir dos relatórios consolidados do sistema, assim como dados localizados em relatórios da própria UFRJ. Cada um destes meios estão descritos a seguir.

4.1 COLETA DE DADOS JUNTO A UFRJ

Tivemos acesso a relatórios das secretarias de graduação, pós-graduação e do SiBI. Também foram realizadas consultas a base de catalogação e empréstimo Minerva.

4.1.1 Relatórios SiBI

A administração do SiBI produz anualmente relatório com informações sobre as bibliotecas que fazem parte do sistema. Os dados são repassados pelos gestores de cada biblioteca e são unificados pela equipe da Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas do SiBI. Tivemos acesso aos relatórios de 2010 a 2014, que contêm dados úteis a esta pesquisa.

4.1.2 Relatórios de Graduação

Os relatórios da Pró-Reitoria de Graduação - PR1, responsável pela coordenação dos cursos de graduação, ficam disponíveis no site oficial da UFRJ e é possível ter acesso ao quantitativo de matrículas disponíveis e comparações com os números de anos anteriores. Utilizamos o arquivo 'gráficos dos últimos anos' onde tivemos acesso ao número de matrículas abertas para atendimento a graduação.

4.1.3 Dados retirados da Base de Catalogação e Empréstimo Minerva

Os dados relativos à aquisição (ano, exemplares) e aos empréstimos de livros adquiridos nos período de 6 meses que precederam à avaliação dos cursos interessam para buscar evidências acerca do uso efetivo de recursos bibliográficos adquiridos para atender ao quesito de adequação de quantitativa de exemplares de cada um dos três itens constantes em bibliografias básicas das disciplinas dos cursos avaliados. Para estimar o uso de recursos bibliográficos relativos à bibliografia básica dos cursos selecionados para pesquisa e seu uso efetivo, foram extraídos dados da Base de Catalogação e Empréstimo Minerva¹², de forma a verificar a data de inserção dos livros no acervo, quantidade de itens disponíveis e relacionar o número de empréstimo com a quantidade de alunos matriculados, com o objetivo de indagar o uso efetivo dos livros adquiridos para atender a graduação a partir dos critérios propostos pelo INEP/MEC. Os cursos que tiveram os dados de

¹² O sistema Aleph é o programa utilizado na automação de rotinas biblioteconômicas na UFRJ desde 1998, tendo a empresa Ex Libris como fornecedora. Disponível em: <<http://www.exl.com.br/aleph.htm>>.

aquisição e empréstimo consultados são os mesmos que receberam a avaliação máxima do INEP.

A definição pelo ano de 2013 para a seleção dos cursos avaliados considerou que até 2015 houve tempo suficiente à utilização do material bibliográfico obrigatório destas disciplinas. Para a identificação de cursos que estivessem conforme os critérios definidos (avaliados em 2013 e com nota máxima) foram executadas buscas no site do MEC¹³, onde foi possível também observar alguns dados adicionais sobre os cursos, como início de funcionamento e quantidade de vagas oferecidas (Quadro 6).

4.2 QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Estas atividades da pesquisa foram distribuídas em quatro fases: a primeira foi a aplicação de um questionário direcionado aos gestores; a segunda fase foi uma entrevistas com responsável pela aquisição do SiBI; a terceira fase foi uma entrevista com dois gestores de bibliotecas onde cursos avaliados pelo MEC/INEP que receberam o conceito máximo em 201 e a quarta e última fase foi de estabelecer uma técnica que possa interpretar as entrevistas adequando as respostas das entrevistas com os objetivos propostos neste trabalho. Cada um dos elementos acionados para realização do estudo empírico está descrito a seguir.

4.2.1 Fase 1 – Questionário online direcionado aos gestores

A aplicação do questionário (APÊNDICE B), enviado a todas 42 bibliotecas setoriais do sistema, com 21 questões, teve por finalidade esclarecer questões a distribuição de trabalho da equipe de bibliotecários da UFRJ; saber se são realizados estudos de usuários; se existe uma política de desenvolvimento de coleções, formalizada e acessível; quais os critérios para identificar necessidades e demandas de aquisição para a coleção; se existem e quais são as providências tomadas quando a biblioteca é informada que haverá avaliação do INEP de curso ao qual atende; a percepção sobre mudanças no espaço físico disponível da biblioteca para acervo e usuários e quais são os serviços oferecidos à tríade universitária. O

¹³ Fonte: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

questionário foi elaborado pela autora e o tempo máximo estimado para que fosse respondido não ultrapassaria vinte minutos.

O questionário foi distribuído *online*, utilizando o *Google Forms*¹⁴ e distribuído através da lista de *e-mails* para o grupo de gestores¹⁵.

Após a coleta de dados, foi realizada a tabulação dos dados utilizando recursos da Microsoft Excel 2007, inclusive para geração de gráficos para serem apresentados nos resultados.

Para a avaliação dos questionários apresenta-se uma síntese das respostas obtidas, seguida de discussões sobre os resultados encontrados que corroborem ou refutem nossa hipótese.

4.2.2 Fase 2 – Entrevista com setor de aquisição

A aquisição de material bibliográfico é realizada por uma equipe específica do SiBI. Uma vez que, dado um orçamento para compras, a equipe lança chamada de abertura de edital para as bibliotecas do sistema, está implícito que a indicação dos recursos a adquirir é de responsabilidade das bibliotecas setoriais. Entretanto, como os recursos são escassos, é possível que nem todos os pedidos sejam passíveis de atendimento.

Desta forma, para averiguar o processo de aquisição, foi realizada uma entrevista semiestruturada junto a esta equipe. Para guiar a entrevista foi elaborado um roteiro com perguntas norteadoras, mas que possibilitasse ao entrevistado justificar suas respostas, qualificando a obtenção dos dados. O roteiro básico da entrevista continham perguntas sobre a existência política de aquisição, ou de critérios de aquisição quando da impossibilidade de atender a todos os pedidos. Também se buscou saber se a equipe solicita indicação da finalidade dos recursos solicitados (para graduação, pesquisa e extensão), ou se existe uma prévia divisão do orçamento para atender a cada elemento do tripé; o modo como a aquisição lida

¹⁴ Ferramenta de pesquisa *online* disponível gratuitamente através do site <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>.

¹⁵ Existe organização de listas de *e-mails* para facilitar a comunicação entre grupos específicos da rede de bibliotecas (gestores, processamento técnico, aquisição, etc.).

com as solicitações de material bibliográfico quando lhe é indicado ter por finalidade suprir acervo para visita de avaliadores de curso do INEP, entre outras (APÊNDICE C).

4.2.3 Fase 3 – Entrevista com gestores

Foi realizada duas entrevistas com gestores de bibliotecas, cujos cursos atendidos passaram pela avaliação do MEC/INEP e que receberam o conceito máximo em 2013. Para guiar a entrevista, a autora elaborou um roteiro com perguntas norteadoras do processo, mas que possibilitasse os entrevistados justificarem as respostas, qualificando a obtenção dos dados. O roteiro básico da entrevista continham perguntas sobre os acertos e dificuldades que passaram nesse processo; esclarecer informações sobre suas equipes; a existência de política de desenvolvimento dos acervos e de critérios de aquisição; avaliação institucional e ainda serviços oferecidos à comunidade acadêmica, considerando o tripé universitário, entre outras (APÊNDICE D).

Para facilitar a análise das informações contidas, todas as entrevistas foram gravadas pela autora e em seguida foram realizadas transcrições completas das entrevistas, realizada por um profissional especializado em transcrições.

Os gestores destas bibliotecas atendem as cursos que possuem o conceito máximo estão apresentados no Quadro 6. A escolha por pesquisar bibliotecas avaliadas em 2013 deu-se por considerar a necessidade de haver tempo o bastante para investigarmos as consequências da avaliação para o acervo dentro desse período 2013-2015. Observe-se que foi a avaliação mais recente destes cursos.

Quadro 6 – Cursos de graduação selecionados para fase 3 da pesquisa – Educação Presencial

CURSO	INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	VAGAS AUTORIZADAS	CONCEITO
X	2010	30	5
Y	2009	40	5

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/> (adaptado pela autora).

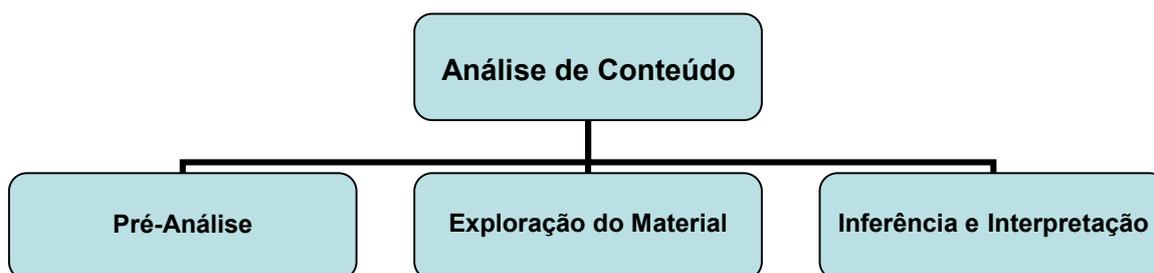
4.2.4 Fase 4 – Análise de conteúdo das entrevistas

Para a apresentação dos resultados das entrevistas, definiu-se utilizar a técnica de análise de conteúdo. Análise de conteúdo, definido por Bardin (2011), é um método de análise de discurso de atores sociais, onde toda a entrevista é separada e agrupada em grandes categorias, que podem ser entendidas como indagações capazes de oferecer um conjunto de informações que permitam responder aos objetivos pré-determinados. Segundo a autora

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 40).

As questões foram separadas por categorias e subcategorias, relacionando os resultados obtidos com os objetivos definidos. Alguns trechos foram analisados na discussão da pesquisa.

Figura 2 – As fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2011).

A pré-análise é a fase da organização dos dados, nesse caso o tratamento dos dados e sua representação por gráficos, as transcrições das entrevistas e definição de categorias. A exploração do material foi a etapa em que as entrevistas foram editadas para atender ao método de categorias e assim simplificar os dados para a análise. Na inferência e interpretação buscaremos de compreensão sobre o tema.

As categorias estão apontadas do quadro 7 e estão baseadas no roteiro de entrevistas. Cada categoria estabelece sua vinculação com a realidade pesquisada.

Quadro 7 – Categorias de análise

Categorias	Sub-categorias	Indicadores
Política de	Existência Política	

Desenvolvimento de Coleções	Critérios para seleção	
	Critérios para aquisição	
	Critérios para atender tripé	
Avaliação Institucional	Bibliografia básica	
	Espaço	
	Política	
Atendimento à Graduação	Bibliografia básica	Oferta
		Demanda
		Uso efetivo
Atendimento à Pesquisa e Extensão	Levantamento de necessidades	
	Estudo de usuário	

As perguntas referentes a categoria 'Política de Desenvolvimento de Coleções' buscou-se identificar a existência ou não de critérios formalizados de desenvolvimento de acervo e de aquisição; em 'Avaliação Institucional' quer-se apurar a existência de forças institucionais que influenciam as aquisições, relacionamentos com os cursos e se houve redução do espaço de estudo ou acervo; em 'Atendimento à Graduação' investigaremos os critérios para aquisição, buscando inferir se as avaliações do INEP são o critério principal e em 'Atendimento à Pesquisa e Extensão' indaga-se sobre critérios para aquisição, em vista de inferir se, não tendo comissões de avaliação diretas, como a graduação, se são igualmente atendidas do ponto de vista do gestor.

5 RESULTADOS

Nesta seção estão apresentados os resultados dos levantamentos realizados, com algumas pontuações daquilo que indica algum tipo de impacto das avaliações do INEP no desenvolvimento das coleções, especialmente no que se refere à aquisição, sobre o espaço físico das bibliotecas e sobre a ação dos bibliotecários. Na próxima seção realiza-se discussão que confronte e sintetize estes achados e permite fazer algumas inferências sobre os impactos destas avaliações.

5.1 BREVE ANÁLISE DOS RELATÓRIOS SIBI

Os relatórios consolidados SiBI são ricos em dados gerenciais estatísticos que contribuem para verificar o histórico, mudanças e evolução do sistema como um todo através dos anos. Estes documentos são constituídos através de dados extraídos do BAGER anualmente, que é uma base de dados alimentada por todas as bibliotecas do sistema. A consolidação dos dados é realizada pela Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas.

O número de usuários inscritos no sistema Minerva passou a ter constância ou menor variância conforme as bibliotecas foram se integrando ao sistema eletrônico de empréstimos (UFRJ, 2014b). Na atualidade, todas as bibliotecas estão com o empréstimo informatizado e trabalham em rede. Importante salientar que esses dados correspondem a todos os usuários do sistema, sendo eles alunos de graduação, pós-graduação, pesquisadores, estagiários, professores, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados.

Os dados referentes ao 'Acervo Geral', composto de livros, monografias, materiais especiais, coleções especiais, teses e dissertações, obras raras e antigas, objetos tridimensionais e periódicos têm a forma de apresentação variável ao compararmos dados de 2010 a 2014. A seguir apresentamos o quantitativo total apenas de Monografias (livros, folhetos, guias, manuais, relatórios técnicos, obras de referência, normas técnicas, estudos de casos), onde se inclui o material da bibliografia básica dos cursos de graduação.

Quadro 8 – Quantitativo total de monografias

Monografias	Títulos	Vol./Exemplares
2010	794.333	944.465
2011	768.566	919.409
2012	899.119	1.049.746
2013	778.392	937.329
2014	792.150	952.750

Fonte: UFRJ, 2014b, 2013, 2012, 2011, 2010. (Adaptação da autora).

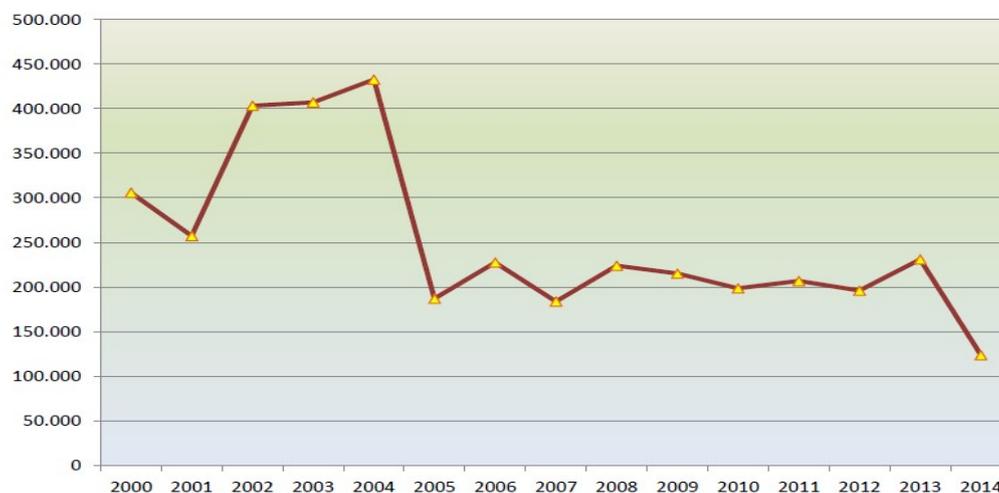
A partir deste quadro observa-se que o número de títulos do acervo apresentou-se razoavelmente estável no período. E embora se observe um aumento de cerca de cem mil no número de exemplares em 2012, em 2013 e 2014 o quantitativo de exemplares volta a um patamar similar aos encontrados em 2010. Considerando-se o aumento de ingressos pelo REUNI e a abertura de cursos de pós-graduação, a estabilidade destes quantitativos é uma achado inesperado da pesquisa.

Do outro lado estão os usuários deste acervo: especialmente os estudantes matriculados e em expansão que implicam num aumento dos usuários potenciais e os usuários efetivos que são levantados nestes relatórios do SiBI.

O serviço de empréstimo (Gráfico 1) aponta uma tendência de queda desde 2004. Esses dados indicam, no mínimo, uma mudança de comportamento daqueles que frequentam ou podem frequentar a biblioteca. Entretanto, a estabilidade do quantitativo de exemplares dos acervos da UFRJ de certo modo apresenta coerência com esta queda.

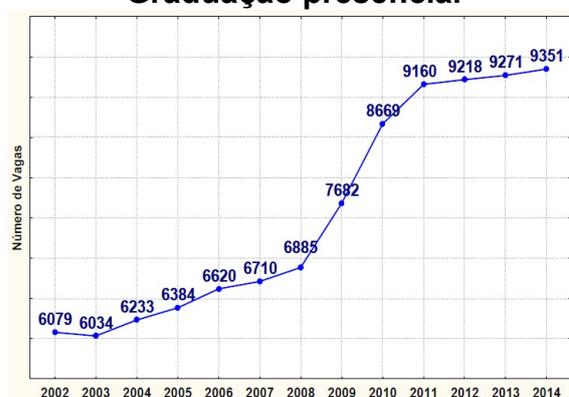
Gráfico 1 – Histórico do serviço de empréstimo

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Quant.	305.820	257.258	403.242	407.143	432.614	186.993	227.608	183.913	223.913	215.136	198.587	206.808	196.001	231.079	123.743

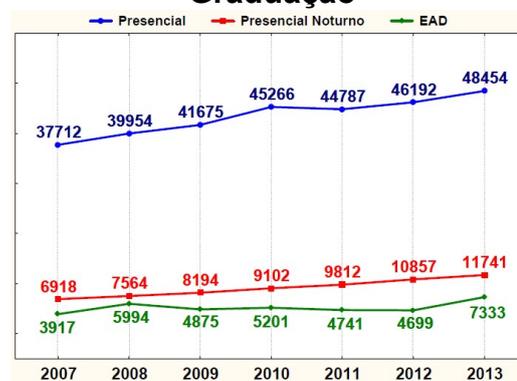


Fonte: UFRJ, 2014b.

Pode-se verificar no Gráfico 2 o crescimento das vagas oferecidas para graduação presencial, assim como o número de matrículas totais no Gráfico 3. Este aumento expressivo no período de 2008 a 2011 pode ser explicado pelo REUNI, que criou mais vagas para graduação, além de criação de novos cursos de pós-graduação. O aumento sistemático de vagas está, portanto, acompanhado por uma tendência de queda de empréstimos dos recursos das bibliotecas. Observe-se que estas mesmas tendências contrárias também foram encontradas por BUSQUET (2012) no caso da Universidade Federal Fluminense.

Gráfico 2 – Vagas abertas na Graduação presencial

Fonte: UFRJ (2013).

Gráfico 3 – Matrículas abertas na Graduação

Fonte: UFRJ (2013).

O quadro 9 a seguir mostra a área total ocupada pelas bibliotecas, indicando a diminuição do espaço nos últimos anos. Observa-se que a diminuição incidiu especialmente na disponibilidade de cabines para estudo e para o serviço interno, já a área designada para acervo quase não sofreu alterações.

Aliado aos resultados precedentes estas informações parecem indicar que a redução e remanejamento de espaço nas bibliotecas não resulta de uma superdimensão do acervo que pudesse resultar de avaliações dos cursos pelo INEP. Por outro lado, a redução do espaço do número de cabines para estudo está na contramão do crescente número de vagas e matrículas.

Embora os empréstimos apresentem queda relativa significativa em relação aos matriculados, a biblioteca é um importante espaço para estudos individuais e em grupos e sua carência foi apontada por grande parte dos gestores destas unidades, como se verá mais a frente.

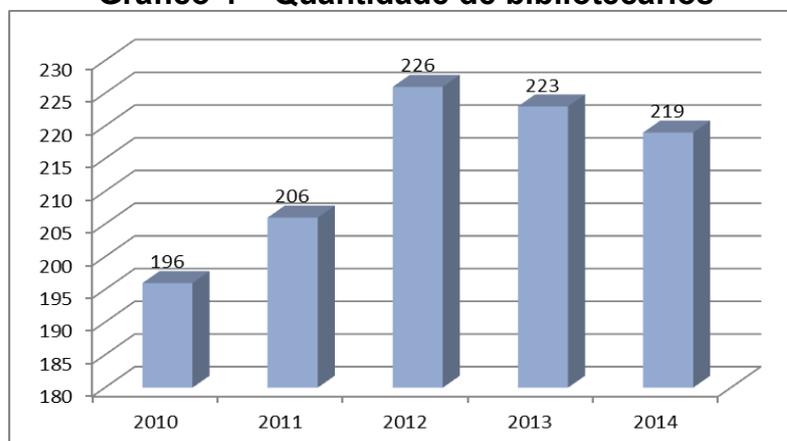
Quadro 9 – Instalações físicas

(m2)	Acevo	Serv. Interno	Leitura/Circulação	Área Total	Nº Assentos	Nº Cabine Estudo	Ano
	14.048,09	4.669,11	10.755,80	31.075,95	2.353	60	2012
	13.705,09	3.630,53	10.569,24	29.286,66	2.421	37	2013
	14.046,17	3.799,99	10.610,70	29.857,66	2.333	39	2014

Fonte: UFRJ, 2014b.

Quanto ao número de bibliotecários que atuam na UFRJ, houve aumento da contratação de novos servidores entre 2010 a 2014 (23), que parece desproporcional ao pensarmos na grande quantidade de usuários potenciais que existe na universidade (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Quantidade de bibliotecários



Fonte: UFRJ, 2010-2014b. (Adaptação da autora).

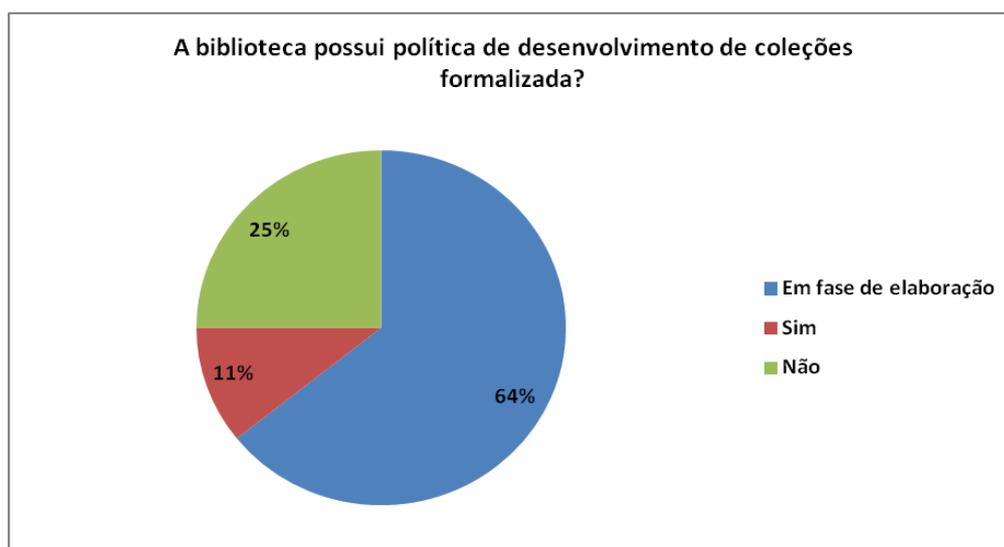
Em suma, os resultados encontrados nos relatórios do SIBI mostram dados que, quando analisados individualmente, não correspondem à realidade relatada pelos profissionais bibliotecários. Quando são analisados em conjunção com outros dados e fontes mostram um quadro complexo, e até conflitantes. Era de se esperar que um aumento expressivo do número de alunos se refletisse em um aumento do número de empréstimos ou das instalações físicas das bibliotecas. Também é surpreendente que com tal aumento haja estabilidade do quantitativo de exemplares do acervo e nas dimensões das instalações físicas. Alguns desses questionamentos e dúvidas refletiram diretamente nas entrevistas realizadas com os gestores das unidades, que serão apresentadas a seguir, e por mais que a maioria dos dados apresentados nos relatórios seja confirmada pelas entrevistas, algumas dessas incógnitas permanecem até o fim, sem uma resposta que forneça sentido a alguns dados.

5.2 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE BIBLIOTECAS SETORIAIS UFRJ

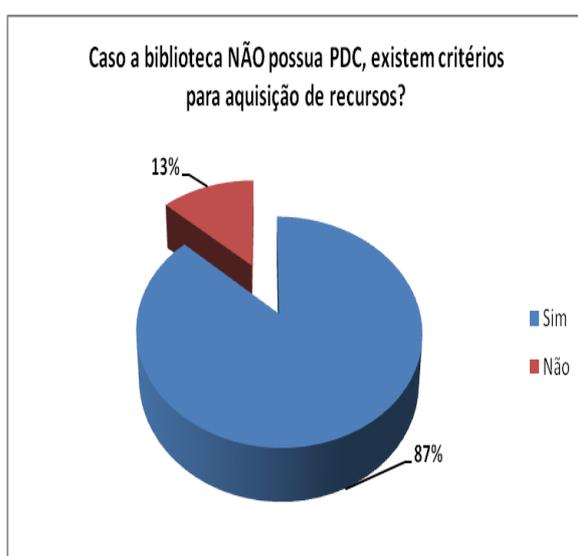
O questionário *online* ficou disponível para preenchimento por três meses, entre agosto e outubro de 2015, e foi divulgado diversas vezes para os 42 gestores. No total, 30 gestores responderam ao questionário (71,4%), sendo que dois gestores (4,8%) não aceitaram o termo de autorização. Trabalhamos com o total de 28 respondentes (66,6%).

Para evitar excesso de gráficos no corpo da dissertação, os dados citados cujos gráficos não aparecem estão disponíveis no Apêndice E.

Sobre a política de desenvolvimento de coleção que norteia as ações da biblioteca em relação ao acervo e os critérios de aquisição, distribuição e desbaste, 89% das bibliotecas respondentes não possuem atualmente Política de Desenvolvimento de Coleções (Gráfico 6), portanto, na maioria das bibliotecas não há atualmente registro das razões que norteiam o desenvolvimento de forma clara acessível à comunidade acadêmica. A existência do documento com esta política consta como quesito de exame na avaliação institucional, presente no item 7.4.3. (Quadro 3). No entanto, 64% dos gestores afirmam que está “Em fase de elaboração”.

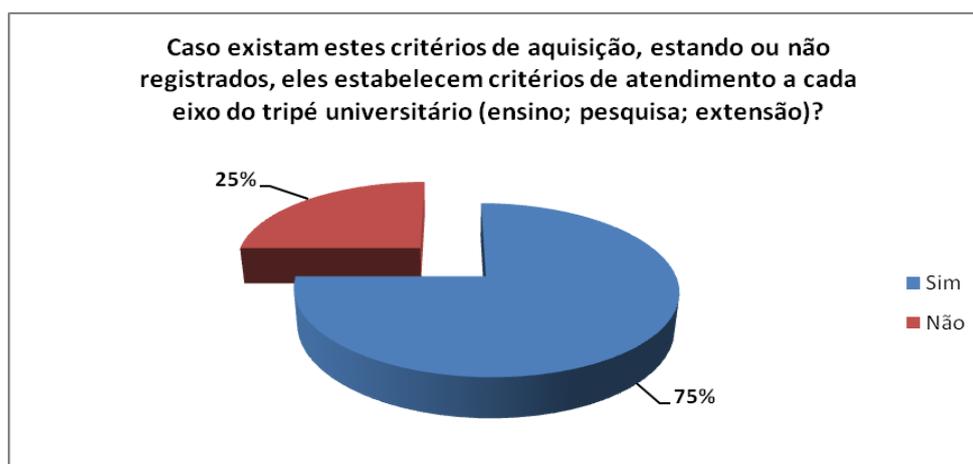
Gráfico 5 – Política de Desenvolvimento de Coleções

No Gráfico 7 podemos averiguar que a maioria dos gestores considera seguir critérios para solicitação de aquisição de novos recursos bibliográficos, porém, igualmente a maioria (Gráfico 8) não registra tais critérios. A falta de registro pode suscitar dúvidas quanto a adequação da compra e ainda gerar inconsistências a longo do tempo.

Gráfico 6 – Critérios para aquisição**Gráfico 7 – Existência de critérios registrados**

O Gráfico 8 aponta que 75% dos gestores considera que as aquisições contemplam ao tripé universitário. Portanto, é necessário saber os meios utilizados para conhecer as necessidades destes usuários.

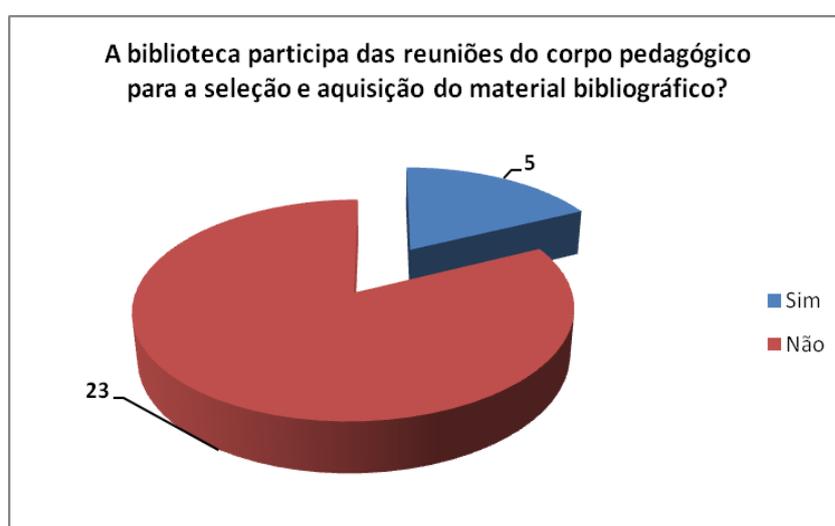
Gráfico 8 – Critérios em atendimento ao tripé universitário



Sobre a aquisição para a graduação (APÊNDICE E) verificamos que 30% dos gestores recorrem a estudo de usuários, enquanto 70% têm acesso a estas necessidades por informações que lhes chegam, como: solicitação de docentes e outros usuários, acesso a bibliografias, etc. Entre as justificativas dadas para aquisição em atendimento à extensão estão respostas como “Ainda não há estudos específicos” e “Não existe aquisição com verba da instituição”.

Os dados apresentados no Gráfico 9 sugerem alguns aspectos da biblioteca em relação à instituição. Parece haver um distanciamento do corpo docente na construção de critérios de aquisição. É possivelmente por isso que as premissas de aquisição se concentram nas bibliografias e em solicitações isoladas de docentes e discentes.

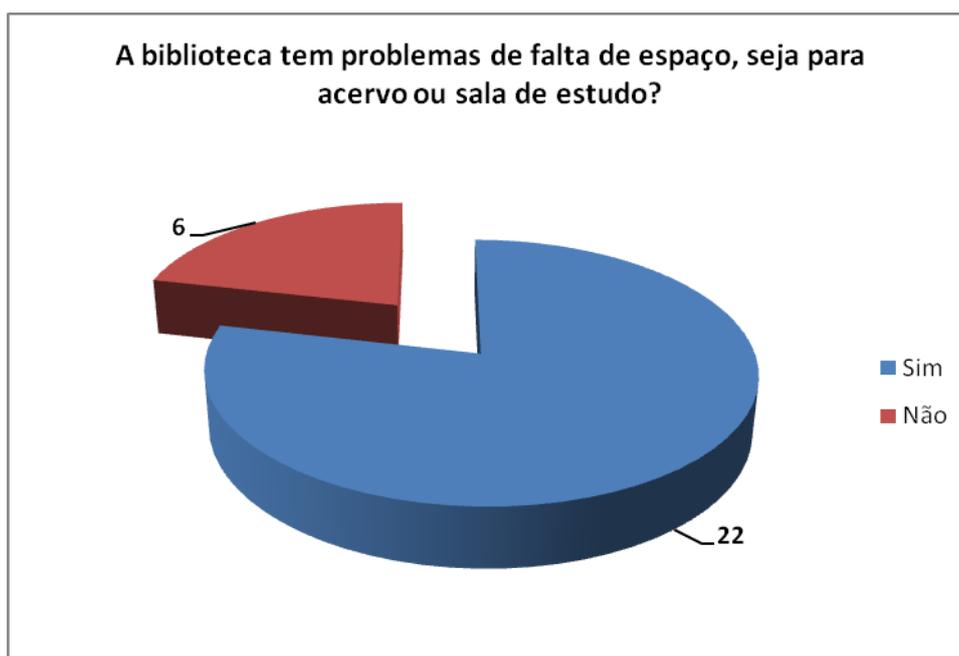
Gráfico 9 – Reuniões com corpo pedagógico



No Apêndice E observamos que a minoria dos gestores se diz satisfeita com seus recursos humanos (7), enquanto quase empatados estão os satisfeitos (11) e insatisfeitos (10). Observe-se que a maioria das bibliotecas não realiza estudos de usuários, base de políticas de desenvolvimento de coleções e que isto parece, portanto, não se justificar por falta de recursos humanos.

O espaço para estudos e para o acervo aparece como um problema para a maioria das bibliotecas (Gráfico 10). Isto não deixa de fornecer alguma qualificação aos dados apresentados nos relatórios do SiBI. Lembremo-nos que a redução do espaço tem incidência maior sobre a disponibilidade de cabines de estudo e redução da área de serviço interno. O dado estatístico pura e simples não revelava esta "falta de espaço", tanto para os usuários quanto para o acervo.

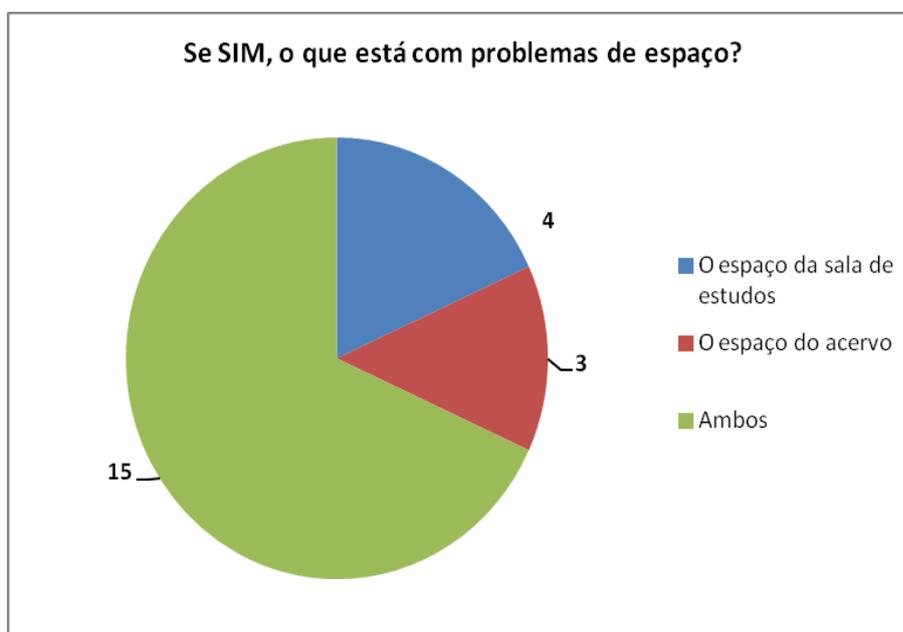
Gráfico 10 – Espaço da biblioteca



Quando perguntados sobre problemas com a falta de espaço, 22 gestores apontaram que têm problemas e a maioria está com dificuldade tanto com o espaço do acervo quanto com o espaço de estudos (APÊNDICE E). Grande parte dos entrevistados (22) percebeu o aumento de usuários potenciais nos últimos seis anos e entre os motivos estão ampliação de vagas da graduação pelo REUNI ou ampliação de vagas para a pós-graduação (APÊNDICE E).

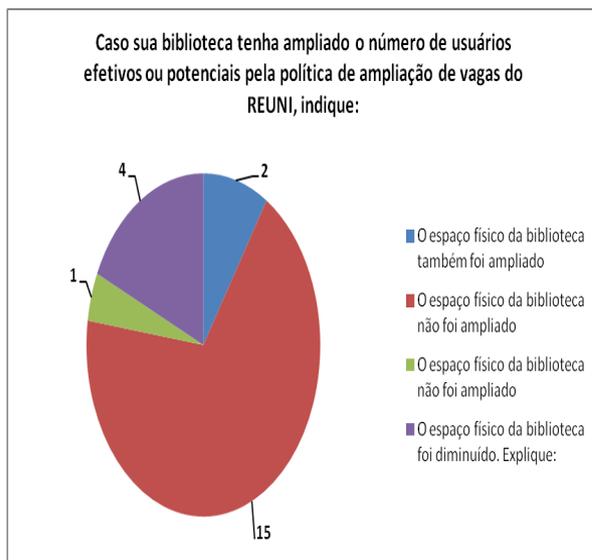
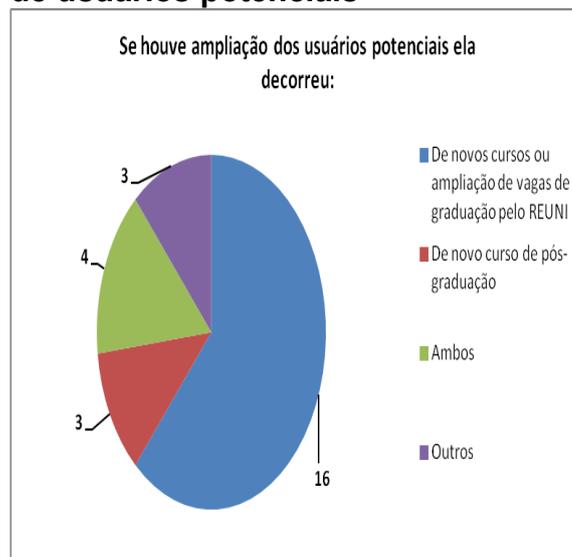
Portanto, a carência de espaço físico parece indicar a necessidade de "dar espaço" na biblioteca aos estudantes, que não frequentarão nem permanecerão em espaços já lotados.

Gráfico 11 – Problemas de espaço



Na opção "Outros" foram indicados os seguintes motivos para ampliação de usuários: reestruturação interna; marketing da biblioteca e a unidade cede espaço a outros cursos. Das 22 bibliotecas que tiveram ampliação no quantitativo de usuários potenciais, apenas duas passaram por ampliação de seu espaço (Gráfico 12). Na opção "O espaço físico da biblioteca foi diminuído. Explique:" foram indicados os motivos:

- Mesmo com a criação de espaço para 15 assentos, o espaço físico continua pequeno devido ao aumento de vagas pelo REUNI;
- A biblioteca foi incorporada ao prédio da Faculdade a qual pertence, assim, o espaço físico foi afetado;
- Doação de espaços para outras atividades conveniadas da UFRJ;
- Mudança para um novo prédio, onde o espaço da biblioteca não foi planejado adequadamente.

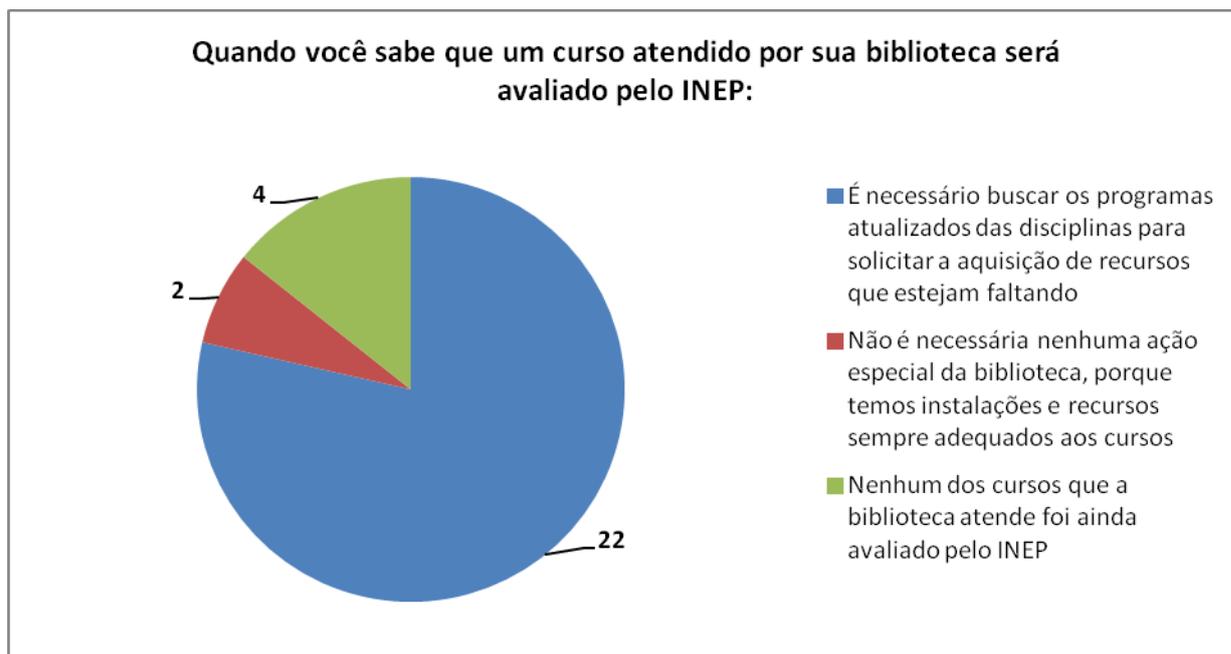
Gráfico 12 – Ampliação de usuários**Gráfico 13 – Motivos para ampliação de usuários potenciais**

No que se refere à avaliação do INEP, 24 unidades passaram por esse processo e 22 indicam que a adequação do acervo ao processo de avaliação é feito com base nos programas das disciplinas (Gráfico 16).

Quanto à possibilidade de indicar priorização na aquisição em vista de avaliações do INEP, 46% (11 unidades) das que já passaram por processos de avaliação (24 unidades) responderam fazer esta indicação. Portanto infere-se que tais pedidos são priorizados pelo setor de aquisição.

Parte dos gestores afirma que geralmente boa parte dos pedidos são atendidos (coincidentemente 11 unidades), enquanto quase o mesmo número respondeu ao contrário, que pequena parcela de pedidos é atendida (10) e um que afirma não ser atendido.

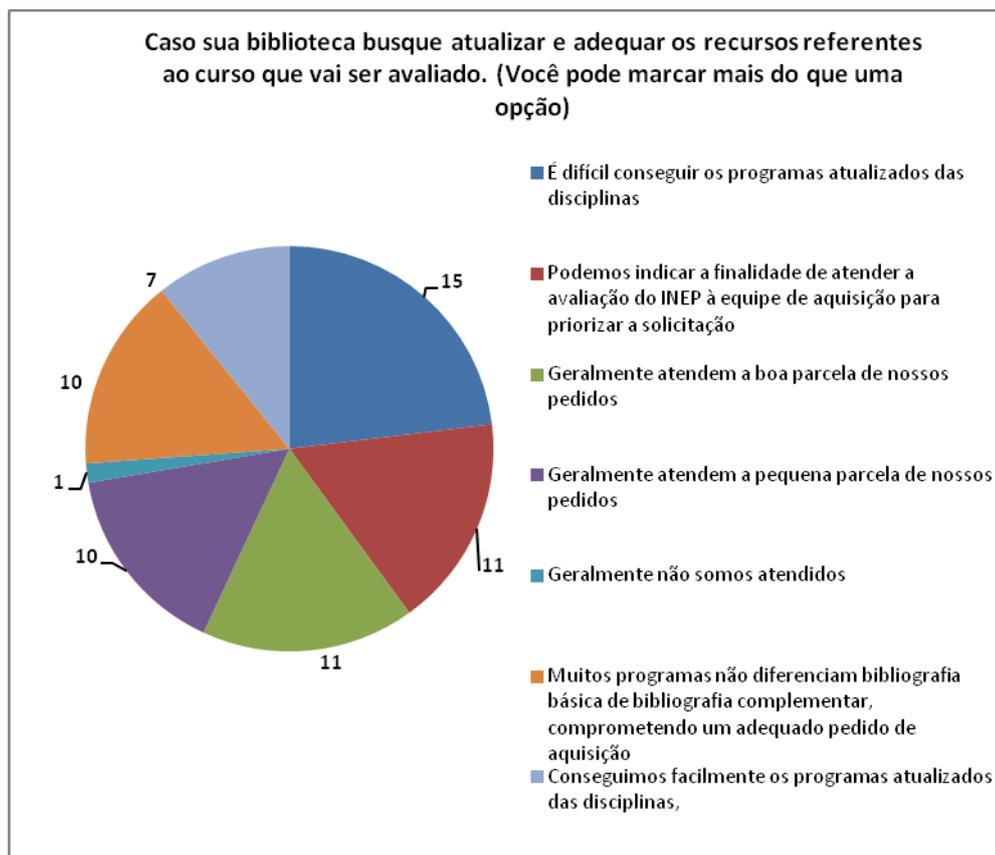
Gráfico 14 – Avaliação do INEP



Respostas tão diferentes retratam bibliotecas bem diversificadas entre si e na forma de gerir. Algumas poucas demonstram proximidade com o corpo docente, o que facilitaria bastante o planejamento das atividades, enquanto outras sofrem para conseguir os programas das disciplinas atualizados. Até o atendimento dos pedidos de compra aponta que as unidades não são atendidas da mesma forma. Possivelmente aí também conta a interação da biblioteca no sistema, já que existem datas e prazos para realização das compras. Dificilmente as bibliotecas serão atendidas fora desses prazos, pois a aquisição é toda organizada para o pregão eletrônico e não é uma ação corriqueira.

No gráfico seguinte, que trata da adequação de recursos (Gráfico 15), apenas 7 gestores indicaram que há facilidade de acesso aos programas de disciplinas. Para 15 gestores a obtenção dos programas é difícil, provavelmente devido ao distanciamento que já haviam indicado do corpo docente (Gráfico 9). Outro dado que chama atenção é a não diferenciação das bibliografias básica e complementar nos programas dos cursos nos programas, apontada pelos gestores (11), que também corrobora para suposição que falta diálogo entre o corpo técnico e corpo docente.

Gráfico 15 – Adequação de recursos



A falta de Política de Desenvolvimento de Coleções impacta no gerenciamento do acervo. A falha de comunicação entre biblioteca e docentes também pesa na hora da definição de compras. Falta maior proximidade entre os dois. A falta de definição nos planos de curso do que seja bibliografia básica e complementar também indica problemas na definição de compra e prioridades.

Com relação às aquisições, cada eixo do tripé tem identificação de suas necessidades especialmente atendidas pelo exame das bibliografias e sugestões de docentes e usuários. Entretanto, como a graduação passa por avaliações periódicas do INEP, apresenta critérios mais claros e indicação de prioridade de aquisição.

5.3 COLETA DE DADOS NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRJ

Buscamos informações sobre as aquisições realizadas em 2013 pelas bibliotecas X e Y, seja através do SiBI ou por verbas de projeto e doações. A biblioteca X não realizou aquisições no período pesquisado. O curso avaliado tinha sido fechado nos anos oitenta e reabriu em 2010 aproveitando a coleção que já existia, a literatura comum a outros cursos de graduação que funcionam no mesmo centro e algumas aquisições foram feitas de 2010 a 2012. Quanto à biblioteca Y foi possível realizar o levantamento de material adquirido até a data da visita para avaliação do curso. Alguns dos livros adquiridos fazem parte de bibliografia básica, a indicação de compra foi do corpo docente e a verba foi oferecida pela direção. Esse fato indica o esforço local para atendimento do INEP, uma vez que não houve aquisição por parte do SiBI.

No quadro 10, temos os dados referentes a quantidade de exemplares e empréstimos da biblioteca Y, considerando o período de janeiro de 2013 a janeiro de 2016. Os livros A, B, F e I foram indicações de docentes para a graduação, os demais são em atendimento a bibliografias de pós-graduação.

Quadro 10 – Biblioteca Y: aquisição e empréstimos

Título	Exemplares	Empréstimos
A	3	26
B	3	0
C	3	0
D	3	6
E	3	6
F	6	170
G	3	2
H	2	13
I	3	30
J	3	2

Podemos separar esses dados em quatro categorias: Títulos para graduação com alto número de empréstimos, títulos para graduação para graduação com baixo número de empréstimos, títulos para pós-graduação com alto número de empréstimos e títulos para pós-graduação com baixo número de empréstimos. Podemos ver com essa amostra limitada que os títulos para graduação têm mais

empréstimos que os para a pós-graduação. Podemos constatar que o livro F foi mais demandado que os demais, mas o número de empréstimos não é tão alto, considerando o total de três anos do período pesquisado.

Apesar da amostra pequena, o quadro expõe uma distorção que está ocorrendo na prática, vários títulos com quantidades similares, devido à adequação às normas do INEP, porém com uma utilização bem diferente entre si. Podemos produzir algumas hipóteses sobre a utilização dos títulos. Primeiramente, nem todas as disciplinas da graduação e pós-graduação são semelhantes entre si. A carga horária, número de créditos, se a disciplina é eletiva ou optativa, etc., influencia como cada disciplina vai trabalhar seu conteúdo. Também podemos especular que mais de um livro dessa bibliografia básica seja sobre o mesmo tema. Não é incomum que na apresentação da disciplina o professor indique qual o título irá utilizar preferencialmente. Outro ponto pode ser a obrigatoriedade de indicação de mais de um livro como bibliografia básica, que pode acarretar livros altamente especializados sobre um determinado assunto, somente utilizados por um nicho bem específico de alunos, ou ainda a falta de hábito do estudante buscar a literatura indicada na biblioteca.

Independente do motivo do não empréstimo de livros, os dados indicam pedidos de aquisição de exemplares de títulos que nunca ou pouco foram emprestados, notadamente para atender à bibliografia básica, objeto de exame nas avaliações do INEP. Por outro lado, verifica-se a aquisição insuficiente de exemplares de títulos com grande demanda, que deveriam ser contemplados numa adequada política de desenvolvimento de coleções. Portanto, estes dados sugerem uma forte influência destas avaliações na composição das coleções desta unidade.

5.4 ENTREVISTA COM O SETOR DE AQUISIÇÃO

O SiBI coordena ações que visam a integração das bibliotecas. Entre suas responsabilidades está o desenvolvimento de acervos. Nesta seção apresentamos os principais achados na entrevista com o gestor do setor de aquisição.

Sobre a análise preliminar dos critérios de aquisição da UFRJ em atendimento ao ensino, pesquisa e extensão. A aquisição é centralizada e uma vez por ano a direção de processamento técnico convoca os gestores para que enviem

suas solicitações de compra, repassando-as para o modelo de planilha eletrônica que deve ser utilizado por todos. O consolidado das demandas é enviado para licitação.

[...] antes, a gente só fazia a consolidação da lista de desiderata, quer dizer, a gente pegava o que vocês mandavam, consolidava a lista, se tinha duplicata e tal, consolidava, e mandava para o setor de compra da instituição. Agora não. Agora a instituição está trabalhando com uma aquisição compartilhada, então nós fazemos tudo e eles fazem a licitação, só isso. (Entrevistada da Aquisição).

Essa gestão de processamento técnico foi iniciada em janeiro de 2013 e a divisão coordena três ações: Aquisição, Processamento Técnico e Informatização. Sendo que inicialmente foi necessário realizar diagnósticos e criar ações para melhorar a gestão.

A primeira ação foi desenvolver normas de procedimentos institucionais, que até então não existiam. Havia políticas norteadoras, mas não explícitas e sim implícitas. Isso foi reconhecido internamente, e a equipe desenvolveu políticas e normas explícitas. A segunda ação foi direcionada especificamente para desenvolvimento de coleções, onde foram elaboradas diretrizes para formação de políticas locais.

[...] Por que a gente não fez uma política institucional? O papel do Sibi é o papel de coordenação técnica, então cada uma das unidades tem sua realidade. Então nós desenvolvemos as diretrizes gerais. Que seria, se você olhar no papel, o esqueleto de uma política onde as unidades vão adequando os seus textos, adequar sua realidade dentro daquele esqueleto. (Entrevistada da Aquisição).

O "esqueleto" de política permite a individualização dos procedimentos a cada centro, assim como a aprovação da política também depende da instância a qual a biblioteca está ligada, seja Decania ou aprovação em congregações.

[...] a gente passou para os gestores porque são os gestores que terão que trabalhar isso dentro da sua realidade, para ali fazer, aprovar. Então a gente pediu que isso fosse aprovado até o final de 2015, mas a gente está enfrentando agora uma greve. Mas, enfim, foi feito. (Entrevistada da Aquisição).

O documento citado foi repassado aos gestores em uma reunião de 2014. Tal documento deveria indicar os elementos a serem tratados nesta política, quais as características da Política de Desenvolvimento de Coleções, seu âmbito, temporalidade, responsabilidades, objetivos, etc.

Tanto para graduação quanto para a pós-graduação, o levantamento das necessidades é de responsabilidade das bibliotecas setoriais, que apontam o que adquirir e quais as prioridades.

Então criamos essa política para a aquisição específica de eletrônicos. Para a aquisição de impressos, a gente trabalha com a demanda real. Em relação aos instrumentos, as ferramentas, que já vem do INEP para a bibliografia básica e complementar. E para os cursos de pós-graduação, trabalhamos com demanda real, porque nós sabemos que as pesquisas mudam. (Entrevistada da Aquisição).

Entende-se por demanda real as solicitações das bibliotecas setoriais, cujos critérios vimos na seção anterior (solicitações de docentes, bibliografia básica, etc.).

Outra questão colocada à entrevistada foi como se priorizam as demandas para essas bibliotecas.

[...] trabalhamos com ensino, pesquisa e extensão, trabalhamos com a demanda real, a própria unidade já manda para a gente atendendo a isso. Quem estabelece a prioridade é a unidade, então a gente já pede qual é a prioridade. Já pede que a prioridade venha dada. Então se há cortes, a gente retorna para a unidade, 'olha, não tem como comprar tudo, tem muita coisa esgotada. Então faça isso', mas trabalhando com as normas do INEP, porque é o que rege. Bibliografia básica, temos que trabalhar com o número de exemplares. (Entrevistada da Aquisição).

Existe a preocupação em atender o quantitativo indicado como ideal pelo INEP, a as palavras da entrevistada comprovam esse cuidado. Sobre o quantitativo de livros adquiridos para bibliografia básica:

A conta nova do INEP está trabalhando da seguinte maneira, é bem complexo. Ele trabalha com unidade curricular, ou seja, disciplina, Então, o avaliador tem que ter a noção de quantas vezes aquela unidade curricular aparece como disciplina básica de um curso. E nós tomamos como princípio o seguinte. Nós temos um sistema de bibliotecas. Então o usuário é usuário do sistema. Então ele pode usar o livro em qualquer unidade. E aí temos que fazer a conta em cima de tudo, do número total de alunos inscritos por unidade curricular. (Entrevistada da Aquisição).

O acervo disponível pode ser acessado por todos que tiverem interesse, então o argumento de que se trabalha com todos os livros que estão espalhados pelas unidades já foi utilizado junto à comissão do INEP, e eles aceitaram a justificativa, segundo informações da entrevistada. A entrevistada em questão é uma das participantes do Comitê Brasileiro de Desenvolvimento de Coleções (CBDC)¹⁶

¹⁶ O CBDC foi iniciado em 2014 e faz parte do CBBU, e tem por objetivo a união de esforços para melhoria dos procedimentos e rotinas de desenvolvimento de coleções, troca de informação sobre aquisição e estabelecimento de conceitos e terminologias sobre o assunto. Os participantes do

formado pela Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)¹⁷ e mencionou que o diálogo está aberto com o INEP e podemos aguardar que discussões para melhorias aconteçam, pois pela primeira vez chamaram bibliotecários, participantes da CBBU, para reuniões. O diálogo é relevante, pois algumas ações precisam ser discutidas, antes de se formalizar exigências, como um exemplo repassado pela entrevistada que o INEP tinha publicado normas onde colocavam que o livro digital deveria ser sempre um exemplar impresso.

Chamou atenção o insistente tema sobre a aquisição de livros eletrônicos. A fala da entrevistada coloca uma evidente preocupação com os atuais critérios do INEP que implicam em aquisições que tenderiam a ampliar o número de exemplares físicos frente a uma, já inferida pelos dados anteriores, mudança no comportamento dos usuários. Conforme se observou, há uma queda nos empréstimos de volumes físicos. Daí a busca de meios que tornem válidos livros eletrônicos também para a bibliografia básica, através do modelo de compra multiusuário, o que atenderia a questão do quantitativo de exemplares, sem ocupação de espaço.

O SiBi criou um modelo inédito de negócio, direto com as editoras, que consiste na compra perpétua de livros para multiusuários, desde este que esteja usando um IP de uma instituição da UFRJ. É uma iniciativa inédita nas Universidades Federais Brasileiras e está servindo de base para aquisição em outras universidades federais.

Então, quais são os critérios que a gente tem que usar? A gente só vai comprar para a UFRJ multiusuário. Com disponibilidade para todos os IP, e com a possibilidade de download. Então os nossos livros eletrônicos, hoje temos cerca de 40 mil títulos. Então temos uma biblioteca de livros eletrônicos, e servem a todos os usuários que precisem dele [...] A gente não assina, compramos em caráter perpétuo. Isso está dentro da nossa política. Esse livro eletrônico, ele serve para a bibliografia básica do INEP. Se eu tenho 30, 50, 100 alunos inscritos numa bibliografia básica, numa disciplina, todos eles vão poder acessar simultaneamente aquele livro.

comité representam vários Estados brasileiros. Fonte: <http://pt.slideshare.net/sibi_ufrj/apresentaodo-comit-brasileiro-de-desenvolvimento-de-colees-para-cbbu>.

¹⁷ O CBBU tem como missão promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira. Fonte: <www.febab.org.br/cbbu/>.

Então posso dizer que tenho um livro para cada usuário. Não temos mais problema com isso. (Entrevistada da Aquisição).

A liberação de acesso a *notebooks* e demais *gadgets* pessoais no ambiente da universidade é possível, pois os servidores reconhecem que o acesso está sendo realizado localmente e é imediatamente concedido acesso a todo acervo eletrônico.

Os critérios do INEP não afirmam ser possível, ou não, utilizar esse modelo para a adequação das normas exigidas de bibliografia básica. Outro fator é que nem todas as editoras aderiram a esse modelo de negócios e mesmo as que aderiram não possuem todo seu catálogo em formato digital, principalmente no que diz respeito ao catálogo em língua portuguesa.

Mudar o critério de aquisição, contemplando livros eletrônicos para bibliografia básica, resolveria problemas de espaço e de empréstimos efetivos. Mas a maioria da bibliografia sugerida pelos docentes é em língua portuguesa, enquanto a maioria dos livros eletrônicos adquiridos é de língua estrangeira. Também é necessário pensar em meios para cumprir o acesso democrático, como a aquisição de *tablets* ou demais leitores para livros eletrônicos, além da questão das garantias para esse tipo de suporte e sua sustentação técnica ao longo do tempo. Também é de se indagar como ficariam os empréstimos entre bibliotecas.

De qualquer modo o tema levantado pela entrevistada aponta a uma tendência atual de meio de acesso dos usuários, especialmente os jovens, e de preocupação com o volume físico dos acervos que esbarra nos atuais critérios do INEP.

Sobre a questão de falta de espaço e desbaste ou descarte, a entrevistada, que percorre todas as bibliotecas do sistema, afirma que todas elas têm problemas de espaço, seja para acervo ou estudo. A importância da política para definição do desbaste e descarte fica clara.

[...] elas (as bibliotecas do sistema) têm uma liberdade nas suas ações. [...] existe uma lei de desfazimento de patrimônio, a gente fez uma política de logística reversa, mas não aprovou em nível operacional, porque depende do setor de patrimônio para o final da política. Então o que estamos liberando para as bibliotecas é toda a parte do que fazer para chegar ao descarte. Mas como eliminar, a gente não pode dar esse final, porque tem que ter o parecer institucional para isso. Como não fica no âmbito do SIBI, a gente tem que esperar essa aprovação institucional. Mas já dissemos de antemão para as bibliotecas, a gente disse “Olha, até aqui vocês podem trabalhar”. Com a comissão, vocês vão fazer uma lista, um documento que aprove esse descarte, para poder dar baixa, e tem que ter toda uma justificativa e as assinaturas dos pareceristas, que é com a comissão. Pode

ser a mesma comissão para o descarte, desde que estejam nomeados. (Entrevistada da Aquisição).

A definição da comissão é um dos itens-chave da Política de Desenvolvimento de Coleções, pois estamos tratando de patrimônio, nesse caso patrimônio público, e a decisão final de descarte deve ser discutida e aprovada institucionalmente. As bibliotecas podem separar e armazenar, levar a listagem para perecer da comissão de biblioteca, após aprovação deve levar ao patrimônio local para dar baixa e dali para o patrimônio geral. Todo esse processo é demorado e burocrático, mas faz parte da gestão pública e deve ser respeitado.

5.5 ENTREVISTAS COM OS GESTORES DE BIBLIOTECAS DE CONCEITO MÁXIMO

As duas bibliotecas selecionadas para essa fase da pesquisa não poderiam ser realidades mais díspares, e não é apenas pelas áreas de conhecimento que atendem. Uma faz parte de um centro que abrange diversos cursos de graduação e pós-graduação, a outra atende a apenas uma graduação e cursos de pós-graduação. Devido a isso, o número de usuários potenciais e/ou reais difere bastante, assim como a quantidade de pessoal envolvido no atendimento da comunidade, como também o tamanho do espaço de estudos e acervo. Mas o objetivo das duas é o mesmo, atender sua comunidade com qualidade e da melhor forma possível.

A primeira categoria pesquisada refere-se aos recursos humanos, se o quantitativo disponível em cada unidade é suficiente ou não para o bom andamento da rotina. O primeiro entrevistado diz que o número de pessoal é suficiente para as atividades desenvolvidas atualmente:

[...] recebemos em média mil usuários por dia, com aqueles picos em períodos de provas. A biblioteca, o espaço físico fica totalmente abarrotado. O acervo muito grande, mais de cem mil títulos, eu nem sei quantos, a gente faz esses inventários periódicos. Para o trabalho executado é suficiente [o corpo de funcionários]. Para o que a gente faz hoje, o corpo é satisfatório. (Entrevistado X).

Para o outro entrevistado a situação é diferente:

[...] Não. São duas pessoas, com o público mais ou menos de 150 usuários, entre professores, alunos e técnicos é muito pouco [...] então isso compromete o trabalho aqui. (Entrevistado Y).

A segunda categoria, “Política de Desenvolvimento de Coleções”, abrange a existência ou não do documento, assim como seleção, aquisição e critérios para atendimento do ensino, pesquisa e extensão. Sobre a existência do documento:

[...] Tem, isso foi formalizado recentemente, foi reformalizado recentemente, por conta das mudanças que você conhece bem que vem em função do próprio SiBl. A gente deixou de lidar com a questão de dinheiro. A gente faz o repasse dos pedidos, mas foi feita uma reavaliação, tem um grupo de comitê de professores que ajuda na questão do descarte, que nunca foi feito. E à medida que o novo grupo entrou, começou a ver, muito em função do esgotamento do espaço físico, que precisava fazer um descarte. Não teria como ficar acumulando. A gente recebe cerca de 800 teses anuais, então, só de tese encadernada estamos com a previsão de esgotar o espaço no período de cinco anos, e da mudança para a nova biblioteca, que seria um espaço ainda menor que esse aqui [...] teríamos que descartar algumas coisas, materiais antigos e tal. E tem uma questão cultural dos bibliotecários da nova geração e atual, de não querer descartar nada e entre dos que querem que descartem, pelo esgotamento de espaço. Então essa política nova foi reformulada também para tentar fazer isso de maneira mais saudável e de maneira ágil. Porque a gente não consegue se livrar, por causa do patrimônio e tudo o mais. (Entrevistado X).

[...] Bom, não existe um documento *ipsis litteris*, mas a gente faz no *feeling*, mas é uma coisa que a gente está trabalhando, um projeto que está criando pernas dentro das possibilidades. Estamos montando um documento baseado nas diretrizes do sistema de informação de bibliotecas da UFRJ, mas isso está tomando corpo. A gente vai ter isso tudo. Isso vai acontecer mesmo. (Entrevistado Y).

Importante observar que ao ser perguntado sobre PCD o entrevistado X associa as políticas de aquisição e a questão do descarte, sendo que a PCD engloba também atividades de administração. A resposta do entrevistado Y demonstra os efeitos positivos da ação realizada pela Divisão de Processamento Técnico em dispor o esqueleto de política aos gestores, que é factível de ser personalizado, contribuindo para a criação de política local. E foi perguntado ao entrevistado Y se havia ao menos a política de aquisição, o que foi respondido:

É complicado falar nisso. Não existe uma política de aquisição, mas existe uma necessidade que aparece [...] Existe uma demanda. Como é que essa demanda aparece? O aluno vem pedir um livro para a biblioteca. Você fala “Que livro é esse? A gente não tem.” Mesmo na base Minerva, catalogação cooperativa e essa coisa toda. Às vezes, em muitos casos não tem. Ai a gente tem que correr atrás, literalmente. (Entrevistado Y).

Quando perguntamos sobre se os critérios de aquisição, estando ou não registrados, discriminam o atendimento para cada eixo do ensino-pesquisa-extensão e a resposta foi negativa para as duas bibliotecas:

[...] Não é tão explícito assim. A gente acaba lidando com uma demanda, que são as bibliografias básicas dos cursos, tanto de graduação quanto de pós, a gente recebe essas listas e a gente vê o que a gente tem ou não tem, e tenta suprir elas por completo, ou mais como uma demanda de uso. Tentando alinhar o que tem na bibliografia, que é o nosso direcionamento principal é a bibliografia, para a demanda real de uso. Isso com base na estatística do próprio sistema. Número de empréstimo, reservas, esse tipo de coisa. [...] alguns professores indicam livros novos, que não foram comprados na disciplina [...] a gente tenta alinhar o que está na bibliografia de todos os programas, com o uso no salão, de circulação. (Entrevistado X).

Não, não existe essa particularidade. Aliás, é uma ótima ideia. (Entrevistado Y).

As bibliotecas reagem às demandas que surgem, não há um estudo de necessidades que formalize as carências de cada eixo do tripé. Também é de se pontuar que não existe necessária coincidência entre as necessidades de livros para disciplinas de pós-graduação e necessidades de livros para pesquisas. Considerar a bibliografia como modelo para todas as esferas pode não ser a melhor solução. Isto sugere que o "modelo" de aquisições baseadas nas bibliografias, característica do atendimento às avaliações do INEP podem estar estendidas inadequadamente para a pesquisa e extensão.

A terceira categoria "avaliação institucional" trata de todas as esferas que são mencionadas no documento do INEP e abrange a coleção e o ambiente. Sobre o espaço para acervo e usuários, se é adequado ou não e os dois entrevistados acreditam que o espaço é inadequado:

[...] mais espaço livres para mesas. Que essa é uma demanda real dos nossos usuários, em confronto. Por exemplo, tem um espaço muito grande dedicado a periódicos que são pouquíssimos consultados. Então esse tipo de coisa, poderíamos reavaliar. Para o trabalho interno, nem tanto. [...] Uma biblioteca que foi pensada há 30 anos, e que não comporta o tipo de usuário hoje, e a gente poderia fazer modificações. (Entrevistado X).

[..] totalmente desfavorável. Nós temos um único salão para tudo, onde a magia acontece. A gente se esforça, coloca muito o humano, a motivação, a força de vontade, a alma no trabalho. Mas se a gente for pensar na estrutura física, a gente precisa de sala de estudos, baias individuais, mobiliário específico. (Entrevistado Y).

A avaliação institucional externa do INEP inclui a dimensão 7, com o indicador 7.4 referente à biblioteca, e ali são avaliadas as instalações e o acervo. Perguntamos se os entrevistados consideram as instalações das bibliotecas adequadas, e os dois responderam negativamente:

Como a biblioteca foi criada há 30 anos e não sofreu nenhuma reforma, tem problemas pontuais, como instalações elétricas, de cabeamento de rede e

internet, os computadores, não tem ar-condicionado adequado, não tem tomada suficiente, aqui a briga é pela tomada. (Entrevistado X).

Nós não temos aqui cabine de estudo, baias individuais, salas de reunião. Não temos equipamentos. Pontos elétricos satisfatórios. Equipamentos para trabalhar. A gente funciona de uma maneira muito aquém do razoável. Honestamente. Nós não temos instalações adequadas. (Entrevistado Y).

Com relação ao acervo, o INEP considera necessário ou desejável que a biblioteca mantenha suas políticas registradas e acessíveis à comunidade, então perguntamos se na última avaliação a comissão avaliadora solicitou tais documentos e os dois entrevistados responderam negativamente. A comissão não solicitou a política e a biblioteca X, que possui política de desenvolvimento de coleção disse que o documento existe, mas não está de fácil acesso à comunidade.

Não. A mim nunca foi solicitado. Eu acho que eles perguntam mais assim, como você perguntou “Existe uma política de desenvolvimento de coleções?” E eu digo, sim. Para eles isso é suficiente. (Entrevistado X).

Não. Nós passamos por isso uma vez [avaliação do INEP] e não me lembro de ninguém ter falado de uma política. (Entrevistado Y).

As respostas a seguir são sobre as atitudes que as bibliotecas tomam quando são informadas que passarão pelo processo de avaliação do INEP:

Como sabemos que, por experiência, o que eles avaliam nas visitas é basicamente a bibliografia, é o acervo. A única providência seria ver se de fato o nosso acervo está compatível com a bibliografia. Normalmente está. [...] Os programas são de maioria nota máxima, é só manutenção da qualidade. Os avaliadores geralmente avaliam acervo. Eles avaliam instalação física, mas isso nunca comprometeu. O que poderia comprometer seria o acervo e a compatibilidade com a bibliografia, mas normalmente é isso, a gente não se desdobra. (Entrevistado X).

[...] Não é uma coisa planejada. (Entrevistado Y).

[...] Ela [INEP] consulta a nossa bibliografia, o que a gente tem e o que a gente não tem. E muitas vezes já aconteceu aqui da própria área chega com os livros, sem a gente ter solicitado. Em função deles terem sido provocados...seria uma reação, reagiram dessa forma. E os livros chegaram aqui, por conta dessa avaliação que vai sofrer... (Entrevistado Y).

A quarta categoria “Atendimento à Graduação” envolve a bibliografia básica, oferta e demanda. Os dois entrevistados informaram que há comunicação com secretarias, mas não há formalização de demandas, mas os dois reconhecem que há dedicação prioritária ao atendimento de necessidades de informação da graduação, e justificam:

Com essa entrada em massa dos alunos de graduação, são eles que consomem o recurso. Então assim, a gente, enquanto bibliotecário, não pode se desvencilhar muito disso [...] então a gente acabou voltando a esse

grupo grande, que é o grupo que consome, a demanda real é da graduação. (Entrevistado X).

É onde mais atuamos, é com o aluno de graduação. Ele vem de uma formação que não é a melhor, nem de longe, aí ele chega na universidade e é obrigado a fazer um monte de coisas. A biblioteca que vai dar o apoio para ele. (Entrevistado Y).

Olha, eu acho que a graduação tem uma estrutura melhor, do meu ponto de vista, se comparada a extensão e pesquisa, a graduação tem uma... ela é melhor estruturada. Porque o aluno precisa da biblioteca. E a biblioteca precisa do aluno. Você tem um ensino fundamental e médio que não atende tanto a pesquisa bibliográfica. O aluno não tem essa coisa de normatização, de normas, referências bibliográficas. Então quando ele vem para o ensino superior, ele é incitado a dar conta dessas coisas todas. Como ele não sabe, a biblioteca acaba sendo a boia, o salva-vidas dele aí. (Entrevistado Y).

Sobre o acesso às bibliografias básicas das disciplinas ofertadas para a graduação, como ocorre:

Através das secretarias, tem acordo meio que formalizado que anualmente as secretarias e programas mandam para a gente [...] quando não mandam, e é comum não mandarem, a gente corre atrás disso [...] O SIBI comunica que vai ter verba orçamentária, “mande suas listas”. A gente faz esse levantamento [...] muitos títulos são usados em vários programas. (Entrevistado X).

É, como foi dito, a gente pede, solicita aos professores, mas tem que fazer uma *mea culpa* [...] não existe um mecanismo de cobrança [...] é uma coisa que a gente precisa melhorar realmente. (Entrevistado Y).

Os entrevistados também informaram que a bibliografia básica é o principal meio de orientação para aquisição em atendimento à graduação.

A quinta categoria “Atendimento à Pesquisa e Extensão” e aborda a demanda. Sobre a formalização de demandas, se há ou não:

Quase nada. Assim, a gente não tem, isso não é formalizado. Eventualmente ou até raramente aparecem pessoas que querem desenvolver coisas com a biblioteca, ou vice-versa. Mas a gente não tem um acompanhamento direto do que está sendo feito lá na origem. O que está feito na sala de aula, como podemos servir de auxílio. (Entrevistado X).

Formalmente, não. Mas toda vez que a gente é chamado a participar de uma forma ou de outra. Então nesse caso você toma conhecimento. Mas quando a biblioteca não está incluída no rol do projeto, você não toma conhecimento. Muitas vezes existe uma demanda futura que você é obrigado a atender, a dar conta e a coisa ficou lá atrás. Nós não fomos comunicados. Não tem como planejar. Muito embora eu ache que isso aí faz parte do planejamento institucional, e não setorial. Seria o caso da instituição dizer “A biblioteca vai entrar em todos, quer seja chamado ou não”. Aí seria interessante. Querendo ou não, a gente colabora muito com o instituto.

Perguntamos sobre como a biblioteca tem acesso aos projetos de extensão e os dois entrevistados responderam:

A gente não tem. Assim, a gente recebe muita coisa de divulgação dos eventos, temos a lista de e-mail, e a gente vê o que está sendo desenvolvido, mas não tem essas parcerias diretas, participando. Não tem. (Entrevistado X).

[Somente] Quando provocado. (Entrevistado Y).

A respeito da formalização de demandas da pesquisa, pós-graduação e extensão, os entrevistados responderam negativamente, e ainda disseram:

O que a gente recebe, a gente só recebe a ponta final, que seria o cara que está vindo pesquisar [...] A gente não está naquela linha de atuação direta com o desenvolvimento da pesquisa. A gente está num complemento à atividade de levantamento bibliográfico. É meramente levantamento bibliográfico. (Entrevistado X).

[...] porque os professores, de uma maneira geral, eu acho que eles não teriam conhecimento do potencial da biblioteca. (Entrevistado Y).

Os entrevistados concordam que existe mobilização de quase todos os recursos humanos e financeiros são para o atendimento da graduação, e que ocorre o afastamento da pesquisa e da pós-graduação. Houve redução do espaço físico aos usuários, quando há necessidade de ampliação e adequação do espaço de estudos, com mais pontos de energia, por exemplo. Existe aquisição de quantitativo de livros que não chega a ser utilizado e ainda que os livros eletrônicos são bem recebidos pela biblioteca X, enquanto a biblioteca Y não recebe tanta demanda.

6 DISCUSSÃO

O conjunto de dados e informações que foram objeto de levantamento nesta pesquisa tiveram por finalidade indagar sobre possíveis impactos de avaliações institucionais e, especialmente, de cursos de graduação do INEP/MEC, na política de desenvolvimento das coleções e nas coleções, nas práticas dos bibliotecários, no uso efetivo das coleções na priorização de aquisições, no espaço para acervo e usuários nas bibliotecas.

O desenvolvimento das coleções em bibliotecas universitárias fundamenta-se e justifica-se por concepções teórico-conceituais apresentadas no marco teórico desta pesquisa, baseiam-se em demandas reais, apuradas por estudos de usuários, e circunscrevem-se dentro de limites orçamentários, indicando a necessidade de critérios de priorização.

Foi dentro desta perspectiva que esta pesquisa buscou reunir dados e informações que permitiu algumas inferências que sugerem aspectos nos quais estas avaliações apresentam efeitos que estão apresentados neste capítulo.

Desenvolvimento de coleções

No que se refere ao primeiro item dos objetivos específicos, embora haja um esforço da atual Diretoria de Processamento Técnico em estabelecer diretrizes que contribuam para a formação de políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas setoriais, observou-se sua inexistência na sua maioria. A indagação por trás da pergunta sobre a política é se, em sua ausência, não estariam as avaliações do INEP servindo de guia e critério para desenvolver suas coleções.

Quando se observou o tamanho das coleções, surpreendentemente, num período de ampliação de vagas pelo REUNI e implantação de novos cursos, o volume de exemplares do conjunto de bibliotecas do sistema não apresentou aumento significativo. Esta estabilidade apresenta certa consistência com os empréstimos que apresentam queda moderada sistemática ao longo do período analisado.

Se os dados apurados pelo sistema estão corretos, esta estabilidade poderia ser explicada, num contexto de recursos financeiros limitados, por uma consistente e bem traçada política renovação de títulos (aquisição e desbaste) e exemplares, e de

sua partilha por diversos cursos. Mas apurou-se que poucas bibliotecas já têm tais políticas implantadas.

Embora a queda proporcional de usuários efetivos frente a usuários potenciais deva ser objeto de outra pesquisa, e deva investigar novas modalidades de acesso à informação, pode-se indagar se o número reduzido de exemplares comparado ao universo dos usuários potenciais não seria também um fator de afastamento de usuários da biblioteca, já que disputar pequeno número de exemplares poderia desestimular o uso desta alternativa.

Então, o exame deste primeiro aspecto não indica influências das avaliações do INEP sobre o tamanho das coleções. Uma maior aproximação foi feita observando-se as políticas ou critérios de aquisição e desbaste.

Aquisição

Neste sentido, observou-se que estas avaliações influenciam a aquisição de livros, pela da priorização de compra e atendimento de número de exemplares para a bibliografia básica.

Embora as bibliotecas afirmem atender igualmente a cada eixo do tripé universitário, as respostas do questionário e as entrevistas apontaram haver priorização da graduação pelos bibliotecários setoriais, norteadas pelos critérios de avaliação de cursos pelo INEP, plenamente aceitos pelo setor de aquisição. Constatou-se a preocupação em todas as fases da pesquisa em atender ao quantitativo tido como ideal nos critérios de avaliação do INEP.

Observou-se em uma das entrevistas (caso em estudo) que as solicitações de aquisição para pesquisa tomam por base as bibliografias dos cursos de pós-graduação, o que não corresponde às necessidades de informação da pesquisa, mas alinha-se a um modelo de inferência similar ao utilizado para a graduação.

A consideração da sistemática inovadora na compra de livros eletrônicos apareceu como tentativa de solução, por parte do SiBI, para contornar o problema de elevado número de exemplares em bibliotecas com espaço físico em alguns casos reduzido. Portanto, a bem da tentativa de atendimento aos critérios do INEP estes são percebidos como resultando em desconfortos que precisariam ser contornados.

Desbaste

A ausência de políticas registradas afeta também a atividade de desbaste. A patrimonialização exige, no caso do serviço público, que o descarte de livros passe por fases específicas e é necessário registrar a rotina, definindo responsabilidades possibilitando a destinação final desse material que já não tem serventia e ocupa espaço que poderia ser aproveitado de outras formas. Mesmo na biblioteca (do estudo de caso) que possui política registrada e comissão instalada, há impasse quando chega o momento de dar destino ao material separado para desbaste, devido a questões culturais e “choque de gerações” de bibliotecários, enquanto alguns prezam a guarda, outros visam a liberação de espaço. Como afirmou o entrevistado, a bem da existência da comissão, o desbaste nunca foi feito.

É de se indagar, considerando o número crescente de matrículas, um maior empenho para o atendimento aos critérios do INEP e pouco ou nenhum desbaste, o volume de exemplares da coleção da UFRJ apresenta-se razoavelmente estável de 2010 a 2014.

As práticas do bibliotecário e o uso das coleções

Pode-se inferir que realizar aquisições baseadas na avaliação do INEP impacta na prática do bibliotecário de maneira negativa, pois ao considerar fatores externos deixa-se de observar as demandas reais da comunidade acadêmica. Há ainda uma visão dos gestores que deve ser dada uma atenção especial à graduação, por ser o grupo que requer mais do profissional, contrastando com a autonomia e falta de interlocução com os usuários da pós-graduação e pesquisa e usuários da extensão, apesar de admitirem esse comportamento afirmam que não privilegiam um ator em detrimento do outro.

E há evidências nos dados obtidos na pesquisa que as avaliações do INEP têm peso na prática dos bibliotecários da UFRJ. Elas norteiam os critérios de aquisição, baseados em bibliografias dos cursos. Este mesmo critério é estendido inadvertidamente à pesquisa; é um dos principais meios de levantamento de necessidades de informação, ao invés do estudo de usuários; aparece como um da política de desenvolvimento de coleções.

A preocupação em atender ao quantitativo sugerido como ideal pelo INEP não se mostra, no estudo de caso, como o melhor indicador de efetividade da utilização do acervo e do desenvolvimento de coleções, nem mesmo para graduação. Como foi apurado, há exemplares de livros que nunca foram emprestados e livros com grande demanda de empréstimos com número de exemplares insuficiente. A lógica e saber biblioteconômicos parecem substituídos pela insuficiente lógica de atendimento aos critérios do INEP. Este tipo de estudo de uso efetivo deve ser estendido para outras bibliotecas para apurar se as aquisições de exemplares sem uso são generalizadas em detrimento da aquisição de exemplares de títulos com grande demanda de empréstimos.

Relações na instituição

O distanciamento entre o corpo técnico das bibliotecas e o corpo docente também apareceu como um problema na adequação tanto das aquisições quanto do desgaste. O pouco diálogo aparece nas dificuldades de obtenção das bibliografias adotadas, no não entendimento do diferencial entre a bibliografia básica e a complementar, criando entraves na aquisição. Com isso as chances de desperdiçar recursos financeiros em algo que não terá procura são altas quando se considera fatores externos e não a demanda real.

Avaliação institucional

São vários os aspectos a serem observados durante a avaliação do INEP, entre eles dimensões adequadas para o acervo e espaço de estudos, diretrizes acessíveis à comunidade e registro das políticas de aquisição, expansão e atualização do acervo, conforme documento que rege suas ações e aponta os critérios para avaliação. Apesar disso os gestores se concentram no atendimento ao quantitativo de exemplares da bibliografia básica, na tentativa de se aproximar ao número tido como ideal pelos avaliadores. A atitude dos gestores de pensar na avaliação e associar ao acervo é reafirmada pelos avaliadores, que quando fazem suas visitas concentram-se no acervo, não dando tanta importância aos demais aspectos que fazem parte da infraestrutura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas nesta pesquisa indagaram sobre possíveis efeitos do INEP nas bibliotecas da UFRJ em geral e em dois casos específicos estudados.

Para além da avaliação do quantitativo adequado de exemplares de livros da bibliografia básica para atender à graduação, o INEP estabelece critérios de avaliação institucional, no qual se incluem as bibliotecas, destacando-se a adequação de suas instalações para acervo e estudos individuais e em grupo; diretrizes registradas e acessíveis à comunidade e registro de políticas, incluindo de aquisição, expansão e atualização de seus acervos.

As evidências levantadas nesta pesquisa sugerem que as avaliações que o INEP realiza sobre os cursos de graduação são os principais balizadores para a formação das coleções, no âmbito da UFRJ. A junção desse fato à realidade de 89% dos entrevistados não manterem uma Política de Desenvolvimento de Coleções registrada, demonstram que falta um planejamento apropriado, que acaba sendo substituído por uma lógica única, com objetivos específicos de atendimento suficiente e adequado aos estudantes de graduação, que é a do INEP.

O processo de aquisição compreende a compra, doação e permuta de materiais bibliográficos, podendo ter como instrumentos de apoio as adequações de verbas orçamentárias, compartilhamento de recursos através de convênios, programa de permuta e recebimento de doações. As aquisições não devem ser feitas ao acaso, mas de acordo com escolhas sucessivas, sendo o estabelecimento de critérios, de preferência explícitos em forma de documento, instrumento indispensável. Cabe aos responsáveis pelas bibliotecas utilizar os recursos oferecidos pela instituição de forma coerente e adequada às necessidades da biblioteca. O estabelecimento de critérios garantem a transparência da atividade de compra, portanto seu registro é desejável. Além disso, este aspecto está incluído na avaliação institucional externa do INEP, mas não apareceu nas respostas como objeto de preocupação dos bibliotecários e nem de verificação por parte dos avaliadores do INEP.

Uma vez que não há diretrizes formalizadas e critérios claros, abre-se uma lacuna para inconsistência na formação e desenvolvimento do acervo. Quando não

existe documento que pautar a compra, desbaste ou descarte, a consequência prevista é que fatores externos influenciem a tomada de decisões.

Também aparece como dimensão relevante para a biblioteca, a oferta de espaço físico adequado ao acervo e aos usuários. A ampliação de vagas na graduação, assim como a criação e redimensionamento de cursos ampliou consideravelmente o quantitativo de usuários potenciais das bibliotecas. Em contrapartida, no caso estudado, não houve ampliação de espaço para estudo, houve diminuição em alguns casos.

A aparente inconsistência entre esta ampliação de vagas, quantitativo do acervo e espaço físico da biblioteca para usuários também não aparece como objeto de verificação, embora esteja nas dimensões do INEP, voltando-se prioritariamente os avaliadores para os quantitativos de exemplares de bibliografias básicas nas avaliações de curso. Observe-se que, além da inexistência de políticas registradas e redução do espaço de estudo coletivo e assentos individuais, os cursos da UFRJ têm em geral boas avaliações da biblioteca e do acervo e que, nos dois estudos de caso, os cursos obtiveram neles nota máxima.

UFRJ instituição de excelência e renome internacional, é historicamente fragmentada em institutos e centros e as bibliotecas seguem esse mesmo modelo, administrativamente atendem aos institutos/centros que fazem parte e tecnicamente atendem ao SiBI, sendo que o SiBI incentiva o trabalho cooperativo e não imperativo, não há obrigações a serem cumpridas, mas direcionamentos fortemente sugeridos. Percebemos as diferenças na gestão das unidades através das entrevistas e questionários com gestores, não há unidade de processos, cada um age da forma que acredita ser a melhor, com os recursos que surgem.

Com relação aos efeitos do INEP sobre o desenvolvimento das coleções e sobre as práticas dos bibliotecários na formação destas coleções observou-se que os critérios relativos às avaliações dos cursos influenciam tanto as práticas de aquisição como o desenvolvimento das coleções. Já no que se refere à avaliação institucional, destacando-se o espaço físico e o acesso às políticas formalizadas de aquisição e desenvolvimento, não se observaram efeitos.

Alguns pontos permanecem como uma incógnita neste trabalho. Primeiramente a questão da distribuição de recursos informacionais para atender ao tripé universitário. A pesquisa indica haver priorização da graduação em relação à

pesquisa e a extensão. Os dados coletados e apresentados de empréstimos e de utilização de espaço não discriminam estes diferentes grupos, mas consideramos que este é um importante tema que precisa ser aprofundado.

Apesar da pesquisa não esgotar o tema, alguns encaminhamentos são sugeridos como a indagação dos motivos pelos quais as avaliações institucionais do INEP têm considerado pouco ou cobrado pouco os aspectos do espaço da biblioteca e de seu registro e disponibilização de políticas. Também coloca-se como urgente repensar os quantitativos de exemplares e os novos formatos relativamente a possíveis mudanças nos perfis de uso da bibliografia básica pelos alunos da graduação e pesquisas. Novas pesquisas são necessárias para este fim.

O objetivo da existência da biblioteca acadêmica é oferecer suporte didático aos discentes, docentes e funcionários que fazem parte da universidade, assim como a comunidade externa. Uma tendência que deve ser notada é o redimensionamento das bibliotecas, diminuindo o espaço dedicado ao acervo físico e ampliando os lugares disponíveis para estudo individual e em grupo. O caminho é o planejamento de bibliotecas universitárias como espaços orientados ao trabalho cooperativo e área de convivência entre pares, tão necessários para a construção do conhecimento e troca de experiências.

As bibliotecas também precisam se organizar para dar voz a sua comunidade, avaliar seus serviços e pensar em novas formas de aproximar a comunidade de pesquisa e extensão para seu ambiente. Seja qual for a realidade em que se enquadre, a biblioteca deve ser vista como uma organização, como um empreendimento, na maioria das vezes com fins não lucrativos, mas com resultados programados e avaliados constantemente (MACIEL; MENDONÇA, 2000). Monitorar o ambiente serve como ferramenta de gerenciamento, o que possibilita ajuste dos serviços e agrega qualidade, evidenciando seu papel social junto às comunidades envolvidas (MACIEL; MENDONÇA, 2000).

O desenvolvimento de coleções e uma política que o guie deve ser um fazer e um planejar biblioteconômico que englobe e não que se submeta a critérios de avaliação de cursos do INEP. Algumas das distorções aqui observadas resultam de uma não adequada valorização destes conhecimentos.

A busca por renovação pode ser a chave para aproximação da biblioteca e seu público potencial. É necessária também a mudança de atitude do bibliotecário

na forma de se planejar uma atmosfera favorável ao estudo em ambiente universitário, lugar onde esses indivíduos estão em processo de formação e o conhecimento em produção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2000.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FRANKLIN, Sérgio. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. In: LUBISCO, Nídia M. L. (Org.). **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BILANDZIC, Mark; FOTH, Marcus. Libraries as coworking spaces: understanding user motivations and perceived barriers to social learning. **Library Hi Tech**, v. 31, n. 2, p. 254-273, 2013. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/58440/1/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 300, de 30 de janeiro de 2006. Aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 2006a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao_institucional/Portaria_n300_30_01_06.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. **ENC**: provão. Brasília, c2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade/enc-provao>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. **Sinaes**. Brasília: INEP, 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumentos**. Brasília, DF: INEP, 2006b. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ctg/images/avaliacaoexterna.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação de cursos e instituições de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D2026.htm>. Acesso em: 20 jan. 2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. 23 abr. 2015.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. **Discussão de uma agenda pública para bibliotecas universitárias federais: foco na graduação e pesquisa pelo olhar mineiro**. 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **Data Grama Zero**, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. As tecnologias de informação e integração das bibliotecas brasileiras. **Ciência da Informação**, v. 23, n. 2, p. 182-188, mar./ago. 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1176/157>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2003.

FARIA, José Henrique de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e a contra-reforma do ensino superior. **Universidade e Sociedade**, v. 15, n. 35, fev. 2005.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. Desenvolvimento e avaliação de coleções. In: _____. **Metodologias para promoção e uso da informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas especializadas e universitárias**. São Paulo: Nobel, 1991. p. 31-44.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. Seleção de livros. In: MACHADO, Ubaldino Dantas. **Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: ABDF, 1982. v. 1, p. 1-48.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A universidade e a sociedade da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 9, n.1, p. 225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/510/pdf_11>. Acesso em: 16 mar. 2015.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição da visão clássica a moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 137-150, jul./dez. 1984.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MARTINS, Maria de Fátima Moreira. A Gestão de Bibliotecas e o desenvolvimento de coleções. In: REUNIÃO DA REDE BVS, 3., São Tomé, 2011. **Documento eletrônico**... São Tomé: Fiocruz, 2011. Disponível em: <http://cspace.eportuguese.org/tiki-list_file_gallery.php?galleryId=80>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MEDEIROS, Jackson da Silva; CAREGNATO, Sônia Elisa. Compartilhamento de dados de e-science: explorando um novo conceito para a comunicação científica. **Iiinc em Revista**, v. 28, n. 2, p. 311-322, set. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/iinc/index.php/iinc/article/view/488>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luís Fernando; SOUZA, Rosali Fernandez. Publicações ampliadas: um novo modelo de publicação acadêmica para o ambiente de e-science. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., (ENANCIB 2013), Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/20666/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SILVA, Fátima Santana da. **Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior**: uma abordagem discursiva através das novas demandas de acesso e uso da informação. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, Aloísio. **UFRJ 90 anos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Coordenadoria de Comunicação. **Manifestação do Conselho Universitário da UFRJ sobre a situação orçamentária da instituição**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrj.br/noticia/2015/11/12/manifesta-o-do-conselho-universit-rio-da-ufrj-sobre-situa-o-or-ament-ria-da-institui-o>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação. **Reunião de aquisição da Diretoria de Processamento Técnico do**

SiBI. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014a. Disponível em: <<http://www.SiBI.ufrj.br/index.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **SiBI em números:** dados consolidados 2014. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014b. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/panorama/sibi-dados-condensados.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. **SiBI em números:** dados consolidados 2013. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

_____. **Graduação em números:** gráficos dos últimos anos. Rio de Janeiro: UFRJ, [2013?]. <http://graduacao.ufrj.br/images/Gradua%C3%A7%C3%A3o_em_Nos_-_10-6.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **SiBI em números:** dados consolidados 2012. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

_____. **SiBI em números:** dados consolidados 2011. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. **SiBI em números:** dados consolidados 2010. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____. **O SiBI.** Rio de Janeiro: UFRJ, [2007?]. Disponível em: <<http://www.SiBI.ufrj.br/sobre-o-SiBI.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação.** 3. ed. Brasília: Brinquet Lemos, 2010.

_____. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1208>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estabelecimento de políticas para desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002545&dd1=c252f>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Avaliação da educação superior no Brasil:** do provão ao ENADE. 2005. Disponível em: <<http://www.isp.ufba.br/avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

WEITZEL, Simone R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias.** Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ASPECTOS ÉTICOS

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, através da Plataforma Brasil¹⁸, sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 54056215.3.0000.5285.

Foram aplicados os critérios recomendados nesta Resolução referentes aos sujeitos de pesquisa, obedecendo aos princípios de beneficência e não maleficência, justiça e autonomia. Para isso foram aplicadas algumas medidas fundamentais, ou seja, que o sujeito de pesquisa fosse voluntário, além de obter a sua anuência através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), livre de vícios, dependência, subordinação ou intimidação. O TCLE foi assinado em duas vias, uma ficando com o pesquisador e outra com o participante. Foi concedida explicação completa pormenorizada aos participantes da pesquisa sobre seus objetivos, métodos, benefícios previstos e riscos. Foram também respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos sujeitos envolvidos.

Ao sujeito de pesquisa será assegurada confidencialidade e privacidade, proteção de imagem e não estigmatização, garantindo que as informações não serão utilizadas em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio ou econômico. Também foi assegurado aos participantes a sua retirada do estudo a qualquer momento em que julgasse conveniente.

¹⁸ A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país. Fonte: <<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>>.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: GESTORES DE BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UFRJ

Caro gestor(a)

Este questionário faz parte da dissertação de mestrado intitulada “IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ”, onde buscamos conhecer os efeitos das avaliações do INEP na rotina das bibliotecas universitárias, pesquisa esta realizada por uma aluna da UNIRIO.

A ideia desta pesquisa originou da preocupação de que pode haver um esforço desproporcional das bibliotecas na aquisição e tratamento de recursos para graduação por conta das avaliações do INEP. Considera-se que os bibliotecários são os profissionais capacitados para tomada de decisões em vista do atendimento de seus usuários que não se restringem aos estudantes da graduação. Deste modo, esta pesquisa procura indagar se estes critérios definidos pelo INEP não estariam causando um desequilíbrio ao adequado desenvolvimento das bibliotecas universitárias, utilizando as bibliotecas do SiBI como caso de exame.

O questionário contém 21 perguntas sobre a biblioteca que você gerencia, divididas em dois blocos. 20 minutos do seu tempo serão necessários para responder todas as perguntas.

As informações que você irá fornecer servirão para conhecer e retratar melhor a realidade das bibliotecas universitárias da UFRJ.

O questionário é anônimo e somente será manuseado pela aluna de mestrado responsável pelos questionários. Somente dados consolidados de todos os entrevistados serão utilizados na pesquisa.

Assinale somente uma alternativa que considere como mais apropriada. Existe apenas uma questão onde é possível marcar mais de uma opção, estando explicitado no enunciado.

Agradecemos a sua colaboração.

1) Quantos são os bibliotecários liderados por você?

- 2) A biblioteca possui uma política de desenvolvimento de coleções formalizada?
 Sim
 Em fase de elaboração
 Não
- 3) Caso exista, com que periodicidade a política é revista?
 todo ano
 a cada dois anos
 a cada três anos
 a cada quatro anos ou mais
 a política foi estabelecida a menos de um ano e não tivemos tempo de realizar a primeira revisão.
- 4) Caso a biblioteca NÃO possua uma política de desenvolvimento de coleções, existem critérios para aquisição de recursos?
 Sim
 Não
- 5) Caso existam estes critérios de aquisição, eles estão registrados?
 Sim
 Não
- 6) Caso existam estes critérios de aquisição, estando ou não registrados, eles estabelecem critérios de atendimento a cada eixo do tripé universitário (ensino; pesquisa; extensão)?
 Sim
 Não
- 7) Com que base são feitos os pedidos de aquisição de recursos para atender aos estudantes das graduações?
 estudo de usuários
 outros. Explicitar: _____
- 8) Com que base são feitos os pedidos de aquisição de recursos para atender aos pesquisadores e estudantes das pós-graduações?
 estudo de usuários
 outros. Explicitar: _____
- 9) Com que base são feitos os pedidos de aquisição de recursos para atender aos docentes e estudantes que desenvolvem projetos de extensão?
 estudo de usuários
 outros. Explicitar: _____

- 10) A biblioteca participa das reuniões do corpo pedagógico para a seleção e aquisição do material bibliográfico?
- Sim
 Não
- 11) Você considera que com o número atual de bibliotecários sua biblioteca consegue atender às demandas por serviços?
- Sim, perfeitamente
 Sim, razoavelmente
 Não
- 12) A biblioteca tem problemas de falta de espaço, seja para acervo ou sala de estudo?
- Sim
 Não
- 13) Se SIM, o que está com problemas de espaço?
- o espaço do acervo
 o espaço da sala de estudo
 ambos
- 14) Houve ampliação nos últimos seis anos do número de estudantes potenciais usuários da biblioteca?
- Sim
 Não
- 15) Se houve ampliação dos usuários potenciais ela decorreu:
- de novos cursos ou ampliação de vagas de graduação pelo REUNI
 de novo curso de pós-graduação
 outros. _____
- 16) Caso sua biblioteca tenha ampliado o número de usuários efetivos ou potenciais pela política de ampliação de vagas do REUNI, indique
- o espaço físico da biblioteca também foi ampliado
 o espaço físico da biblioteca não foi ampliado
 o espaço físico da biblioteca foi diminuído. Explique: _____
- 17) Quando você sabe que um curso atendido por sua biblioteca será avaliado pelo INEP:
- Não é necessária nenhuma ação especial da biblioteca, porque temos instalações e recursos sempre adequados aos cursos

- É necessário buscar os programas atualizados das disciplinas para solicitar a aquisição de recursos que estejam faltando
- Nenhum dos cursos que a biblioteca atende foi ainda avaliado pelo INEP

18) Caso sua biblioteca busque atualizar e adequar os recursos referentes ao curso que vai ser avaliado. (Você pode marcar mais do que uma opção)

- É difícil conseguir os programas atualizados das disciplinas
- Conseguimos facilmente os programas atualizados das disciplinas
- Muitos programas não diferenciam bibliografia básica de bibliografia complementar, comprometendo um adequado pedido de aquisição
- Podemos indicar a finalidade de atender a avaliação do INEP à equipe de aquisição para priorizar a solicitação
- Geralmente atendem à aquisição de todos os nossos pedidos
- Geralmente atendem a boa parcela de nossos pedidos
- Geralmente atendem a pequena parcela de nossos pedidos
- Geralmente não somos atendidos

19) Excetuando-se os serviços oferecidos igualmente a todos os usuários a biblioteca oferece algum serviço específico e diferenciado para pesquisa e pós-graduação?

- Não
- Sim. Exemplifique _____

20) Excetuando-se os serviços oferecidos igualmente a todos os usuários a biblioteca oferece algum serviço específico e diferenciado para graduação?

- Não
- Sim. Exemplifique _____

21) Excetuando-se os serviços oferecidos igualmente a todos os usuários a biblioteca oferece algum serviço específico e diferenciado para extensão?

- Não
- Sim. Exemplifique _____

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DO SETOR DE AQUISIÇÃO SIBI/UFRJ

Caro gestor(a)

Esta entrevista faz parte da dissertação de mestrado intitulada “IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ”, sobre a influência das avaliações do INEP na rotina das bibliotecas universitárias, realizado por uma aluna da UNIRIO.

As informações que você irá fornecer servirão para conhecer e retratar melhor a realidade das bibliotecas universitárias da UFRJ.

A entrevista será gravada e posteriormente transcrita pela própria aluna. Estamos assegurando o anonimato de todos os participantes, e os dados somente serão manuseados pela aluna de mestrado responsável pela entrevista. Somente dados consolidados de todos os entrevistados serão utilizados na pesquisa.

A participação é completamente voluntária. Se desejar seu desligamento da participação na pesquisa, ela pode ser feita a qualquer momento. Os resultados da pesquisa serão divulgados aos participantes após a conclusão da pesquisa.

Na próxima página, teremos um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, com todas as informações sobre a aluna de mestrado responsável pela entrevista e o seu contato. Será assinado em duas vias, e uma ficará com você.

Agradecemos a sua colaboração.

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1) Fale um pouco sobre a sua rotina de trabalho no setor de aquisição.
- 2) Na página do SiBI pode-se ler "[...] de forma geral, implementamos políticas de planejamento, fomento à pesquisa, gerenciamento de tecnologias e desenvolvimento de acervos e serviços de informação." Há uma política registrada de desenvolvimento de acervos?
- 3) Se há, ela está disponível para a comunidade?
- 4) Se há, qual a responsabilidade ou participação das bibliotecas setoriais nesta política?
- 5) Se não há, qual o motivo, limitações ou dificuldades para não implementação?
- 6) Se não há, sendo os recursos para aquisição limitados, como se priorizam as demandas feitas por estas bibliotecas?
- 7) Solicita-se à biblioteca setorial que justifique seus pedidos de aquisição?
- 8) Solicita-se à biblioteca que indique quais recursos irão atender a cada eixo do tripé universitário?
- 9) Há previsão de dotação de verba para cada eixo do tripé universitário?
- 10) Que tipo de prioridade, indicada pela biblioteca setorial, é considerada prioritária pelo setor de aquisição?
- 11) Nos últimos anos, houve aumento da verba para a aquisição de recursos bibliográficos? Se houve, você pode indicar estes aumentos, ao menos percentuais nos últimos seis anos?
- 12) Quais foram os motivos que levaram ao aumento dessa verba?
- 13) Houve alguma mudança nas prioridades devido a esta situação?
- 14) As avaliações dos cursos pelo INEP concede algum tipo de prioridade na aquisição?

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DE TRÊS BIBLIOTECAS

Caro gestor(a),

Atualmente não existem políticas públicas para bibliotecas universitárias e nem modelos específicos para sua orientação e avaliação. Entretanto, as avaliações institucionais do INEP incluem a biblioteca como uma dimensão, do mesmo modo que a avaliação dos cursos envolvem os esforços das bibliotecas que os atendem. Nesta pesquisa considera-se que este quadro pode causar distorções, já que evidencia apenas alguns aspectos necessários ao bom funcionamento da biblioteca, sem fornecer ao final um diagnóstico amplo que permita identificar pontos fortes e deficientes que norteiem as demandas, planejamento e ações de seus gestores. Esta entrevista faz parte da dissertação de mestrado intitulada “IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DO INEP SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS DA UFRJ”, sobre a influência das avaliações do INEP na rotina e distribuição de esforços em bibliotecas universitárias, realizado por uma aluna do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UNIRIO.

As informações que você irá fornecer servirão para conhecer e retratar melhor a realidade das bibliotecas universitárias da UFRJ e auxiliar na confirmação ou refutação de nossa hipótese.

A entrevista será gravada e posteriormente transcrita pela própria aluna. Estamos assegurando o anonimato de todos os participantes, e os dados somente serão manuseados pela aluna de mestrado responsável pela entrevista. Somente dados consolidados de todos os entrevistados serão utilizados na pesquisa.

A participação é completamente voluntária. Se desejar seu desligamento de participação na pesquisa, ela pode ser feita a qualquer momento. Os resultados da pesquisa serão divulgados aos participantes após a conclusão da pesquisa.

Na próxima página, teremos um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, com todas as informações sobre a aluna de mestrado responsável pela entrevista e o seu contato. Será assinado em duas vias, e uma ficará com você.

Agradecemos a sua colaboração.

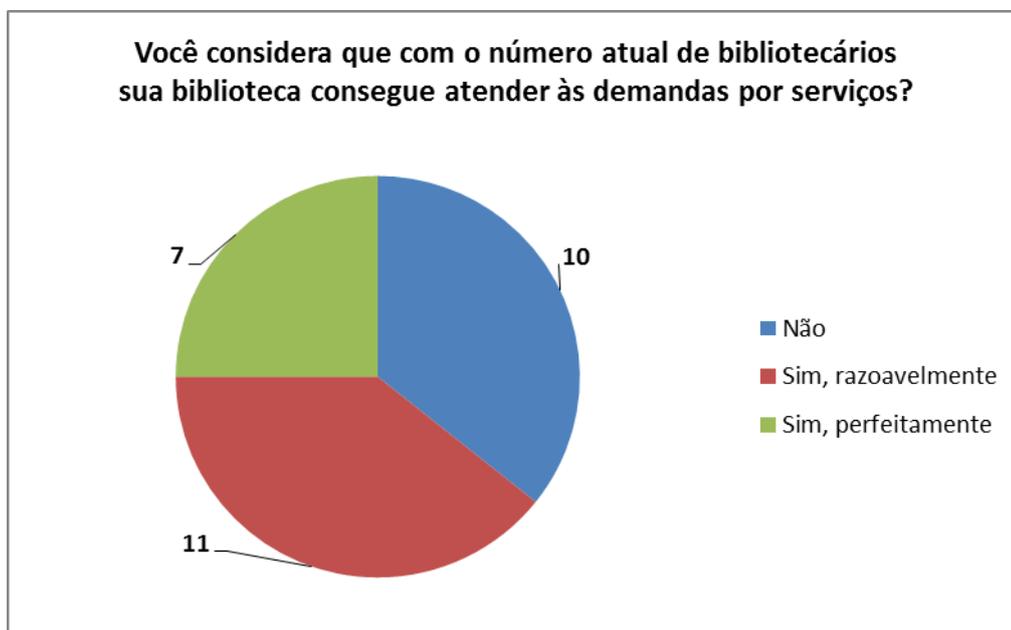
ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1) Com relação ao número de bibliotecários alocados nesta biblioteca, você considera que ele é suficiente para realização de um bom trabalho de atendimento aos usuários?
- 2) Se considerar não suficiente, indique que ações ou serviços deixam de ser realizados, ou não são suficientemente realizados, por conta de insuficiência de profissionais.
- 3) Você considera que o atual espaço da biblioteca está adequado para comportar: o trabalho de sua equipe, o acervo e os usuários? Comente.
- 4) A Biblioteca tem uma Política de Desenvolvimento de Coleções formalizada?
- 5) Se tem, há quanto tempo ela foi elaborada?
- 6) Se não tem, há uma Política de Aquisição registrada?
- 7) Caso existam critérios de aquisição, estando ou não registrados, eles discriminam critérios de atendimento para cada eixo do tripé universitário (Ensino; Pesquisa; Extensão)?
- 8) Como a biblioteca tem acesso à bibliografia básica das disciplinas oferecidas nos cursos de graduação?
- 9) Como a biblioteca tem acesso aos projetos de pesquisa e pós-graduação?
- 10) Como a biblioteca tem acesso aos projetos de extensão?
- 11) Quando a biblioteca sabe que um dos cursos ao qual atende receberá uma comissão de avaliação externa, quais as providências da biblioteca?
- 12) Quem formaliza as demandas da pesquisa e da pós-graduação?
- 13) Quem formaliza as demandas da extensão?
- 14) Quem formaliza as demandas da graduação?
- 15) Caso as demandas só sejam efetivas ou mais evidentes no caso do ensino de graduação, você considera que isto ocasiona uma dedicação prioritária de sua biblioteca ao atendimento de necessidades de informação da graduação?
- 16) A avaliação institucional externa do INEP inclui a dimensão 7, com o indicador 7.4 referente à biblioteca. Aí são avaliados as instalações e o acervo. Você considera que as instalações de sua biblioteca estão adequadas? Se não, explicita que aspectos específicos não estão adequados.
- 17) Com relação ao acervo, o INEP considera necessário ou desejável que a biblioteca mantenha suas políticas registradas e acessíveis à comunidade e uma sistemática regular de aquisição. Na última avaliação, estes aspectos foram efetivamente inventariados?
- 18) Você considera que os recursos da bibliografia básica adquiridos têm atendido à demanda de sua unidade em sua plenitude?
- 19) Com sua experiência, você diria que os exemplares adquiridos para atender à bibliografia básica das disciplinas do curso são efetivamente utilizados pelos estudantes?

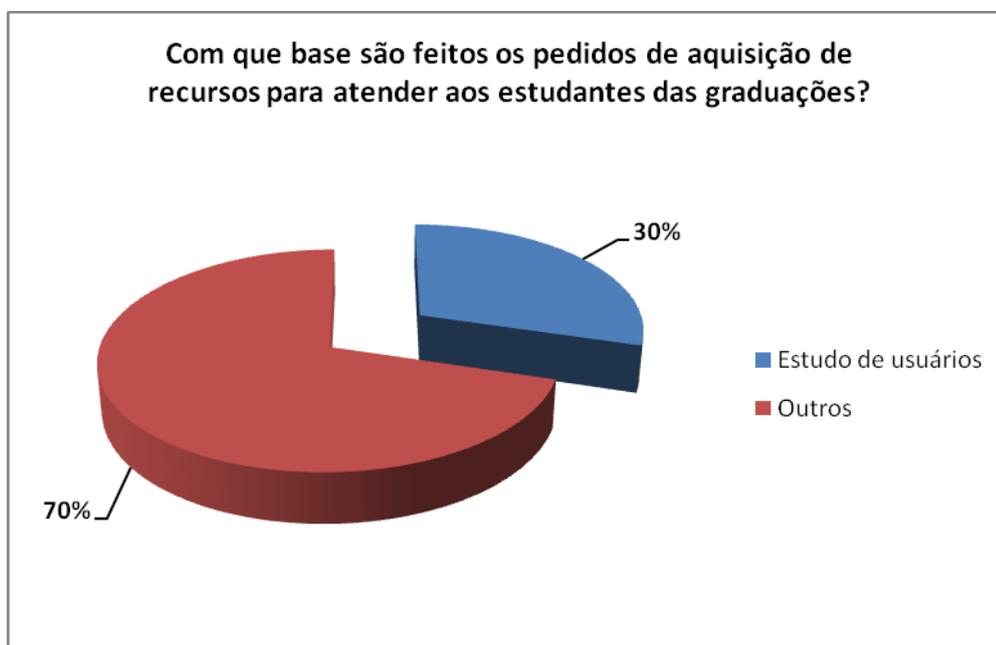
- 20) A bibliografia básica, constante nos programas dos cursos, é o principal meio de orientação para aquisição de livros para graduação? Se não, qual o principal meio?
- 21) Nossa pesquisa partiu da hipótese de que as avaliações do INEP, especialmente as avaliações dos cursos de graduação, apesar de garantirem o acesso a recursos bibliográficos a uma nova e ampliada comunidade de graduandos, apresentam alguns efeitos negativos sobre a ação dos bibliotecários universitários. Tais como (diga apenas se concorda ou discorda)
- () Mobilização de quase todos os recursos humanos e financeiros da biblioteca para atendimento à graduação;
 - () Redução do espaço físico aos usuários e à equipe de trabalho da biblioteca;
 - () Afastamento da pesquisa e da pós-graduação;
 - () Aquisição de quantitativos físicos de livros que pouco são utilizados;
 - () Barreiras à aquisição de livros eletrônicos.

APÊNDICE E – GRÁFICOS: PESQUISA COM GESTORES

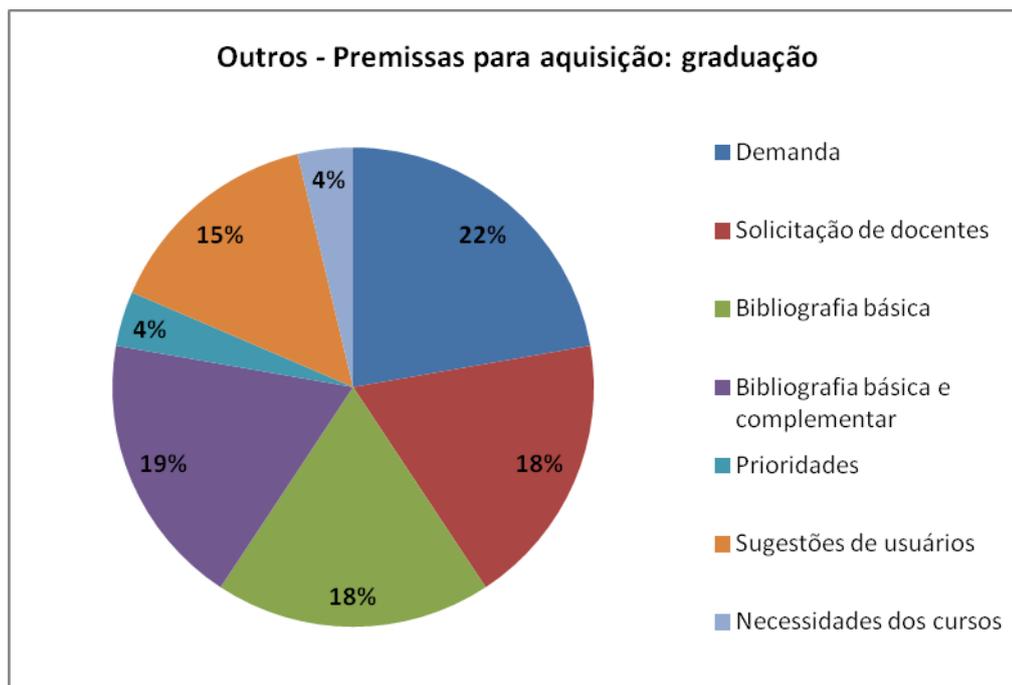
Recursos Humanos



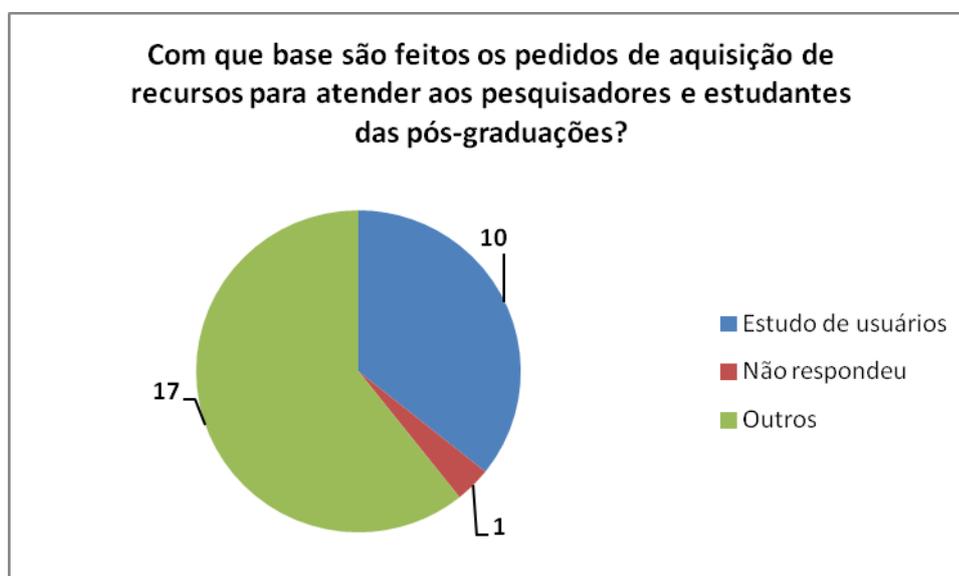
Pedidos de aquisição para graduação



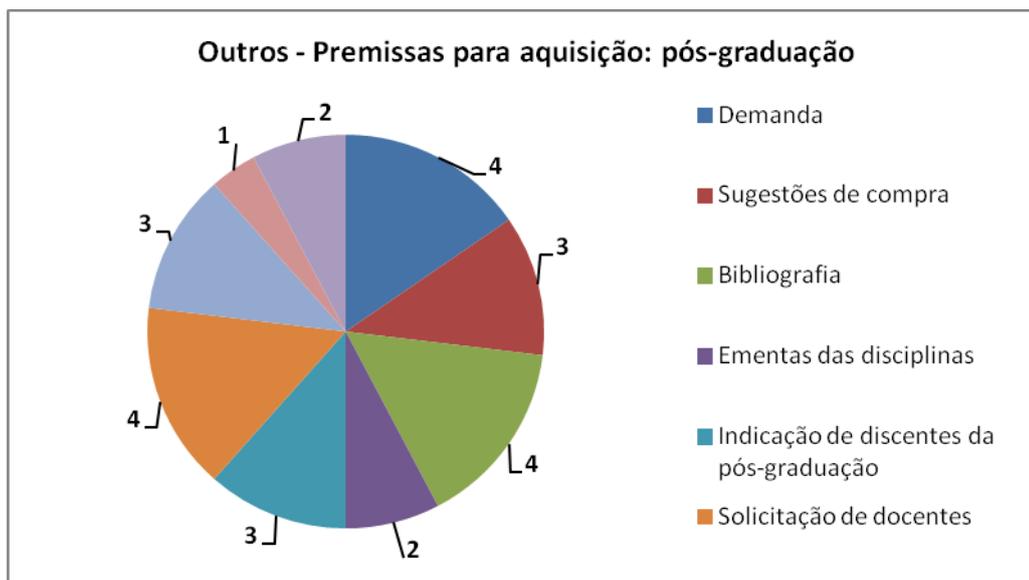
Aquisição para graduação



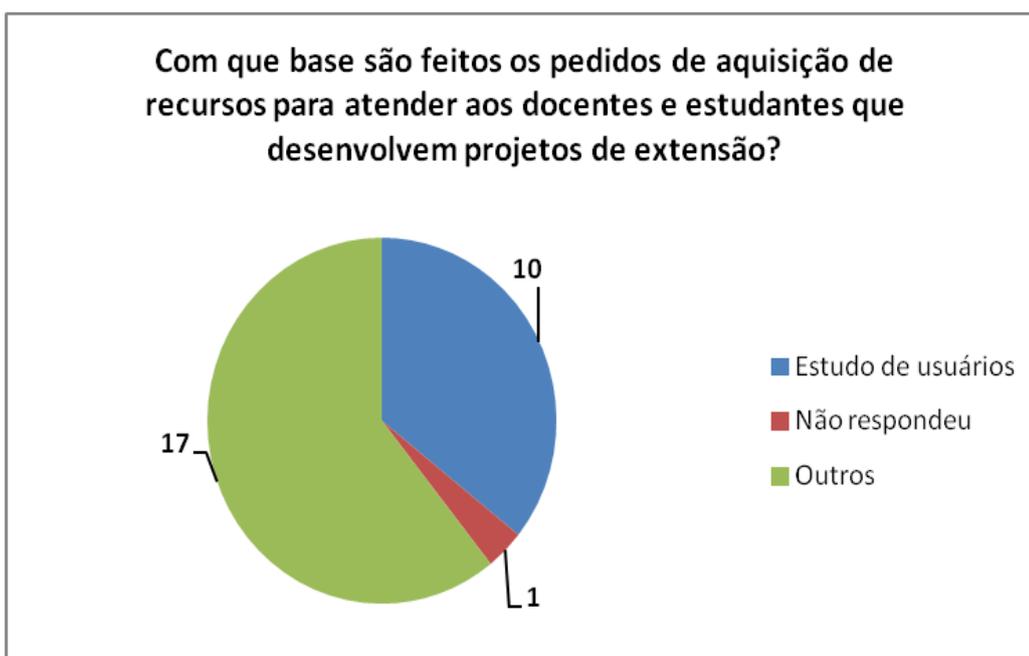
Pedidos de aquisição para pós-graduação



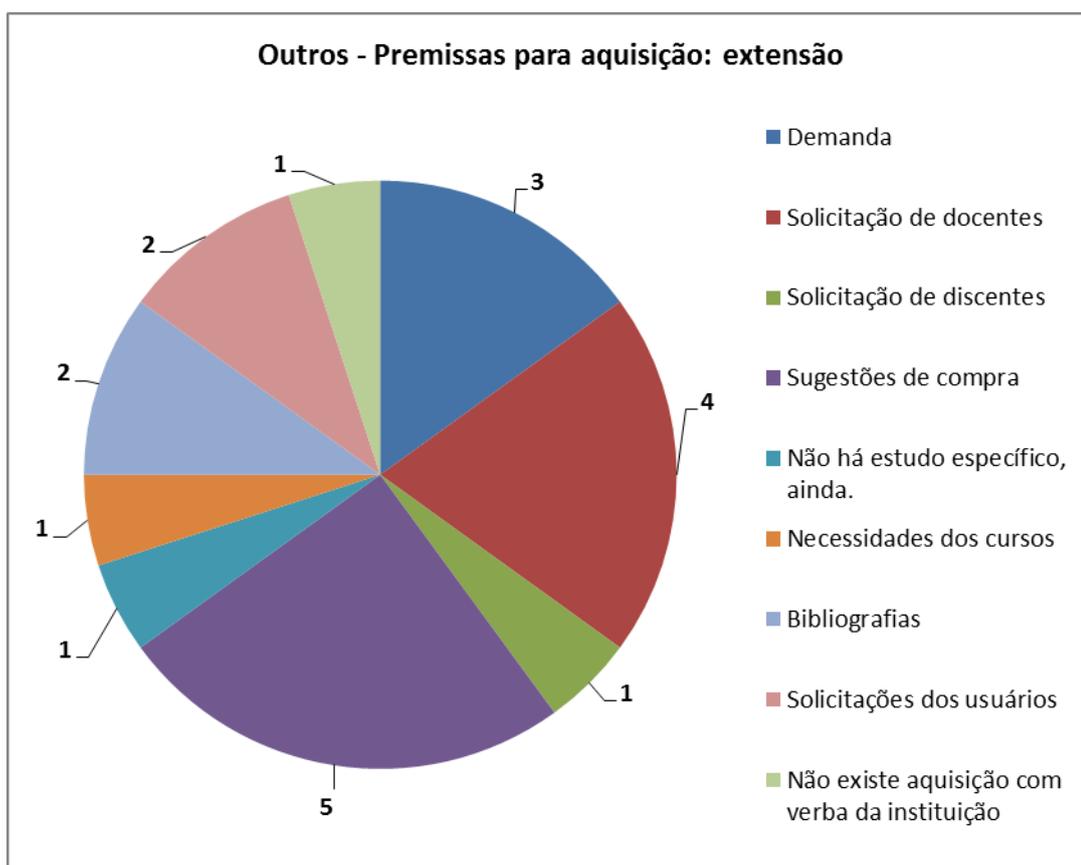
Aquisição para pós-graduação



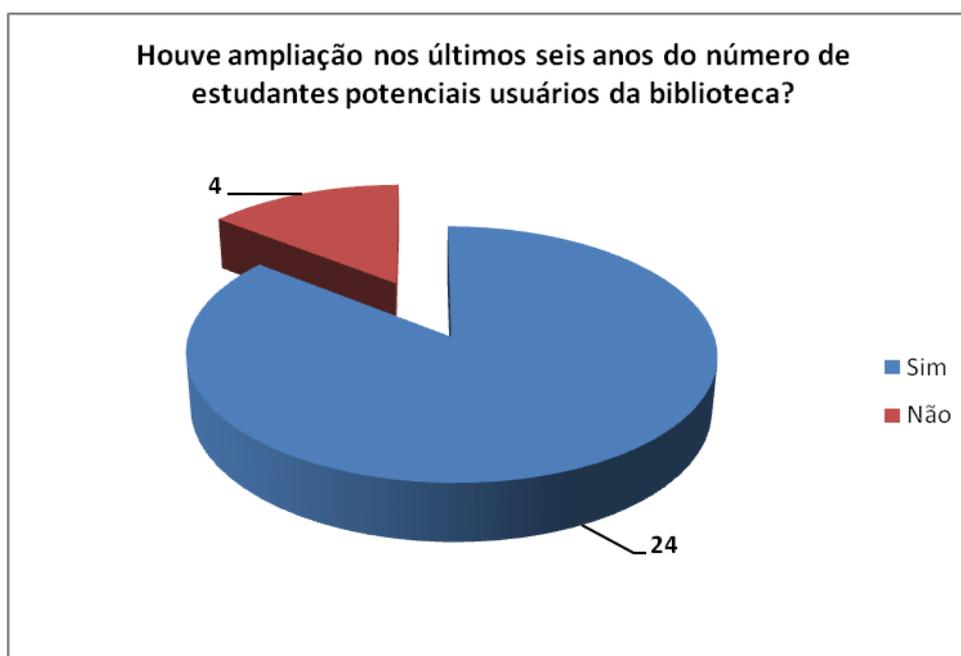
Pedidos de aquisição para extensão



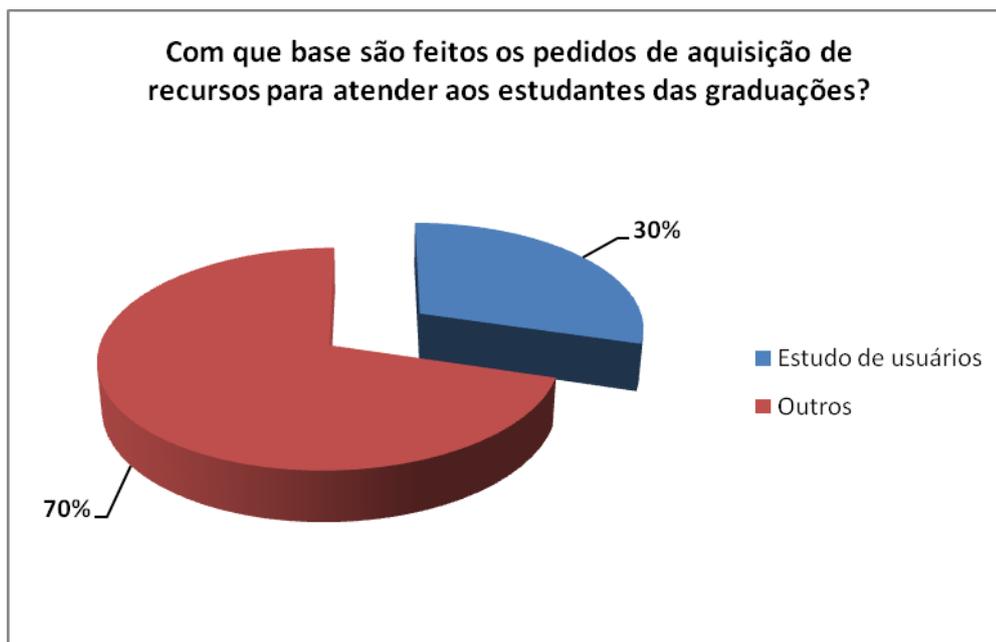
Aquisição para extensão



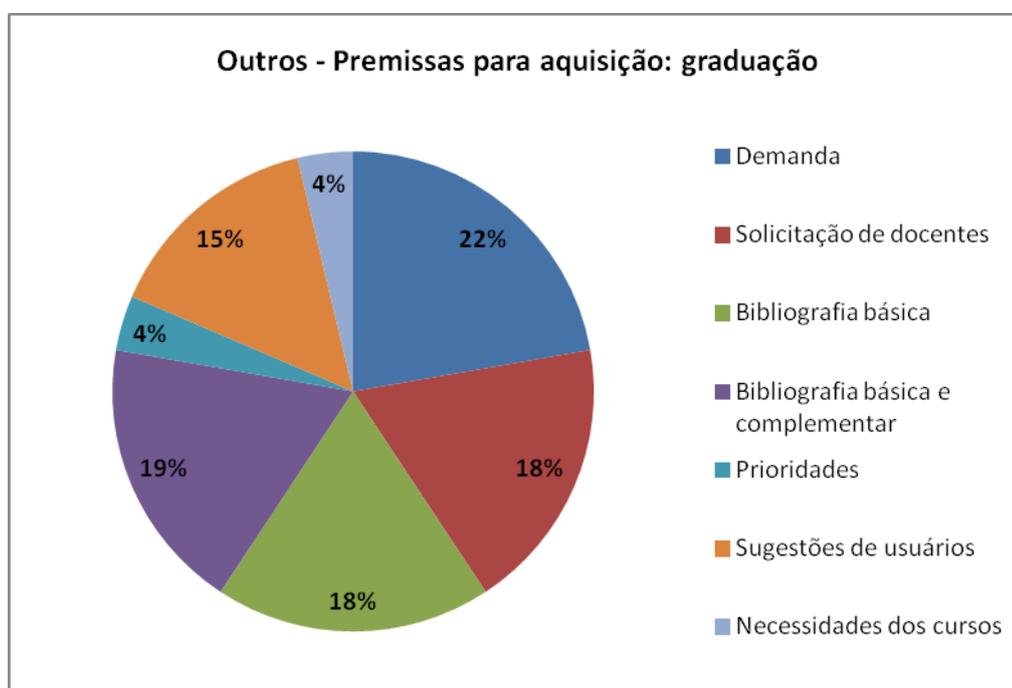
Usuários potenciais



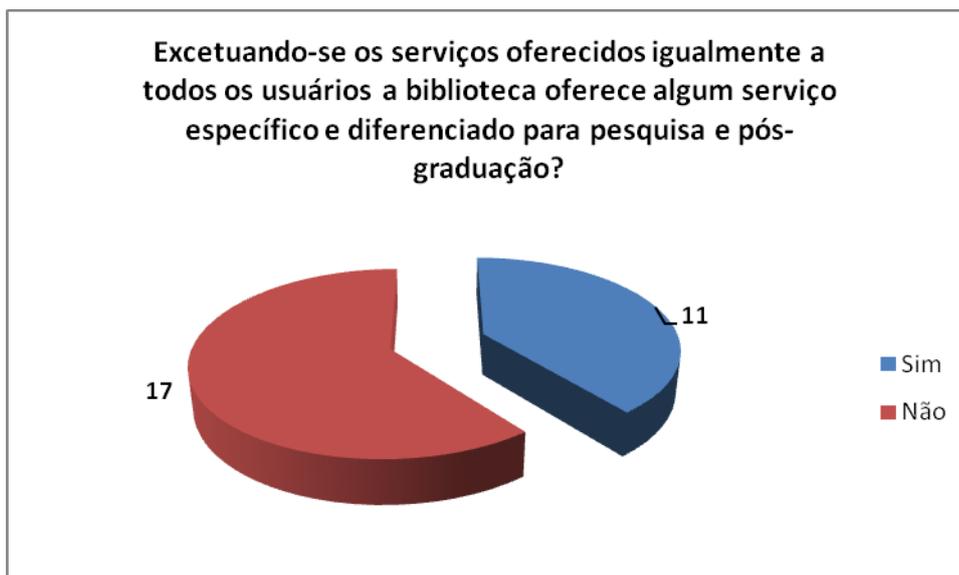
Pedidos de aquisição para graduação



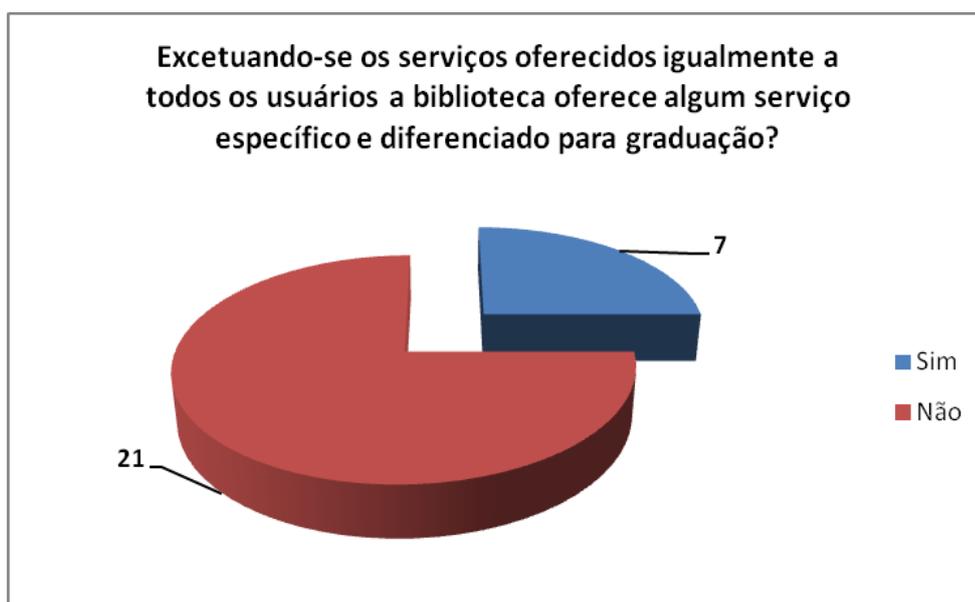
Aquisição para graduação



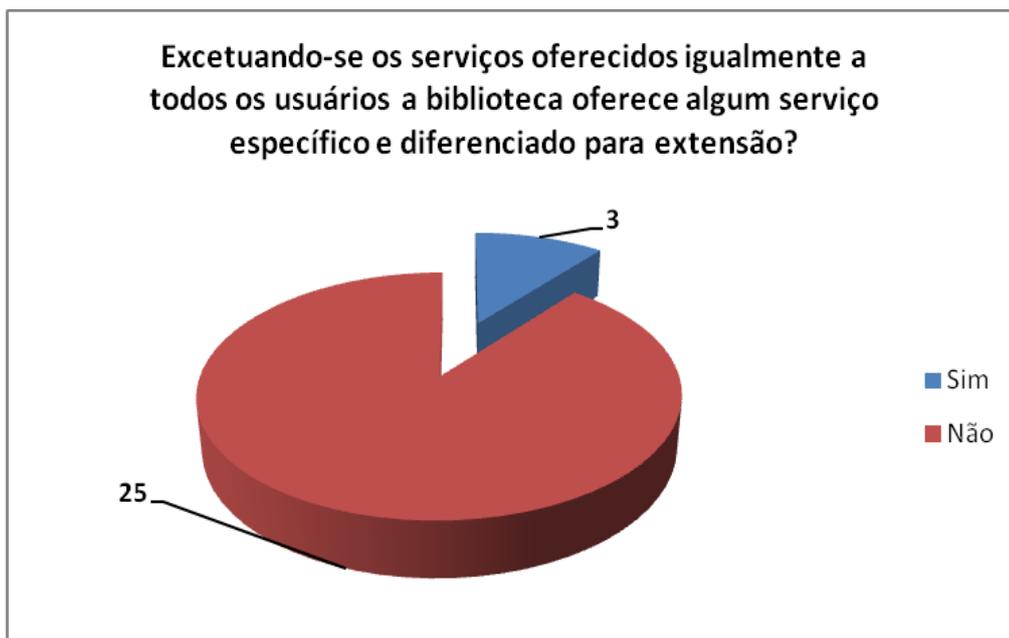
Serviço diferenciado para pesquisa e pós-graduação



Serviço diferenciado para graduação



Serviço diferenciado para extensão



ANEXO

ANEXO A - AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dimensão 7 - 7.4. Biblioteca: espaço físico e acervo

Indicadores a serem avaliados	Critérios
7.4.1. Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo	<p>5- Quando todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza; quando as instalações para o acervo da biblioteca atendem aos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • condições de armazenagem de modo a assegurar a boa conservação do acervo; • mobiliário e equipamentos adequados; condições de acesso por meio de catálogos informatizados disponíveis para o público, permitindo a consulta por, no mínimo, autor, título e assunto; quando a biblioteca conta com espaço e mobiliário adequados aos estudos individuais e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores; quando a biblioteca conta com espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem totalmente às necessidades dos alunos e professores. <p>4- Quando a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atende aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação,</p>

	<p>ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>3- Quando algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando há adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; é de conhecimento da comunidade interna; algumas das Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo atendem aos adequados requisitos de dimensão para o número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.</p> <p>2- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
Indicadores a serem avaliados	Critérios
7.4.2. Informatização	<p>5 - Quando existe informatização da biblioteca em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando a biblioteca conta com serviço de informatização do acervo e serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo.</p> <p>4 - Quando existe informatização da biblioteca em bom funcionamento; resulta ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos, e de conhecimento da comunidade interna; denota práticas institucionalizadas e difundidas.</p> <p>3- Quando existe informatização da biblioteca funcionando de</p>

	<p>forma razoável; resulta ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível à comunidade interna; as práticas encontram-se em via de institucionalização.</p> <p>2- Quando existe informatização da biblioteca com funcionamento precário.</p> <p>1- Quando não existe informatização da biblioteca.</p>
<p>7.4.3. Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização</p>	<p>5 - Quando todas as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas; quando existem na IES políticas implementadas para aquisição, conservação e atualização do acervo e que detalhem claramente, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • critérios definidos para a aquisição e conservação do acervo (livros, periódicos, multimeios); • indicadores para tomada de decisão, considerando a proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares; sistemática regular de aquisição. <p>4- Quando a maioria das políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização é adequada para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); essa adequação resulta e/ou expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna; a maioria das políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização esta implantada.</p>

	<p>3- Quando algumas das políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são razoavelmente adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.); quando ha adequação, esta resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; algumas das políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão em processo de implantação.</p> <p>2- Quando as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são pouco adequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p> <p>1- Quando as políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização são totalmente inadequadas para a implementação das políticas constantes dos documentos oficiais da IES (PDI, PPI, PPC, etc.).</p>
--	--